



Relatório & Contas 2017

Versão final aprovada em reunião de Assembleia Geral de 12/03/2018

INDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE	4
A – A EMPRESA	6
1. QUEM SOMOS.....	6
1.1. MISSÃO, OBJETIVOS E POLITICAS.....	6
1.2. DESCRIÇÃO, ATIVIDADE E PRESENÇA.....	7
1.3. CADEIA DE VALOR.....	8
1.4. ESTRUTURA ACIONISTA, ÓRGÃOS SOCIAIS E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	9
1.4.1. ESTRUTURA ACIONISTA DA AGDA.....	9
1.4.2. ÓRGÃOS SOCIAIS.....	9
1.4.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	10
1.5. CARTEIRA DE PARTICIPAÇÕES E SUCURSAIS.....	13
1.6. SÍNTESE DE INDICADORES.....	13
2. RECONHECIMENTO / PRÉMIOS / CERTIFICAÇÕES.....	16
3. DESTAQUES DO ANO / PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS.....	17
B – RELATÓRIO DE GESTÃO	20
1. LINHAS ESTRATÉGICAS.....	20
2. ENQUADRAMENTO.....	21
2.1. A ENVOLVENTE.....	21
2.2. O SETOR.....	24
2.3. A REGULAÇÃO.....	28
3. O NEGÓCIO.....	30
3.1. INTRODUÇÃO.....	30
3.2. SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA.....	31
3.3. SISTEMA DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS.....	32
3.4. MANUTENÇÃO E REMODELAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS EXISTENTES.....	32
3.5. PLANEAMENTO, PROJETO E CONSTRUÇÃO DE NOVAS INFRAESTRUTURAS.....	33
4. SUSTENTABILIDADE.....	34
4.1. ENQUADRAMENTO.....	34
4.2. ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE.....	34
4.3. STAKEHOLDERS / PARTES INTERESSADAS.....	35
4.4. GESTÃO DO RISCO.....	36
4.5. ATIVIDADE OPERACIONAL.....	39
4.5.1. OPERAÇÃO E GESTÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA.....	40
4.5.2. OPERAÇÃO E GESTÃO DOS SISTEMAS DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS.....	49
4.5.3. ATIVIDADE DE PLANEAMENTO, CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA.....	52

4.5.4. ATIVIDADE DE PLANEAMENTO, CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DOS SISTEMAS DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS	56
4.5.5. MANUTENÇÃO NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA.....	61
4.5.6. GESTÃO DE ENERGIA	63
4.5.7. ATIVIDADE DE PLANEAMENTO E CONTROLO DE INVESTIMENTOS.....	67
4.5.8. ATIVIDADE DA SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL.....	71
4.6. GESTÃO DO CAPITAL HUMANO	77
4.7. FINANCEIRA	81
4.8. INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO / INOVAÇÃO.....	84
4.9. EVENTOS POSTERIORES AO FECHO.....	85
4.10. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS.....	86
5. PERSPECTIVAS FUTURAS	105
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	106
8. ANEXO AO RELATÓRIO	107
9. RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS SOBRE O DESEMPENHO DO ADMINISTRADOR EXECUTIVO	108
C – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO 2017	110
1. CONTAS INDIVIDUAIS	110
2. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	113
3. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	172
4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	174

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Senhores acionistas

O contexto em que a AgdA desenvolveu a sua atividade em 2017 foi marcado por um conjunto de fatores relevantes que a condicionaram positiva e negativamente e como tal moldaram o seu desempenho operacional expresso não só nos resultados económicos e financeiros mas também nos indicadores da qualidade do serviço prestado aos seus utilizadores evidenciados no Relatório de Gestão e Contas do ano de 2017.

A alteração do modelo de gestão ocorrido com a nomeação de três Administradores Executivos através da Deliberação Unânime por Escrito de 10 de Abril de 2017 e a consequente institucionalização de uma Comissão Executiva, que substituiu o modelo vigente até então de Administrador Delegado, implicou uma mudança significativa nos procedimentos, nos processos de decisão interna e nas rotinas institucionalizadas na Empresa.

Por outro lado a situação de seca extrema que se verificou em todo o país e com particular incidência na Região do Alentejo em que a AgdA opera, conjugada não só com a vulnerabilidade em termos de quantidade e qualidade de algumas das origens de água superficiais e subterrâneas do Sistema de Abastecimento mas também com a fragilidade de algumas das infraestruturas e equipamentos herdados dos sistemas municipais implicou um esforço adicional da Empresa para que não tenham ocorrido situações de quebra no serviço de abastecimento de água aos Municípios utilizadores e consequentemente às populações servidas.

Efetivamente no domínio da atividade operacional a situação de seca hidrológica ocorrida em 2017, na sequência de idêntica situação verificada em 2015 e 2016, afetou negativamente não só a quantidade de recursos hídricos disponíveis em algumas origens mas também a sua qualidade o que induziu acréscimos de custos decorrentes dos tratamentos específicos e das soluções alternativas ao abastecimento a pequenos sistema autónomos e do reforço das origens garantidas pelo Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva.

No entanto o facto de se ter atingido em 2017 o indicador da ERSAR de água segura de 99,37% que compara com 99,31% em 2016 é ilustrativo de que apesar do contexto adverso decorrente da situação de seca a qualidade do serviço expressa pelo indicador de água segura se manteve com ligeira melhoria comparativamente com o ano anterior.

O ano de 2017 foi também o ano em que arrancaram os procedimentos e a execução efetiva e substantiva dos investimentos aprovados nas candidaturas contratualizadas com o Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) no valor global de 61Milhões de Euros nas componentes abastecimento de água e tratamento de águas residuais, sendo de relevar não só que o investimento executado quase que duplicou, quando comparado com idêntico indicador do ano transato, mas também que o numero e valor das empreitadas adjudicadas e dos procedimentos concursais lançados em 2017, com execução programada para 2018, é substancialmente superior ao ocorrido em 2016.

O volume de negócios ascendeu no ano de 2017 a 13,9 Milhões de Euros, cerca de 5% acima do valor de idêntico indicador de 2016, fundamentalmente em resultado do aumento de 24% da faturação da componente tratamento de efluentes à tarifa contratual aplicada às infraestruturas que por via dos investimentos realizados se encontram em condições de cumprir as disposições legais aplicáveis e do aumento de cerca de 3% das vendas de água.

No exercício de 2017 é de relevar o facto de o valor global dos créditos municipais ter descido 9%. Contudo o valor da dívida vencida não enquadrada por acordos de pagamento cresceu substancialmente situando-se nos 4,7 Milhões de euros o que implicou um aumento do prazo médio de recebimentos de 130 para 151 dias, sendo que para 2018 se perspetiva uma redução do prazo médio de recebimentos pela via da celebração de acordos de pagamento com os Municípios com posterior cedência dos mesmos a instituições bancárias.

Apesar de a dívida vencida dos Municípios ter aumentado e do acréscimo de investimentos ocorrido em 2017, uma criteriosa gestão dos recebimentos dos Fundos Comunitários conjugada com o controle de custos e com a realização da 1ª tranche do aumento de capital subscrito permitiu que o endividamento da empresa tenha baixado, ainda que ligeiramente, o que aliado às taxas de juro praticadas se refletiu no valor dos gastos financeiros contabilizados no exercício.

Apesar da atividade da Empresa se ter exercido no contexto referido e condicionada pelos fatores descritos no Relatório de Gestão o Conselho de Administração considera que o desempenho da Empresa em 2017 foi globalmente positivo tanto na componente financeira, evidenciado pelo fato de ter apresentado desvios de recuperação de gastos positivos, como na componente qualidade do serviço prestado, evidenciado pelos indicadores de qualidade de água segura, grau de cumprimento dos parâmetros de descarga e nº de interrupções de abastecimento aos utilizadores.

Por fim o Conselho de Administração entende que o desempenho da Empresa em 2017 só foi possível graças ao empenho dedicado dos seus colaboradores e à excelente colaboração das Câmaras Municipais e ao apoio dos Acionistas AdP, SGPS e AMGAP, da Comissão de Parceria e do Fiscal Único e ainda das diversas Instituições da Administração Pública, nomeadamente a ARH Alentejo, CCDR Alentejo, ERSAR e POSEUR que no âmbito das suas competências específicas contribuíram e colaboraram para a obtenção dos resultados atingidos em 2017 pela AgdA - Águas Públicas do Alentejo, SA.

O Presidente do Conselho de Administração

(Joaquim Marques Ferreira)

A – A EMPRESA

I. QUEM SOMOS

I.1. Missão, Objetivos e Políticas

A AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A é uma sociedade anónima de direito privado e capitais públicos criada na sequência do Contrato de Parceria celebrado em 13 de Agosto de 2009 entre o Estado Português e 21 Municípios, tendo-lhe sido cometida a “...exploração e a gestão dos serviços de águas relativos ao Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo, doravante SPPIAALENTEJO, em regime de parceria pública...”

Com a assinatura das Aditamentos aos contratos de Parceria e de Gestão, em 22 de dezembro de 2015, passaram a ser abrangidos apenas 20 Concelhos, nomeadamente Alcácer do Sal, Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Arraiolos, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Grândola, Mértola, Montemor-o-Novo, Moura, Odemira, Ourique, Santiago do Cacém, Serpa, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vidigueira.

Missão

No âmbito da sua Missão, a AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. procede à exploração e à gestão dos serviços de água relativos ao Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo (SPPIAALENTEJO), em regime de parceria pública visando a prestação de um serviço de qualidade, com respeito pelos aspetos essenciais de ordem social e ambiental, bem como a disponibilização das suas capacidades ao serviço do interesse nacional.

Proporcionar aos clientes, os serviços de suporte comuns que são necessários ao seu funcionamento, de forma eficiente e a preços competitivos, potenciando a obtenção de economias de escala, disponibilizando soluções tecnologicamente avançadas, incorporando boas práticas de gestão e contribuindo decisivamente para a prossecução dos objetivos da empresa nas diferentes áreas de atuação.

A gestão da empresa deve fazer-se num contexto de procura permanente da sua sustentabilidade económica e financeira, seguindo os princípios da ecoeficiência e da responsabilidade social e ambiental.

Visão

A AgdA pretende ser reconhecida como empresa de referência, pela qualidade, continuidade e eficiência dos serviços que presta, numa região com necessidades especiais, devidas essencialmente a problemas de escassez de recursos hídricos e à dispersão populacional.

Valores

A AgdA assume como valores: Espírito de Servir; Excelência; Integridade; Responsabilidade e Rigor.

I.2. Descrição, atividade e presença

A AgdA surge na sequência do Contrato de Parceria-Pública, para a gestão de forma integrada, dos serviços de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais, celebrado a 13 de agosto de 2009 entre o Estado Português e os municípios de Alcácer do Sal, Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Arraiolos, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Grândola, Mértola, Montemor-o-Novo, Moura, Odemira, Ourique, Santiago do Cacém, Serpa, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vidigueira.

Com este Contrato de Parceria é criado o SPPIAAlentejo - Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo, que se decompõe no Sistema Integrado de Abastecimento de Água e no Sistema Integrado de Águas Residuais atualmente abrangendo todos os municípios subscritores do Contrato de Parceria inicial, com exceção de Ferreira do Alentejo, que não subscreveu o aditamento ao contrato assinado entre as partes em 22 de dezembro de 2015, tendo sido delegado na entidade gestora da parceria, a AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A., a gestão dos serviços de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais nos municípios abrangidos, através do Contrato de Gestão assinado na mesma data entre as partes.

Esta parceria visa garantir a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços de águas em “alta”, numa região com necessidades especiais, nomeadamente problemas de escassez de recursos hídricos e dispersão populacional.

Objetivos do Contrato de Parceria celebrado:

- i. Garantir de forma regular, continua e eficiente, em qualidade e em quantidade, o abastecimento de água para consumo público e o saneamento de águas residuais urbanas a toda a população abrangida;
- ii. Através de um investimento total de 256 milhões de euros, incluindo o reinvestimento, dos quais cerca de 80 milhões de euros já foram realizados, promover a conceção, reparação e renovação e assegurar a construção e exploração das infraestruturas, das instalações e dos equipamentos necessários à captação, ao tratamento e ao abastecimento de água para consumo público e à recolha, ao tratamento e à rejeição de águas residuais;
- iii. Assegurar a qualidade, continuidade e eficiência dos serviços públicos de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais à população residente, 245.000 Habitantes, em 17,5% do território nacional, de forma a promover a saúde pública, o bem-estar das populações, o aumento do emprego local, a proteção do ambiente e a sustentabilidade económico-financeira dos setor;
- iv. Contribuir para o desenvolvimento regional, para o ordenamento do território, para a qualidade de vida das populações e para a salvaguarda do património ambiental.



1.3. Cadeia de Valor

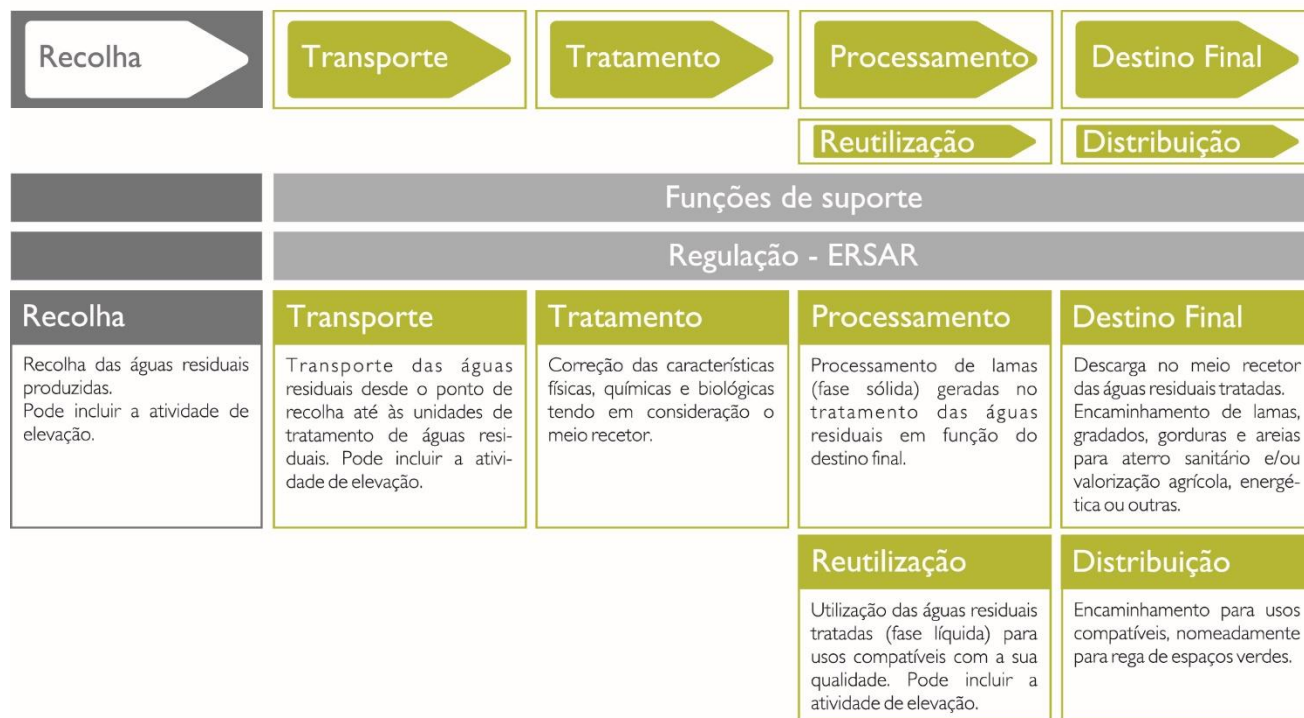
A empresa atua numa extensa e complexa cadeia de valor, agregando um conjunto interdependente de competências, que vão desde a identificação de mercados potenciais até à entrega do produto final ao cliente, contribuindo deste modo, quer para a criação de valor ao capital acionista, quer no cumprimento dos elevados parâmetros de desempenho exigidos.

Na representação gráfica que a seguir se apresenta expõe-se a visão sistémica da cadeia de valor do negócio, bem como a especificação das atividades de operação.

Operação - Água



Operação - Saneamento



I.4. Estrutura Acionista, Órgãos Sociais e Estrutura Organizacional

I.4.1. Estrutura Acionista da AgdA

De acordo com o modelo de gestão adotado para a gestão da Parceria, a AgdA - Águas Publicas do Alentejo, S.A., a quem foi atribuída a função de Entidade Gestora do SPPIAAlentejo, é constituída por dois acionistas, a Águas de Portugal, SGPS, S.A em representação do Estado Português e a AMGAP - Associação de Municípios para a Gestão de Águas Publicas do Alentejo em representação dos 21 municípios do SPPIAAlentejo, repartindo-se o seu capital social em 51% para o primeiro, e 49% para o segundo conforme quadro seguinte:

ESTRUTURA ACIONISTA				
ACCIONISTA	%	N.º Ações Classe A	Capital Social Subscrito	Capital Social Realizado
Águas de Portugal, S.G.P.S., S.A.	51%	676 260	3 381 300	2 455 650
AMGAP - Associação de Municípios para Gestão de Água Pública do Alentejo	49%	649 740	3 248 700	2 359 350
TOTAL	100%	1 326 000	6 630 000	4 815 000

I.4.2. Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Tendo em conta o estipulado no n.º I do artigo 14º dos Estatutos da Sociedade, a Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, sendo estes escolhidos entre acionistas ou outras pessoas e eleitos em Assembleia Geral por um período de três anos:

Na sequência da Declaração Social Unanime por Escrito de 10 de abril de 2017, foram eleitos para o mandato 2017-2019:

Presidente: Arqt.º Francisco José Caldeira Duarte

Vice-Presidente: Dr. Paulo Manuel Marques Fernandes

Secretária: Dr.ª Ana Cristina Rebelo Pereira

Conselho de Administração

Nos termos do n.º I do artigo 18º dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração é composto por três ou cinco Administradores, sendo um Presidente e os restantes Vogais. O Presidente poderá, nos termos do n.º 4 do mesmo artigo designar um Vice-Presidente que o substituirá nas suas faltas e impedimentos.

Na sequência da Declaração Social Unanime por Escrito de 10 de abril de 2017, foi eleito o Conselho de Administração para o triénio 2017/2019, tendo a seguinte composição:

Presidente Executivo: Dr. Joaquim Marques Ferreira

Vice- Presidente Executivo: Eng.º João Manuel da Silva Costa

Vogal Executivo: Eng.ª Susana Margarida Barrocas Feio Sobral Ramalho

Vogal Não Executivo: Dr. Jorge Paulo Colaço Rosa

Vogal Não Executivo: Eng.º Paulo Jorge Lusitano de França Andrade

Ao abrigo do artº 20º dos Estatutos da Sociedade o Conselho de Administração deliberou instituir uma Comissão Executiva composta pelos Membros Executivos do Conselho à qual foi cometida a gestão corrente da Sociedade com o âmbito e limites de competências constantes da delegação expressamente proferida pelo Conselho de Administração.

Fiscal Único

Nos termos do n.º I do artigo 24º dos Estatutos da Sociedade, a fiscalização da atividade da sociedade compete a um Conselho Fiscal, composto por três membros efetivos e um suplente, ou a um Fiscal Único e a um Fiscal Único Suplente, conforme for decidido, nos termos da lei, pela Assembleia Geral que os elege por mandatos de três anos, renováveis.

Para o mandato de 2017/2019, e na sequência da Declaração Social Unanime por Escrito de 10 de abril de 2017, foi eleito um Fiscal Único e um Fiscal Único Suplente.

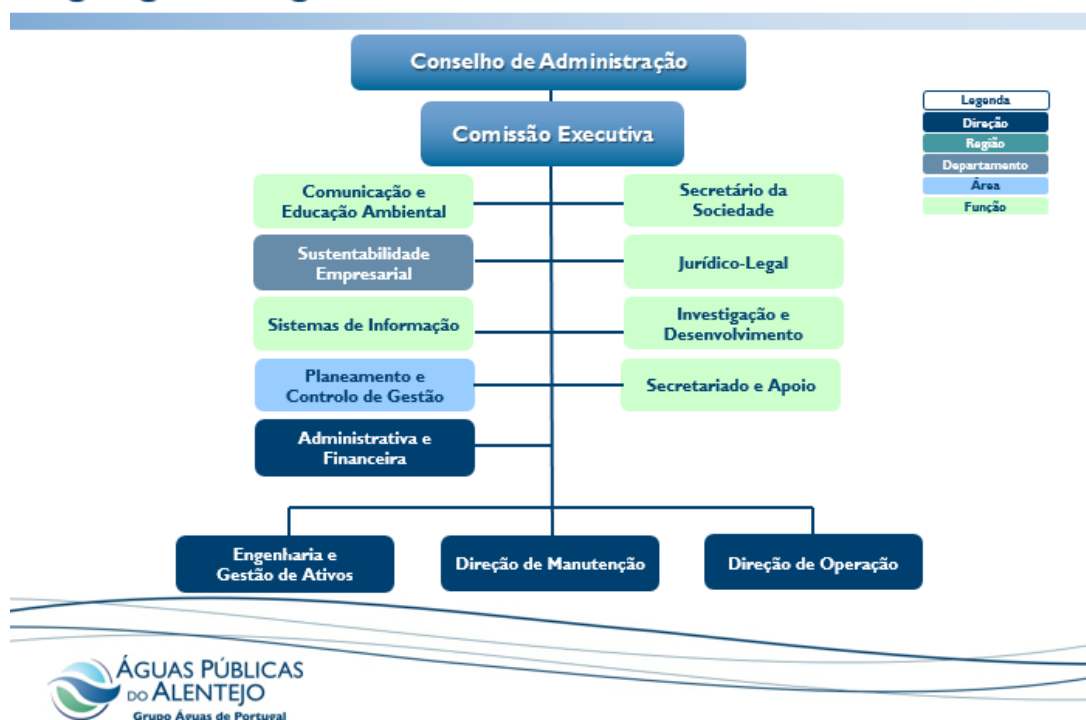
Fiscal Único Efetivo: Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A., OROC n.º 178, inscrito na CMVM sob o n.º 9011, representada pelo Dr. Rui Manuel da Cunha Vieira (ROC n.º 1154)

Fiscal Único Suplente: Dr. Rui Abel Serra Martins (ROC n.º 1119)

1.4.3. Estrutura Organizacional

Para o correto exercício das suas funções, a AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. dispõe de um conjunto de órgãos funcionais, para apoio à gestão da empresa, responsáveis pela definição e implementação das políticas, pela gestão dos recursos humanos e pela avaliação e controlo das atividades desenvolvidas. Dispõe ainda de órgãos de staff, conforme apresentado no organograma da empresa. As atividades desenvolvidas por cada órgão funcional são as seguintes:

Organigrama AgdA



Comunicação e Educação Ambiental

- i. Elaboração do plano de comunicação da empresa e coordenação da comunicação interna e externa;
- ii. Gestão das iniciativas de comunicação institucional da empresa e das relações com os órgãos de comunicação social;
- iii. Definição, em articulação com as entidades parceiras, dos *standards* de imagem da empresa e controlo da sua aplicação, nomeadamente nas viaturas, nas obras em curso e nas instalações;
- iv. Implementação de atividades de comunicação de âmbito escolar e de sensibilização ambiental de acordo com a estratégia de comunicação e imagem da empresa;

Secretario da Sociedade

- i. Velar pelo cumprimento das obrigações da Sociedade, sob a orientação do Presidente do Conselho de Administração, em matéria de elaboração e arquivo de atas do Conselho de Administração, bem como o expediente a elas relativo e registo comercial dos atos sociais a ele sujeitos;
- ii. Assegurar o apoio logístico às reuniões do Conselho de Administração e aos membros do Conselho de Administração e difundir as respetivas deliberações;

Sustentabilidade Empresarial

- i. Órgão a quem cabe promover e coordenar as atividades relativas às obrigações dos sistemas de gestão da qualidade, ambiente, higiene e segurança e responsabilidade social, constantes do Contrato de Parceria e dos compromissos assumidos pela empresa;
- ii. Articulação com os *stakeholders*: Agência Portuguesa do Ambiente, ERSAR e Clientes;
- iii. Análise do Risco: Gestão do risco empresarial; Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;
- iv. Promoção de Estudos de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I&D+I) em toda a cadeia de valor.

Jurídico-Legal

- i. Elaborar pareceres / interpretações sobre a aplicação do Contrato de Gestão, bem como de outros contratos, legislação, normas e regulamentos;
- ii. Assessoria nos processos de concurso e sua avaliação;
- iii. Resolução de disputas e litígios e patrocínio da empresa em ações judiciais, quer na qualidade de demandante ou demandada.

Sistemas de Tecnologia de Informação

- i. Órgão com a responsabilidade de assegurar a operacionalidade e adequação dos equipamentos informáticos e de comunicação, de acordo com as necessidades colocadas pelas áreas de empresa;
- ii. Assegurar a aplicação de mecanismos de segurança, confidencialidade e integridade da informação armazenada, processada e transportada nos sistemas de processamento e redes de comunicação utilizados;
- iii. Assegurar o cumprimento da legislação vigente em termos de licenciamento de software.

Planeamento e Controlo de Gestão

- i. Desenvolvimento de modelos de controlo de gestão;
- ii. Elaboração de candidaturas de investimentos e financiamentos;
- iii. Consolidação dos inputs das diferentes áreas para elaboração do orçamento de exploração;
- iv. Controlo da execução do orçamento de gestão, identificação e investigação de desvios.

Secretariado e Apoio

- i. Apoiar a Administração na sua atividade regular, na gestão das agendas dos administradores e da correspondência recebida e expedida;
- ii. Registar em sistema informático todas a documentação rececionada na empresa encaminhando-a para as áreas respetivas;
- iii. Expedir a documentação após verificação pela Administração, garantindo o arquivo de cópia em documentação interna.

Direção Administrativa e Financeira

- i. Participação na preparação dos planos a médio e longo prazo para a empresa, com incidência na estratégia e política tarifária, na fixação de objetivos e na afetação de custos;
- ii. Assegurar a gestão financeira da empresa;
- iii. Assegurar a contabilidade geral e analítica;
- iv. Elaboração e execução do orçamento da empresa e sua atualização;
- v. Assegurar a gestão patrimonial dos bens da empresa, bem como o direito de utilização das infraestruturas municipais;
- vi. Gestão dos processos inerentes às relações de trabalho;
- vii. Gestão de processos de aquisição de bens e serviços e gestão do parque automóvel da empresa.

Direção de Engenharia e Gestão de Ativos

- i. Acompanhar o Plano de Investimentos de novas empreitadas, de obras de ampliação e reabilitação de infraestruturas, gerindo a sua execução em termos de prazo, custo e qualidade;
- ii. Coordenar a execução e fiscalização das obras em curso;
- iii. Elaborar, acompanhar e desenvolver projetos de engenharia nas várias especialidades da empresa;
- iv. Coordenar a execução e fiscalização das obras em curso, assim como as demais prestações de serviços necessárias.

Direção de Manutenção

- i. Propor uma política de gestão da manutenção, ao nível de planeamento e controlo, gestão de recursos, gestão de serviços e avaliação de resultados;
- ii. Propor um planeamento e executar as ações de manutenção preventiva, corretiva, condicionada e sistemática dos ativos da empresa, com o objetivo de garantir a qualidade de serviço;
- iii. Propor uma política de gestão de energia, com o objetivo da maximização de eficiência energética nas infraestruturas;
- iv. Monitorizar os consumos energéticos da empresa e desenvolver um plano de eficiência energética;
- v. Planear e executar ações para otimizar processos e reduzir consumos desnecessários.

Direção de Operação

- i. Coordenação e execução das ações de operação e comando da captação, tratamento, adução e abastecimento de água para consumo incluindo a coordenação geral dos centros de operação, servindo clientes municipais;

- ii. Coordenação das ações de operação e comando da recolha, tratamento, rejeição e medição de efluentes, incluindo a coordenação geral dos centros de operação nas ETAR, servindo clientes municipais;
- iii. Coordenação e execução da gestão de resíduos;
- iv. Execução de estudos para melhoria do funcionamento dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais;
- v. Supervisão e comando da operação através de telegestão e telemetria;
- vi. Gestão do parque de equipamentos de medição caudal.

I.5. Carteira de Participações e Sucursais

No exercício de 2017, a AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. não participou ou realizou operações de alienação de participações sociais.

Em 2017, a AgdA - Águas Públicas do Alentejo S.A pagou quotizações nas seguintes entidades:

- NERBE / AEBAL – Associação Empresarial do Baixo Alentejo e Litoral;
- CEBAL – Centro de Biotecnologia Agrícola e Agro - Alimentar do Alentejo;
- APDA – Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas.

A AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. não dispõe de sucursais.

I.6. Síntese de Indicadores

Os indicadores são instrumentos de gestão fundamentais para monitorizar e avaliar a atividade da empresa, permitindo analisar a sua evolução e o seu estado de performance.

Neste contexto, os quadros que se seguem procuram avaliar ao nível da atividade operacional e financeira, a evolução da AgdA nos anos de 2015 a 2017:

INDICADORES ACTIVIDADE

	2017	2016	2015
1. Investimento total (Milhares de Euros) ⁽¹⁾	8 773	4 841	18 676
2. N° Médio de Trabalhadores (sem órgãos sociais)	120	122	111
3. N° de Trabalhadores em 31 de Dez. (sem órgãos sociais)	120	122	121
4. N° de Órgãos Sociais	9	9	9
5. Volume de Água Captada (10 ³ m3/ano)	22 524	21 712	22 205
6. Volume de Água Produzida (10 ³ m3/ano)	21 393	20 861	21 586
7. Volume de Água Fornecida (10 ³ m3/ano)	19 940	19 497	20 109
8. Volume de Água Faturada (10 ³ m3/ano)	20 095	19 497	19 972
9. Volume de Efluente Recolhido (10 ³ m3/ano)	9 573	9 599	9 824
10. Volume de Efluente Tratado (10 ³ m3/ano)	9 225	9 182	9 100
11. Volume de Efluente Faturado (10 ³ m3/ano) ⁽²⁾	5 139	3 705	0
12. Energia Consumida (KW h/ano)	21 111 990	22 359 745	18 576 262
13. Energia Consumida (Milhares de Euros)	2 707	2914	2537
14. Número de Captações de Água em funcionamento	360	379	372
15. Extensão da Rede em funcionamento (Km)			
- Abastecimento	1036	1035	1008
- Saneamento	117	124	121
16. Número de ETA's em funcionamento	65	66	65
17. Número de ETAR's em funcionamento	103	104	96
18. Número de Estações Elevatórias em funcionamento			
- Abastecimento	74	68	65
- Saneamento	30	29	26
19. Número de Reservatórios em funcionamento	277	271	264
20. Municípios Abrangidos			
- Abastecimento	20	20	20
- Saneamento	20	20	20
21. Municípios Servidos			
- Abastecimento	20	20	20
- Saneamento	20	20	20
22. População Abrangida			
- Abastecimento	199 683	199 683	200 230
- Saneamento	171 854	171 854	nd
23. População Servida			
- Abastecimento	199 201	199 201	199 076
- Saneamento ⁽³⁾	90 413	74 646	nd

⁽¹⁾ Investimento sem capitalização de encargos

⁽²⁾ Faturados à tarifa contratualizada

⁽³⁾ Com instalações intervencionadas pela AgdA e com licença de descarga emitida em nome da AgdA

INDICADORES FINANCEIROS

	2017	2016	2015
Capital Social Realizado	4 815 000	3 000 000	3 000 000
Capital Próprio	5 066 874	3 242 574	3 158 071
Ativo Líquido Total	114 295 388	105 085 742	98 453 999
Investimento	8 772 828	4 841 115	18 676 038
Recebimentos de Apoios Comunitários	8 932 474	1 918 993	9 834 091
Passivo Total	109 228 514	101 843 167	95 295 928
Dívida de clientes total	12 037 228	13 246 787	13 592 323
Dívida de clientes vencida	4 770 791	2 597 299	3 496 156
Endividamento	50 922 727	51 883 016	46 717 382
Volume de Negócios	13 878 247	13 210 069	10 359 356
Vendas	11 126 411	10 834 559	11 305 680
Prestação de Serviços	3 088 287	2 428 107	0
Desvios de Recuperação de Gastos	(336 451)	(52 597)	(946 324)
EBIT	941 334	922 230	(565 822)
EBITDA	2 236 658	2 317 898	1 407 992
EBIT s/ Desvios Recuperação Gastos	1 277 785	974 827	380 502
EBITDA s/ Desvios Recuperação Gastos	2 573 109	2 370 495	2 354 316
Resultados Financeiros	(717 650)	(618 600)	765 835
Resultados Antes de Impostos	223 684	303 630	200 013
Resultado Líquido do Exercício	221 663	223 541	146 355
CashCost Abastecimento de Água	0,47	0,47	0,44
CashCost Águas Residuais	0,45	0,58	nd
Prazo Médio de Recebimentos (PMR)	151	128	157
Prazo Médio de Pagamentos (PMP)	17	60	40

INDICADORES GESTÃO

	2017	2016	2015
Endividamento líquido / EBITDA ⁽¹⁾	19,46	21,61	19,38
EBITDA ⁽¹⁾ / Serviço Dívida	5,05%	4,57%	5,00%
Gastos Operacionais / Volume de Negócios	114%	116%	114%
Margem EBITDA ⁽¹⁾	18,1%	17,9%	21%
ROCE ⁽¹⁾	2,25%	1,72%	0,60%

⁽¹⁾ Para cálculo dos indicadores não foram considerados os desvios de recuperação de gastos

2. RECONHECIMENTO / PRÉMIOS / CERTIFICAÇÕES

Selo de Qualidade

A AgdA foi distinguida durante a 12.ª Expo Conferência da Água, com o Selo de qualidade exemplar de água para consumo humano.

Esta distinção, atribuída pela ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos em parceria com o jornal Água&Ambiente, reconhece o cumprimento, no último ano de avaliação regulatória (2016), de um conjunto de critérios relativos à qualidade da água, nomeadamente o cumprimento do PCQA (Programa de Controlo da Qualidade da Água), acima de 99% de cumprimento dos parâmetros de controlo de rotina I (bactérias coliformes e E. Coli), dos parâmetros organoléticos (cheiro e sabor) e acima de 99% de fornecimento de água segura.



Segundo a ERSAR, o objetivo deste galardão é “evidenciar as entidades prestadoras de serviços de abastecimento público de água que, no último ano de avaliação regulatória, tenham assegurado uma qualidade exemplar da água para consumo humano”.

Os Selos de Qualidade do Serviço ERSAR 2017 (vertente água) inserem-se na iniciativa da Entidade Reguladora, Prémios e Selos de Qualidade dos Serviços de Águas e Resíduos.

Prémio de Excelência Empresas do Alentejo

A AgdA- Águas Públicas do Alentejo, S.A. obteve o terceiro lugar na categoria de Pequenas e Médias Empresas, prémio atribuído pela Casa de España em Lisboa, com base no estudo de resultados económicos das empresas sediadas no Alentejo.

Os critérios para o cálculo destes indicadores são os seguintes:

- i. Valor Acrescentado Bruto (VAB) – que permite considerar a contribuição da empresa para a economia nacional e regional.
- ii. Aumento de Volume de Negócios – que incorpora o conceito de dinamismo da empresa.
- iii. Rentabilidade dos Capitais Próprios – que mede o retorno que a empresa dá aos seus acionistas.
- iv. Autonomia Financeira – que mede o equilíbrio financeiro da empresa.
- v. Produtividade Real (VAB / N.º. Trabalhadores) – resultado da qualidade de gestão.
- vi. Geração de Emprego

3. DESTAQUES DO ANO / PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

Execução do Plano de Investimentos

Na sequência das 12 candidaturas submetidas e contratualizadas com o POSEUR em 2016, num valor total de investimento de 61,2 Milhões de euros, dos quais 44,2 em SAA e 17 em SAR, o ano de 2017 foi dedicado à preparação e lançamento das respetivas empreitadas.

Foram assim lançadas 26 empreitadas, das quais 21 em Sistemas de Abastecimento de Água e 5 em Águas Residuais. Destes concursos resultou ainda em 2017 a adjudicação de 11 empreitadas, 6 em SAA e 5 em SAR, correspondendo a um valor total de 21,8 Milhões de Euros.

Das empreitadas iniciadas no ano em análise, salienta-se, pela sua importância a ETA da Magra e respetivo Sistema de Adução, por constituírem o novo sistema de Abastecimento à cidade de Beja, e com um valor global de 7,4 Milhões de Euros. Na vertente das Águas Residuais, salienta-se a entrada em obra das ETAR de Beja, de Grândola e de São Teotónio, pela significância que terão para a região, uma vez que no conjunto irão tratar os efluentes de três das maiores cidades da área abrangida, sendo que uma é a capital de Distrito, e com um valor de investimento associado, da ordem de 8,2 Milhões de Euros.

Uma nota relativamente às empreitadas que foram concluídas neste ano, num total de 4 e num montante de 1,8 Milhões de euros, sendo que a da Melhoria do Processo de Tratamento da ETA do Roxo merece uma menção especial, pelo impacto que tem na garantia da qualidade da água produzida, e fornecida aos municípios de Beja e Aljustrel.

Em síntese, é de referir que no final de 2017, o ponto de situação das empreitadas previstas nas 12 operações contratualizadas com o POSEUR era a seguinte:

EXECUÇÃO DO PLANO DE INVESTIMENTOS

	Total de Empreitadas	Concluídas	Em obra	Em Contratação	Em Concurso	Revisão de Projeto	Valor
Sistemas de Saneamento de Águas Residuais	8	0	6	0	2	0	17 M€
Sistemas de Abastecimento de Água	26	5	5	3	12	1	44 M€
TOTAL	34	5	11	3	14	1	61 M€

Por último referir que o investimento total efetuado em 2017 foi de 8,8 M€, que duplica o realizado em 2016, motivado por se estarem a iniciar as empreitadas das operações contratualizadas com o POSEUR. Durante esse ano foram adjudicadas 18,6 M€ de novas empreitadas, prevendo-se para 2018 o pico da realização de investimento, face a se encontrarem em curso, ou serem iniciadas a totalidade das empreitadas contratualizadas com o POSEUR, excetuando as que já estão concluídas.

Qualidade da Água Fornecida

O ano de 2017 caracterizou-se por ser muito seco, na Região Alentejo, o que provocou uma grande pressão sobre os consumos e sobre as origens com reduções de produtividade nas captações subterrâneas e descidas acentuadas de níveis nas albufeiras o que conjugado com temperaturas elevadas e permanente aos longo de muito tempo, teve consequência na qualidade da água bruta o que obrigou a redobrados esforços da Empresa para garantir o abastecimento em quantidade e qualidade aos Municípios que integram a Parceria. A situação descrita teve particular relevância na qualidade da água proveniente do Sistema do Roxo nalguns meses de Verão e nas disponibilidades para abastecer alguns dos pequenos sistemas autónomos em quantidade e com a qualidade adequada. Nesta matéria o Sistema de Monte da Rocha, em particular os pequenos aglomerados do município de Mértola abrangidos por este Sistema foram especialmente atingidos, tendo sido necessário proceder ao transporte de água por autotanque para satisfazer as necessidades das populações.

No entanto e de acordo com o indicador da ERSAR de qualidade da água o SPPIAA manteve a classificação de água segura, acima dos 99% e na linha do que vinha acontecendo em anos anteriores, apesar dos problemas de qualidade de água na origem ocorridos este ano.

Escassez de Disponibilidades Hídricas

O ano de 2017 fica marcado como um ano de seca severa. Em termos de operação de abastecimento de água, esta situação exigiu à empresa um controlo ainda mais eficaz em termos de operações de adução e tratamento nas ETA garantindo água em quantidade e qualidade, um controlo ainda mais eficaz em termos da qualidade, conhecidos que são a ocorrência de fenómenos de aparecimento de algas que podem inviabilizar o fornecimento de água. Nos sistemas abastecidos por águas subterrâneas, a alteração da produtividade poderia ter ocasionado situações de alteração de qualidade, facto que não tendo ocorrido, foi prontamente acompanhado.

Num ano como foi 2017, garantir que as perdas foram controladas tratou-se não só de uma atividade corrente mas de uma necessidade imperiosa.

A relação que se estabeleceu com os municípios, seus técnicos e operadores, foi essencial na transmissão de informações com vista à resolução de situações, prontamente resolvidas. Em termos de sensibilização para a contenção dos consumos e o controlo dos desperdícios foi essencial a sua participação.

O acompanhamento das situações de diminuição de produtividade de captações, já anteriormente identificadas, permitiu uma ação concertada ao longo do período estival, não se tendo verificado um significativo aumento de necessidades de transporte de água. O prolongamento da situação de seca, praticamente até ao final do ano, exigiu por parte da empresa uma atenção redobrada para as zonas mais difíceis.

Ressalvar a atenção que as instituições com responsabilidades no sector da água promoveram em relação à seca, nomeadamente em relação à Albufeira do Monte da Rocha. Sendo que se trata de uma albufeira sem ligação a Alqueva, foi equacionada a necessidade de se encarar esta ligação como uma prioridade em termos de investimento das ligações do EFMA.

Conta corrente com clientes

Em 2017 verificou-se uma redução dos créditos municipais totais resultante do esforço de regularização dos créditos por parte dos Municípios mais pela via de celebração de acordos de pagamento plurianuais do que pela via do pagamento efetivo dos fornecimentos e dos serviços prestados. Esta redução merece ainda particular destaque se considerarmos que o volume de negócios aumentou pelo acréscimo de volumes fornecidos em abastecimento de água e pelo início de faturação de algumas infraestruturas de saneamento.

Efetivamente o montante recebido em 2017 ascendeu a 17,039 Milhões de Euros que compara com os 15,138 Milhões de Euros de recebimentos no mesmo período em 2016, evidenciando um decréscimo da dívida total de clientes sendo contudo de salientar que se verificou um aumento da dívida vencida não enquadrada por acordos de pagamento o que permite inferir que alguns Municípios concentraram os seus esforços de pagamento nas prestações dos acordos celebrados em detrimento pagamento do serviço corrente.

É ainda de relevar que contribuiu igualmente para a redução da dívida total, a cessão de créditos dos acordos de pagamento celebrados com os Municípios de Ourique e de Serpa, tendo permitido antecipar o recebimento de dívida titulada em 2,565 Milhões de Euros.

Processos de Certificação

Em 2017 a AgdA iniciou o processo de certificação externa, pela APCER, do Sistema de Gestão Integrada de Qualidade, Ambiente e Segurança, na sequência da implementação dos normativos ISO 9001: 2015; ISO 14001:2015 e OHSAS 18001:2007, demonstrando que cumpre com todos os requisitos das normas de referência, requisitos legais, regulamentares, contratuais e que aposta na melhoria contínua dos seus processos e na satisfação das partes interessadas.

B – RELATÓRIO DE GESTÃO

I. LINHAS ESTRATÉGICAS

Decorrente da Missão definida para a AgdA e da Visão Estratégica da Administração, foi estabelecida uma Política de Gestão Integrada, com um conjunto de grandes objetivos, coerentes e interativos, contribuindo para a prossecução da Missão.

A AgdA, está empenhada em assegurar o contínuo e eficiente abastecimento de água para consumo humano, bem como o tratamento de águas residuais, aos 20 Municípios, de um modo responsável, ambientalmente sustentável e num grupo de trabalho seguro e saudável para todas as pessoas que trabalham sob o seu controlo, num clima de bem-estar e confiança entre, clientes, acionistas, fornecedores, comunidade envolvente e público em geral.

Assim, num quadro de sustentabilidade económica e social a AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. pretende:

- i. Antecipar, avaliar e promover de uma forma contínua e sistemática a satisfação das necessidades e expectativas dos seus clientes, acionistas, colaboradores, restantes partes interessadas e comunidade;
- ii. Avaliar e verificar continuamente os riscos para a saúde pública, com origem no consumo de água, implementando medidas de prevenção e monitorização;
- iii. Promover a ecoeficiência das suas atividades de forma a prevenir a poluição, diminuindo o consumo dos recursos naturais, de matérias-primas e de energia, e promovendo a reutilização de reciclagem;
- iv. Avaliar as implicações ambientais da atividade;
- v. Avaliar e controlar continuamente a Higiene e Segurança, promovendo a identificação, a avaliação e o controlo dos perigos e riscos de forma a prevenir lesões, ferimentos e danos para a saúde e a segurança dos trabalhadores e das instalações, incluindo acidentes graves que envolvam substâncias perigosas, pela implementação de medidas de prevenção e monitorização eficazes;
- vi. Disponibilizar os meios humanos, técnicos e financeiros necessários e adequados para o desenvolvimento de todas as atividades da empresa;
- vii. Envolver e promover a participação de todos os colaboradores da AgdA e dos que trabalham em seu nome, de modo a garantir o seu compromisso a Sustentabilidade Empresarial;
- viii. Promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores e a sua motivação, pela sua formação, atualização e sensibilização permanentes, assegurando e melhorando as condições laborais e sociais, em conformidade com os requisitos da norma SA 8000;
- ix. Subscrever e cumprir o Código de Conduta e Ética do Grupo AdP.

Todas e cada uma das atividades principais da empresa serão desenvolvidas em condições de total respeito pelo ambiente e pela qualidade de vida das populações atuais e das gerações vindouras, com especial ênfase na preocupação pela garantia das melhores condições de trabalho dos colaboradores e da qualidade do serviço prestado, procurando, simultaneamente:

- i. Promover ações de melhoria contínua da atividade, em todas as áreas de intervenção da empresa, a fim de assegurar que a AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. seja reconhecida como uma empresa segura, saudável e transparente em todas as suas áreas de atividade e influência, e promover o bem-estar e satisfação dos colaboradores da empresa em todos os aspetos pessoais, profissionais e humanos e, ainda, garantir a satisfação da sociedade envolvente e das entidades oficiais, quer pela qualidade do serviço prestado quer pela garantia do cumprimento das normas ambientais, laborais, sociais e fiscais em vigor;
- ii. Responder às exigências dos acionistas da empresa, assegurando o seu desenvolvimento e a sua sustentabilidade económica e financeira, de acordo com os requisitos do Contrato de Parceria, quer pelo melhor desempenho das competências atuais quer pela expansão geográfica.

2. ENQUADRAMENTO

2.1. A Envolvente

Global

O crescimento mundial para 2017 terá sido de aproximadamente 3,7% (vs. 3,2% no ano anterior e abaixo dos níveis de crescimento pré-crise financeira internacional) e resulta do crescimento verificado na Europa e na Ásia. O crescimento verificado no quarto trimestre de 2017 foi superior ao projetado no Outono desse ano, principalmente na Alemanha, Japão, Coreia e Estados Unidos da América. Os mercados emergentes contribuíram igualmente para este crescimento, a salientar Brasil, China e África do Sul.

O sentimento nos mercados financeiros permaneceu forte nas economias avançadas, verificando-se ganhos nos mercados acionistas e uma nova diminuição da volatilidade. Nas economias emergentes, as taxas de juro baixaram, contribuindo para uma diminuição modesta da restritividade das condições financeiras, ao passo que as entradas de capital regressaram a níveis inéditos desde 2015.

A taxa de inflação acelerou na zona da OCDE de 1,1% em 2016 para 2,25% em 2017, refletindo o aumento nos preços da energia e dos bens alimentares.

Zona Euro

O crescimento do Produto Interno Bruto ('PIB') na zona Euro foi de 2,4% em 2017 (vs. 1,8% em 2016) impulsionado pelos contributos fortes da procura interna e, em especial, das despesas de investimento fixo. As condições no mercado de trabalho continuaram a melhorar nos últimos meses de 2017, a um ritmo ainda mais rápido do que o anteriormente esperado, tendo a taxa de desemprego descido para 9,0% no terceiro trimestre de 2017, o seu nível mais baixo desde finais de 2008.

A taxa de inflação da zona Euro continua sem evidenciar sinais de retoma, tendo o índice de preços ao consumidor, excluindo energia e alimentação, situado em 0,9% a.a (1,4% a.a. no total). Contudo, as projeções apontam para uma subida gradual da inflação nos próximos anos, suportada pela política monetária do Banco Central Europeu, um contínuo crescimento económico, a correspondente absorção da folga económica e um aumento salarial.

Taxas de juro

A política monetária da zona Euro permaneceu expansionista, tendo o Banco Central Europeu reduzido a taxa diretora em março de 2016 para -0,4% e alargado o programa de compra de ativos para um valor mensal de 60 biliões de euros, o qual reduzirá em 2018 para um valor mensal de 30 biliões de euros.

As taxas de juro de longo prazo, medidas pela taxa de rendibilidade da dívida pública a 10 anos, aumentaram em 2017 face a 2016, reflexo do crescimento económico verificado em 2017.

As yields das Obrigações do Tesouro português ('OT') a 10 anos desceram no mercado secundário entre o final de 2016 e o final de 2017, de 3,76% para 1,93%, com descida acentuada no segundo semestre de 2017. O diferencial das taxas das obrigações portuguesas face às alemãs é de cerca de 150 pontos base.

Fonte: FMI world economic outlook; European Commission economic outlook; BPI Research; Boletim económico do Banco Portugal; Projeções macroeconómicas do Banco Central Europeu; Eurostat e INE.

Portugal

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística ('INE') e do Banco de Portugal, o PIB português terá aumentado 2,5% em 2017 para um valor total, a preços constantes, próximo do de 2005. Esta evolução que configura uma aceleração em comparação com o desempenho económico em 2016 (1,5%), foi suportada pelo crescimento do consumo privado em 2,5% (essencialmente na procura de bens não duradouros) e do investimento em 10% (essencialmente em equipamento de transporte, outras máquinas, equipamentos e sistemas de armamento), o que contrastou com um crescimento de apenas 0,2% no consumo público.

O mercado do trabalho tem recuperado gradualmente e a taxa de desemprego diminuiu de 11,1% em 2016 para 8,9% em 2017, ficando abaixo da zona euro (9,1%).

A taxa de inflação em Portugal registou um acentuado aumento. Em 2017, o Índice de Preços no Consumidor ('IPC') registou uma taxa de variação média anual de 1,47% (vs. 0,6% em 2016). Excluindo do IPC a energia e os bens alimentares não transformados, a taxa de variação média anual situou-se em 1,18% (0,7% em 2016). O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor ('IHPC') português registou uma taxa de variação média anual de 1,6% em 2017 (vs. 0,6% em 2016).

A evolução demográfica em Portugal continua a caracterizar-se pela redução da população residente, em particular nas zonas do interior. Este declínio, que se mantém desde 2010 com um valor aproximado de menos 50 mil pessoas por ano, resulta da redução do número de nascimentos e do balanço negativo dos fluxos migratórios. O envelhecimento da população é outra variável que tem caracterizado a demografia em Portugal.

Ao nível das contas públicas, o défice das Administrações Públicas fixou-se em 2,6 mil milhões de euros no conjunto de 2017 (3,8 mil milhões de euros em 2016), o que corresponderá a 1,4% do PIB esperado para 2017 e traduz o aumento das receitas fiscais e das contribuições para a segurança social resultante da dinâmica do mercado, não obstante o aumento controlado do investimento público e da despesa corrente.

Não obstante a redução significativa do valor do défice das Administrações Públicas, em 2017 verificou-se um ligeiro aumento da dívida pública (243 mil milhões de euros em 2017 e 236 mil milhões de euros em 2016), estimando-se que a dívida pública em 2017 represente aproximadamente, 126% do PIB (130% do PIB em 2016)

Região Alentejo

Perspetiva-se para a Região Alentejo a continuidade do crescimento do setor do turismo tanto na componente alojamento, com o aumento do n.º de dormidas, como da restauração, na linha da evolução que se tem verificado no passado recente.

É igualmente expectável que a atividade agrícola, em particular a associada ao regadio continue a crescer no essencial derivada do incremento da atividade potenciada pelos investimentos executados e programados pelo Empreendimento de Alqueva.

Em termos de evolução demográfica não se antecipam alterações significativas a curto prazo perspetivando-se uma certa estabilização das tendências recentes de perda de população ainda que menos acentuada ao nível global da Região do que os cenários elaborados pelo INE inicialmente previam, pese embora haver dinâmicas diferenciadas em algumas das Subregiões.

Perspetivas para 2018-2020

De acordo com as projeções do Banco de Portugal, o processo de expansão da economia portuguesa deverá manter-se nos próximos anos. Após um aumento de 2,6% em 2017, a atividade económica continuará a apresentar um perfil de crescimento ao longo do horizonte de projeção, embora a um ritmo progressivamente menor (2,3%, 1,9% e 1,7%, respetivamente em 2018, 2019 e 2020). No final do horizonte de projeção, o PIB deverá situar-se cerca de 4% acima do nível registado antes da crise financeira internacional. As taxas de crescimento projetadas são superiores à média das estimativas do crescimento potencial da economia portuguesa e deverão traduzir-se num hiato do produto positivo nos próximos anos. O crescimento do PIB em Portugal será muito próximo do da média da zona euro ao longo do horizonte de projeção. Em termos do PIB per capita, a convergência real face à zona euro deverá continuar nos próximos anos de forma ligeira, em parte refletindo a redução da população em Portugal. Como tal, esta evolução será insuficiente para compensar a divergência real acumulada até 2013.

As projeções assentam num cenário de aceleração do consumo privado e desaceleração da formação bruta em capital fixo, num contexto de aumento do rendimento disponível, da melhoria progressiva das condições de trabalho e de condições favoráveis ao financiamento.

Durante o período em análise, o Banco de Portugal antecipa uma estabilização da taxa de inflação 1,5% entre 2018 e 2020.

No que respeita às taxas de juro, o Banco Central Europeu prevê a manutenção de taxas diretoras negativas até 2019 e o aumento da média ponderada das taxas de rendibilidade nominais das obrigações de dívida pública a 10 anos, para 1,1% em 2018, 1,4% em 2019 e 1,7% em 2020. O Banco de Portugal prevê a estabilidade da taxa de juro implícita da dívida portuguesa em 3%.

2.2. O Setor

A água é um bem essencial para o desenvolvimento económico e social encontrando-se no centro do desenvolvimento humano - saúde, produção de alimentos, produção de energia, proteção do ambiente e criação de emprego.

A disponibilidade e a gestão da água são determinantes para a salubridade das cidades e na forma como as diferentes sociedades, das mais desenvolvidas às mais pobres, lidam com os impactos das catástrofes naturais, nomeadamente as resultantes das alterações climáticas, de inundações e de secas.

De acordo com o Banco Mundial, a segurança hídrica continua a constituir um dos principais riscos mundiais em termos de impacto no desenvolvimento, sendo um aspeto fundamental na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ('ODS').

Na Cimeira da Organização das Nações Unidas ('ONU'), realizada em 2015 em Nova Iorque, foi aprovada a agenda de ação até 2030, constituída por 17 (ODS) tendo como objetivo a criação de um modelo global para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar de todos, proteger o ambiente e combater as alterações climáticas.

No âmbito específico do ODS 6, as metas a alcançar são: (i) o acesso universal e equitativo à água potável, melhorando a sua qualidade; (ii) a redução das águas residuais não tratadas; e (iii) o aumento da eficiência no uso da água em todos os setores, promovendo a reciclagem e reutilização de água e combatendo a sua escassez a nível global.

Os problemas mundiais do desenvolvimento sustentável do século XXI – desenvolvimento humano, cidades habitáveis, alterações climáticas, segurança alimentar e segurança energética – não se resolverão a menos que se melhore a gestão de recursos hídricos e se garanta o acesso a serviços de qualidade de abastecimento de água e de saneamento.

Em novembro de 2017 a Assembleia Geral da ONU relançou o diálogo sobre a gestão global da água na COP23 (Cities and local governments for climate action) em Bonn.

Com o objetivo de traduzir os objetivos do Acordo de Paris em fluxos de investimento e financiamento, a estratégia do Banco Mundial levou à criação, em 2017, do Global Water Security & Sanitation Partnership (GWSP) para ajudar os países a alcançar a meta da segurança hídrica universal, baseando-se nos seguintes princípios orientadores: (i) garantir que o desenvolvimento dos serviços hídricos se realize num contexto de gestão sustentável dos recursos; (ii) garantir a acessibilidade à população mais pobre; (iii) gerar conhecimento tecnológico de ponta e inovação (iv) garantir financiamento sustentável para o setor da água; (v) estabelecer alianças mundiais no setor da água.

Os benefícios do investimento estratégico na segurança do recurso água e do seu abastecimento às populações são elevados, e de mais-valia significativa para as populações. No entanto, o seu financiamento, em termos de disponibilidade e de custo, terá que ser assegurado. Para alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e saneamento adequado até 2030, o Banco Mundial estima que o investimento em ativos tenha que triplicar para atingir US \$ 1,7 trilião.

Porém, a segurança hídrica ainda representa um desafio para muitos países com problemas complexos neste âmbito, transversal a todos os setores económicos. O crescimento demográfico e económico exerce uma pressão sem precedentes sobre os recursos hídricos e segundo as estimativas, até ao final de 2030, mantendo as práticas atuais, o mundo enfrentará um deficit de 40% entre a procura de água e a quantidade de água disponível.

De acordo com dados do Banco Mundial, atualmente 70% da água que se extrai destina-se à agricultura. No ano de 2050 para alimentar 9.000 milhões de pessoas será necessário que a produção agrícola aumente em 60% e a extração de água em 15%. Mais de metade da população mundial vive em zonas urbanas. Os recursos subterrâneos de água esgotam-se mais rápido do que se conseguem regenerar, estimando-se que em 2025, cerca de 1800 milhões de pessoas viverão em países ou regiões com escassez absoluta de água.

Apesar dos importantes avanços das últimas décadas no acesso aos serviços de abastecimento de água e saneamento, mais de 2.400 milhões de pessoas ainda não tem acesso a serviços de saneamento de qualidade e pelo menos 663 milhões de pessoas não tem acesso a água potável.

A Água e Saneamento em Portugal

O setor do abastecimento de água e saneamento de águas residuais, reconhecidamente um grande contribuinte para o desenvolvimento económico, social e ambiental, tem uma evolução positiva nos últimos anos em Portugal, destacando-se a excelência da monitorização e da qualidade da água, conforme atestam os dados mais recentes da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos ('ERSAR'). Tendo por objetivo promover junto das populações o acesso a um serviço público de água e saneamento de qualidade e adequado às suas necessidades, com custos socialmente aceitáveis, e no quadro legal comunitário e nacional e da política europeia em inovação para o setor, está em curso o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para Portugal continental no período 2014-2020, com a designação: "PENSAAR 2020 — Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais".

Esta estratégia sectorial para o horizonte 2020 está focada na gestão eficiente dos recursos e centrada em temas como a reestruturação do setor e os recursos financeiros a mobilizar, orientando a política pública para a prestação de serviços de qualidade a um preço sustentável, em articulação com um pacote de instrumentos financeiros alinhado com o crescimento verde e num quadro regulatório adequado.

Em finais de 2016 foi apresentado o 1.º Relatório do Grupo de Apoio à Gestão do PENSAAR 2020 ('GAG') onde, embora destacando a trajetória positiva do setor da água, se assinalam situações de desempenho mais fraco no âmbito da sustentabilidade das entidades gestoras e da eficiência dos serviços, designadamente na redução de perdas de água, na otimização dos custos operacionais e no equilíbrio dos orçamentos.

No que respeita à "Garantia do direito humano de acesso aos serviços de águas", a informação reportada pela ERSAR no referido relatório revela que a acessibilidade económica do serviço está garantida através de tarifários acessíveis.

Já o relatório relativo à avaliação da aplicação da legislação ambiental da UE divulgado pela Comissão Europeia no início de fevereiro de 2017 confirma que Portugal enfrenta ainda problemas consideráveis nos domínios da gestão dos recursos hídricos e dos resíduos, da qualidade do ar e da conservação da natureza. Não obstante, apresenta aspetos de excelência do desempenho de Portugal, com destaque para as melhorias da qualidade dos sistemas de abastecimento de água potável registadas na última década.

No que respeita aos planos de gestão, há a destacar, em 2016, a aprovação dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica ('PGRH') de Portugal continental (2º Ciclo) para o período 2016-2021. Estes planos abrangem as bacias hidrográficas e as águas costeiras integradas em 8 regiões hidrográficas e constituem a base de suporte à gestão, à proteção e à valorização social e económica das águas.

Já em novembro de 2016, foi aprovado o novo Plano Nacional da Água ('PNA') no qual se definem as grandes opções estratégicas da política nacional da água, a aplicar em particular pelos planos de gestão de região hidrográfica para um período de dez anos. O PNA antecipa também grandes linhas prospetivas daquela política para o período 2022-2027, que corresponde ao 3.º ciclo de planeamento da Diretiva-Quadro da Água. Simultaneamente foi criada a Comissão Interministerial de Coordenação da Água que deverá assumir-se como a entidade privilegiada para a coordenação das políticas de água.

A destacar também a criação do Fundo Ambiental que veio extinguir o Fundo Português de Carbono, o Fundo de Intervenção Ambiental, o Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos e o Fundo para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade, que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2017, tendo o Ministério do Ambiente anunciado a disponibilização de 154 milhões de euros para apoiar o investimento na área do ambiente em 2017, dos quais 5 milhões para o Grupo AdP destinados a cumprir objetivos de uniformidade tarifária, e garantir o cumprimento dos objetivos assumidos a nível internacional em matéria de desenvolvimento sustentável e alterações climáticas.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2017, de 7 de junho, criou a Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca.

De destacar também a publicação em Diário da República do Despacho n.º 2054/2017 de constituição do grupo de trabalho interministerial responsável pela revisão da ENEAPAI – Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais e atribuição da sua coordenação ao Grupo AdP.

O Grupo AdP

Decorrente do PENSAAR 2020 e do Programa do XXI Governo Constitucional, iniciaram-se os estudos de reavaliação dos processos de agregação dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento ocorridos em 2015, e conversações com os diversos stakeholders, dos quais resultaram, por aprovação largamente maioritária dos acionistas, a criação de 4 novas empresas por cisão da Águas do Norte e da Águas de Lisboa e Vale do Tejo. Foram publicados os decretos-lei: (i) n.º 72/2016, de 4 de novembro, que procede à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, e permitiu a criação de sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo

público e de recolha, tratamento e rejeição de efluentes, mediante a criação dos sistemas multimunicipais criados por agregação; (ii) nº 16/2017 de 1 de fevereiro, que procede à criação do sistema multimunicipal de abastecimento de água do sul do Grande Porto, S. A. e da Águas do Douro e Paiva, S.A. enquanto concessionária e entidade gestora, e do sistema multimunicipal de saneamento do Grande Porto e da Simdouro – Saneamento do Grande Porto, S.A. enquanto concessionária e entidade gestora; e (iii) nº 34/2017 de 24 de março, que procede à criação do sistema multimunicipal de saneamento da Grande Lisboa e Oeste e da Águas do Tejo Atlântico, S. A. enquanto concessionária e entidade gestora. No mesmo diploma é ainda criado o sistema multimunicipal da Península de Setúbal e a Simarsul – Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S. A. enquanto concessionária e entidade gestora.

Quanto aos sistemas em baixa, o Grupo AdP está também a colaborar no apoio à reorganização dos serviços em baixa, em linha com os objetivos de aumento de escala e eficiência preconizados pelo Governo para este setor, nomeadamente através da disponibilização de informação técnica relevante baseada em estudos técnicos e na experiência do Grupo na gestão de redes em baixa (Lisboa, Aveiro e região Noroeste).

Ao nível da gestão dos aproveitamentos hidráulicos, destaca-se a criação de um grupo de trabalho para a gestão de barragens que visa desenvolver um modelo sustentável de integração da gestão destes ativos (atualmente geridos pela Agência Portuguesa do Ambiente) nas atividades das diversas empresas subsidiárias.

O Grupo AdP encontra-se também a desenvolver ações que visam a redução das emissões de carbono da sua atividade, nomeadamente através da atuação ao nível da eficiência energética e produção de energia através de recursos endógenos ou naturais (biogás, fotovoltaica, eólica).

Destaca-se ainda a assinatura em 12 de setembro, na Sede do Grupo AdP em Lisboa, a primeira tranche do empréstimo concedido pelo Banco Europeu de Investimento (BEI) à Águas de Portugal (AdP) e às suas empresas participadas. O empréstimo tem um valor de 420 milhões de EUR, sendo a primeira tranche de 220 milhões de EUR, e destina-se a financiar investimentos em infraestruturas de água e saneamento. Esta operação conta com a garantia do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE), elemento central do Plano de Investimento para a Europa.

No âmbito das medidas previstas no Plano de Prevenção, Monitorização e Contingência para Situações de Seca aprovado pela Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca, foi lançada uma campanha de sensibilização para a seca e para a importância do uso racional da água, numa ação do Grupo AdP, e com a envolvimento da Agência Portuguesa do Ambiente e da ERSAR.

Foi adjudicada durante o ano de 2017 a aquisição de veículos 100% elétricos na frota automóvel operacional das empresas do Grupo AdP. A introdução de veículos de baixas emissões é uma das medidas previstas no PEPE – Plano de Eficiência de Energia Elétrica 2020, apresentado publicamente em maio de 2017, abrangendo a aquisição de 127 veículos ligeiros (76 de passageiros e 51 de mercadorias) e a instalação de 134 pontos de carregamento de norte a sul do País.

2.3. A Regulação

O Grupo AdP presta serviços no setor da água (que inclui o abastecimento público de água e do saneamento de águas residuais), em “alta” e em “baixa” em regime de exclusividade através das suas subsidiárias (Entidades Gestoras). Estas Entidades Gestoras por sua vez desenvolvem as suas atividades num setor regulado, estando por isso sujeitas à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos pelos respetivos estatutos, aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

Os serviços prestados pelas Entidades Gestoras assentam nos princípios da prossecução do interesse público, do carácter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos sectoriais nacionais.

As Entidades Gestoras em “alta” e em “baixa” são exercidas: (i) pelos sistemas multimunicipais (SMM), em regime de Concessão ou de Parcerias entre o Estado, as Autarquias e as Entidades Gestoras; e (ii) pela Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (EPAL) e pela Águas de Santo André, S.A. (AdSA), respetivamente, em regime de Gestão Delegada e de Concessão entre o Estado e a Entidade Gestora.

Adicionalmente, as Entidades Gestoras estão sujeitas à regulação ambiental por parte da Agência Portuguesa do Ambiente.

Regulação Económica

A AgdA exerce as atividades de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais em “alta”, através de contrato de gestão celebrado no contexto de Parceria entre o Estado e Autarquias.

Esta Parceria rege-se pelo disposto nos Decretos-Leis n.º 90/2009, de 9 de abril, e n.º 194/2009, de 20 de agosto e no contrato de parceria e de gestão outorgados, bem como na demais legislação e regulamentação.

A Entidade Gestora está sujeita a regulação por parte da ERSAR, nos termos dos respetivos estatutos, e à supervisão da Comissão de Parceria - entidade criada ao abrigo dos contratos de parceria outorgados, constituída por representantes do Estado e por representantes das Autarquias, e que tem por missão exercer os poderes de direção, fiscalização e supervisão dos municípios sobre o sistema municipal gerido neste regime.

Nos termos do contrato de gestão as tarifas, que compreendem uma componente fixa e uma componente variável, são estabelecidas a preços constantes e por períodos quinquenais. A atualização das tarifas é efetuada anualmente nos termos dos respetivos contratos. À ERSAR está atribuída a responsabilidade pela emissão de parecer não vinculativo, e à Comissão de Parceria a responsabilidade de aprovar essas tarifas.

Esta Entidade Gestora é regulada por custos aceites (cost-plus), que cobrem os gastos operacionais de exploração e manutenção dos sistemas, as amortizações do investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a adequada remuneração dos capitais próprios.

O contrato de gestão determina que a remuneração dos capitais próprios (remuneração acionista) a recuperar por via tarifária seja estimada resultante da aplicação ao capital social de uma taxa correspondente à rentabilidade das Obrigações de Tesouro portuguesas a 10 anos, correspondente à média dos valores anuais dos últimos quinze anos das respetivas taxas de rentabilidade, ou outra equivalente que a venha a substituir que melhor traduza a ausência de risco, após a

exclusão das três observações anuais mais altas e das três mais baixas, acrescida de uma máximo de 3 pontos percentuais, sendo essa remuneração devida desde a data da realização do capital social. Uma vez que em 2017 não ocorreu nenhum fator que tivesse reduzido o risco do capital social investido, foi mantido neste exercício o prémio de risco de 2016, ou seja, 3 pontos percentuais.

A entidade gestora têm direito ao registo e à recuperação por via tarifária dos desvios de recuperação de gastos, calculados pela diferença entre o resultado líquido gerado e a remuneração dos capitais próprios estimada para o ano, de acordo com as regras contratuais e expressamente reconhecidos pela Comissão de Parceria.

Regulação da qualidade do serviço

As Entidades Gestoras estão também sujeitas à intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço. Anualmente, os resultados da avaliação efetuada pela Entidade Reguladora são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP) de acesso público.

Em dezembro de 2017 foi publicado e divulgado o Volume I do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade de serviço prestado pelas Entidades Gestoras com os dados referenciados a 31 de dezembro de 2016.

Regulação da qualidade da água para consumo humano

As Entidades Gestoras de abastecimento público de água estão incumbidas, essencialmente, de garantir, sob a fiscalização das entidades competentes, o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

Compete à ERSAR, nos termos dos seus estatutos, exercer as funções de autoridade competente para a qualidade da água para consumo humano junto das Entidades Gestoras de abastecimento público de água, promovendo a melhoria da sua qualidade e universalidade, avaliando o desempenho dessas entidades.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho e do Decreto-Lei n.º 23/2016, de 3 de junho, as Entidades Gestoras devem elaborar e submeter anualmente para aprovação da ERSAR o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) cabendo àquela Entidade Reguladora efetuar ações de fiscalização à respetiva implementação.

No cumprimento da legislação vigente, as Entidades Gestoras implementam o PCQA aprovado pela Entidade Reguladora, sendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos comunicadas às respetivas competentes.

O PCQA de 2017 da AgdA foi aprovado em 05 de dezembro de 2016 pela ERSAR. No âmbito do PCQA aprovado, em 2017 foram realizadas 13.138 análises, das quais 10.160 têm valor paramétrico. De referir que ocorreram 66 incumprimentos aos valores paramétricos, o que face à dispersão e características do Sistema, à situação de seca verificada na região e ao facto de ainda se encontrar em curso a execução dos investimentos iniciais evidencia um bom desempenho, com uma percentagem de cumprimento do indicador de água segura de 99,36%.

Outras matérias regulatórias

Em 2017 a ERSAR promoveu consultas públicas relativas a:

- i. Consulta pública n.º 03/2016 relativa ao Regulamento de Procedimentos Regulatórios;
- ii. Consulta pública n.º 04/2016 relativa ao Regulamento de Relações Comerciais;
- iii. Consulta pública n.º 02/2017 relativa à recomendação para "Inspeção, limpeza e higienização de reservatórios destinados ao armazenamento de água para consumo humano".

No final de 2017, iniciou-se a consulta pública n.º 06/2017 relativa à definição dos valores de água não faturada para efeitos de repercussão da taxa de recursos hídricos para 2018 sendo de salientar que a proposta da ERSAR para a definição dos valores de água não faturada para efeitos de repercussão da taxa de recursos hídricos para 2018 aos seus utilizadores tem como limite 5% para o volume de água faturada em “alta” e 20% para a “baixa”, sendo eventuais valores superiores aos volumes suportados pelas Entidades Gestoras como incentivo à redução de perdas e afluências indevidas.

3. O NEGÓCIO

3.1. Introdução

A atividade da empresa, tal como estabelecida no Contrato de Gestão, assinado entre as partes em 25 de setembro de 2009 e revisto em 2015, através de um aditamento assinado em 22 de dezembro, centra-se na exploração e gestão dos serviços de águas, em alta, dos 20 municípios que atualmente integram a parceria, entendendo-se por serviços de águas o Abastecimento Público de Água e o Saneamento de Águas Residuais constituindo o Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo (SPPIAAI Alentejo), criado por força do Contrato de Parceria assinado entre os parceiros em 13 de agosto de 2009.

Assim, compete à empresa AgdA, enquanto Entidade Gestora do Sistema, a gestão dos Serviços de Águas, abrangendo a captação, o tratamento, a adução e o fornecimento aos municípios de água para consumo público, bem como a recolha, tratamento e a rejeição de águas residuais canalizadas pelos municípios.

Compete ainda à empresa a conceção, o projeto e a construção das infraestruturas e das instalações necessárias à exploração e à gestão dos Serviços de Águas relativos ao SPPIAAI Alentejo, bem como a reparação, renovação, manutenção e aquisição, de acordo com as exigências técnicas.

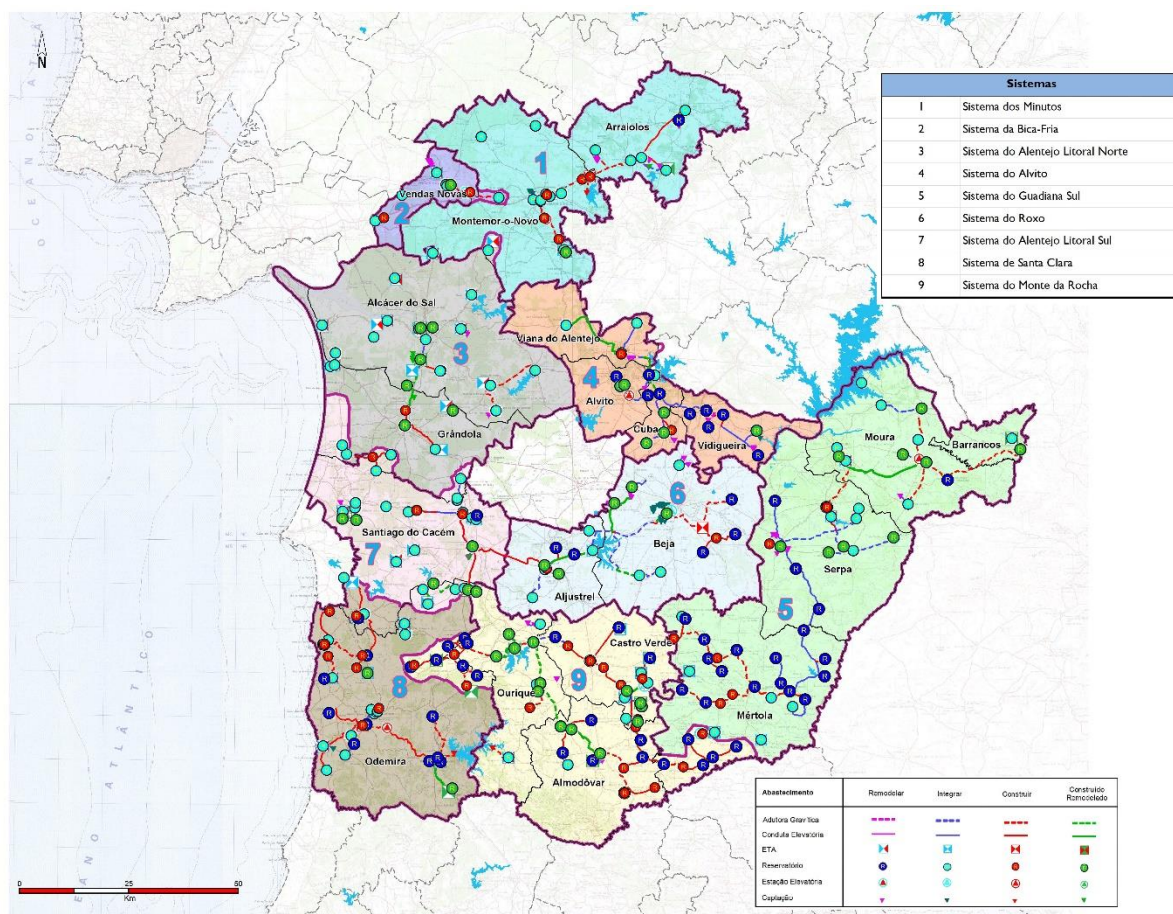
Em síntese, a atividade da AgdA centra-se essencialmente nas seguintes vertentes:

- i. Gestão e operação de Sistemas de Abastecimento de Água;
- ii. Gestão e operação de Sistemas de Saneamento de Águas Residuais;
- iii. Planeamento, Projeto e Construção de novas infraestruturas;
- iv. Manutenção e Renovação de infraestruturas existentes.

3.2. Sistema de Abastecimento de Água

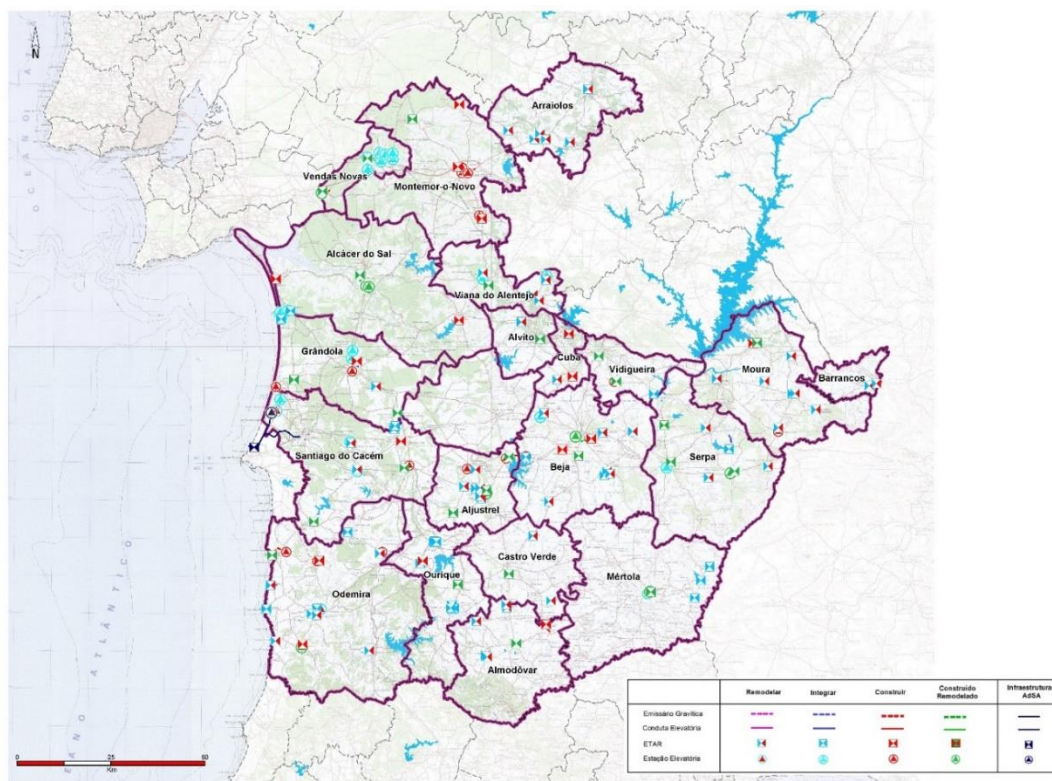
Nos termos do Contrato de Gestão ficou estipulado que seja efetuado o fornecimento para abastecimento de água, em alta, a aglomerados com mais de 100 habitantes residentes, Sedes de Freguesia e ainda a aglomerados com mais de 50 e menos de 100 habitantes residentes, mas que não distem mais de 500 metros dos troços de condutas adutoras.

Face à dimensão do território, dispersão dos aglomerados urbanos e localização e natureza das principais origens de água a solução técnica adotada assenta numa estrutura de 9 sistemas de abastecimento de água: Minutos, Bica Fria, Alvito, Guadiana Sul, Roxo, Monte da Rocha, Santa Clara, Alentejo Litoral Sul e Alentejo Litoral Norte.



3.3. Sistema de Saneamento de Águas Residuais

Nos termos do Contrato de Gestão ficou estipulado que seja assegurado pela alta a recolha e tratamento das águas residuais geradas no SPPIAALENTEJO em aglomerados cujas projeções populacionais estimem mais de 300 habitantes residentes em 2025, tendo a solução técnica adotada sido estruturada em 20 sistemas, um por município uma vez que não há nem se perspectivam instalações de tratamento de águas residuais supramunicipais.



3.4. Manutenção e Remodelação de infraestruturas existentes

Esta componente, não sendo normalmente valorizada na sua verdadeira dimensão, assume uma importância primordial, não só pelos encargos que lhe estão associados, como pelo contributo determinante para a capacidade da empresa de resposta às atividades de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais com a fiabilidade e robustez que deve caracterizar o SPPIAALENTEJO.

Acréscce que estando a AgdA a operar um vasto conjunto de infraestruturas de Abastecimento e de Tratamento de águas residuais herdado dos Municípios que já se encontram muito próximo, ou mesmo já ultrapassaram a sua vida útil é imperioso que a sua manutenção seja especialmente cuidada como forma de garantir sua operacionalidade sem comprometer a qualidade do serviço prestado.

Não menos importante é o seu contributo para o valor da empresa, pois o estado de conservação e capacidade de resposta das suas infraestruturas, em paralelo com o capital humano, são um dos ativos mais importantes para a valorização da empresa.

3.5. Planeamento, Projeto e Construção de novas infraestruturas

Nesta matéria foi desenvolvida uma solução técnica, já apresentada nos mapas acima e que tem por objetivo, na componente Abastecimento de Água o cumprimento das metas estabelecidas, com origens garantidas, soluções técnicas robustas e resilientes, mas a custos controlados, numa ótica de assegurar de forma permanente e com garantia o abastecimento de água às populações abrangidas seja em quantidade como em qualidade, cumprindo as normas legais exigíveis.

Apresenta-se no quadro seguinte uma síntese das infraestruturas abrangidas pela vertente Água de Abastecimento.

INFRAESTRUTURAS QUE INTEGRAM O SISTEMA DE ABASTECIMENTO

Abastecimento	Integrado	A Integrar	Remodelado	A Remodelar	Construído	A Construir	Total
Captação (un)	71	0	0	171	9	14	265
Estação Elevatória (un)	47	0	2	35	16	50	150
ETA (un)	17	0	5	27	4	4	57
Reservatório (un)	138	0	21	74	30	51	314
Adutoras (km)	555,7	0,0	0,1	5,4	215,1	806,5	1 582,8

Nota.: de acordo com o Plano de Investimentos aprovado para o SPPIAAAlentejo

Na componente Saneamento de Águas Residuais a solução técnica adotada passa por construir ou reabilitar ETAR que possam tratar adequadamente os efluentes recolhidos e proceder à sua rejeição em condições e com as características impostas pela legislação aplicável e pelas autoridades competentes.

Apresenta-se no quadro seguinte uma síntese das infraestruturas abrangidas pela vertente Saneamento de Águas Residuais.

INFRAESTRUTURAS QUE INTEGRAM O SISTEMA DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

Saneamento	Integrado	A Integrar	Remodelado	A Remodelar	Construído	A Construir	Total
ETAR (un)	23	0	0	2	7	18	50
Estação Elevatória (un)	21	0	6	54	15	21	117
Coletores (km)	76,7	0,0	0,0	2,6	14,2	54,8	148,3

Nota.: de acordo com o Plano de Investimentos aprovado para o SPPIAAAlentejo

Face à extensão e complexidade do Sistema e ao enorme esforço técnico e financeiro exigido para implementar a solução técnica adotada, foi desenvolvido um plano com 3 fases. A primeira fase foi concluída em 2015 e encontra-se em curso a segunda fase de investimentos que decorre entre 2016 e 2020, sendo a 3ª fase implementada no período pós 2020.

4. SUSTENTABILIDADE

4.1. Enquadramento

A AgdA enquanto empresa pertencente ao universo AdP, grupo que desempenha uma função ativa na sociedade e no ambiente, desenvolve uma gestão adequada dos seus recursos, de forma a promover uma operação mais eficiente, que garanta uma melhor qualidade do serviço prestado, a melhores tarifas para a comunidade.

A estratégia de sustentabilidade do Grupo AdP resulta da análise das orientações de gestão e da estratégia de negócio, do plano setorial PENSAAR, da reflexão sobre as expectativas dos stakeholders, da consolidação das melhores práticas existentes, dos compromissos assumidos com a subscrição do Global Compact no âmbito das Nações Unidas e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Neste enquadramento, e tendo por base a premissa de que a sustentabilidade se consegue criando relações simbióticas com o ambiente, com os acionistas e colaboradores, com a comunidade e com as demais partes interessadas, identificaram-se os principais desafios do grupo em matéria de sustentabilidade e definiram-se os Princípios e Compromissos da Estratégia de Sustentabilidade do Grupo AdP e interiorizados pela AgdA.

4.2. Estratégia de Sustentabilidade

Simbiose com Ambiente

Princípio: Gerimos o ciclo urbano da água em equilíbrio com os ciclos da natureza

Compromissos:

- ✓ Conservar e valorizar as massas de água
- ✓ Minimizar a produção de resíduos e valorizar os subprodutos
- ✓ Conservar a biodiversidade e promover os serviços de ecossistemas
- ✓ Apostar na Investigação e Desenvolvimento

Princípio: Contribuímos para o combate às alterações climáticas

Compromisso:

- ✓ Garantir a ecoeficiência do Grupo

Simbiose com os Acionistas e Clientes

Princípio: Garantimos a prossecução das políticas setoriais consolidando um Grupo empresarial de referência no setor do ambiente

Compromissos:

- ✓ Garantir a sustentabilidade económico-financeira do Grupo, criando valor para os acionistas e demais partes interessadas
- ✓ Garantir a credibilidade, transparência e rigor do modelo de gestão do Grupo
- ✓ Contribuir para o desenvolvimento de uma economia local responsável

Princípio: Prestamos um serviço público de excelência, com impacto direto na melhoria da qualidade de vida

Compromissos:

- ✓ Garantir a acessibilidade aos serviços de água e saneamento, assegurando justiça social e qualidade de vida das populações
- ✓ Garantir a eficiência, fiabilidade e a qualidade do serviço e segurança do produto
- ✓ Personalizar, simplificar e inovar na relação com o cliente, com base numa maior proximidade

Simbiose com os Colaboradores

Princípio: Valorizamos a relação com os colaboradores, garantindo o crescente know-how do Grupo

Compromissos:

- ✓ Investir no desenvolvimento dos colaboradores
- ✓ Garantir a igualdade de oportunidades
- ✓ Garantir a segurança e saúde no trabalho
- ✓ Promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal
- ✓ Garantir uma comunicação interna transversal e eficaz

Simbiose com a Comunidade

Princípio: Promovemos a aproximação crescente à comunidade

Compromissos:

- ✓ Promover a utilização sustentável dos serviços essenciais de água e saneamento
- ✓ Adotar um papel ativo no envolvimento com a população para as questões sociais
- ✓ Partilhar o conhecimento através de projetos de cooperação, capacitação e apoio técnico.
- ✓ Investir na relação e na partilha de valores na cadeia de fornecimento.

4.3. Stakeholders / Partes Interessadas

A AgdA está consciente das suas responsabilidades enquanto empresa prestadora de um serviço de interesse público que interage com vários parceiros, os quais, direta ou indiretamente constituem partes interessadas no desempenho da sua atividade.



4.4. Gestão do Risco

A AgdA e, em particular, o seu Conselho de Administração dedica grande atenção aos riscos inerentes à sua atividade, alcançada através da monitorização periódica dos principais riscos que resultam da operação diária e da melhoria no sistema de controlo interno existente.

A existência de um modelo de gestão do risco empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, a reduzir o risco de perda dos seus investimentos e ativos, e ajudar a garantir a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

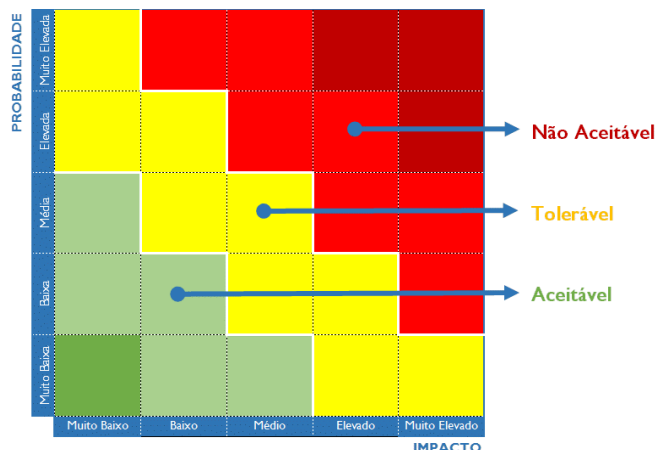
De modo a assegurar a eficácia e eficiência dos processos que garantem o atingimento dos objetivos, a existência de um sistema de controlo interno, visa garantir um nível de confiança razoável nos mecanismos de controlo implementados. Estes compreendem um conjunto de ações que, em conjunto ou individualmente, garantem que os processos desenvolvidos asseguram o cumprimento das metas definidas e a realização da sua missão.

A adequabilidade do sistema de controlo interno encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco existente, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

No modelo de gestão do risco empresarial implementado no Grupo AdP, os riscos encontram-se organizados segundo uma estrutura de classes e categorias definidas de acordo com a metodologia COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), a qual se apresenta em baixo:



A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do sistema de controlo interno instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:



A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputação;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

No âmbito do processo de gestão do risco empresarial, os riscos relacionados com as classes governação, estratégia e planeamento, conformidade e reporte são tratados e monitorizados pela AgdA, sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. A abordagem dos riscos da classe operacional e infraestrutura, além de ser assegurada pela AgdA e respetivos órgãos de gestão, é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Considerando a avaliação do risco efetuada em 2017, alguns dos principais riscos a que este se encontra exposto, são os seguintes:

- i. **Energético** - Risco de uma ineficiente gestão / otimização do potencial energético nas instalações e insuficiente recursos a novas fontes renováveis, colocando em causa o cumprimento da legislação / regulamentação energética vigente;
- ii. **Gestão de Ativos** - Risco de perdas patrimoniais tangíveis ou intangíveis para a Organização, decorrentes de erros financeiros/contabilísticos ou de falhas no processo de identificação, registo e titularidades dos ativos;
- iii. **Gestão da dispersão geográfica** - Risco de incapacidade ou dificuldade na potencialização de ganhos de escala e na gestão dos recursos humanos, materiais e tecnológicos, devido a dispersão geográfica do negócio;
- iv. **Segurança física das instalações** - Risco de perdas materiais e financeiras, resultante de danos provocados nos ativos da Organização, decorrentes de uma inexistente ou inadequada medida de mitigação de eventos de carácter humano, natural ou processual;
- v. **Impacte ambiental** - Risco de uma ineficiente utilização dos recursos ambientais ou contaminação dos mesmos, decorrente direta ou indiretamente da atividade da empresa ou do incumprimento da legislação / regulamentação ambiental vigente.

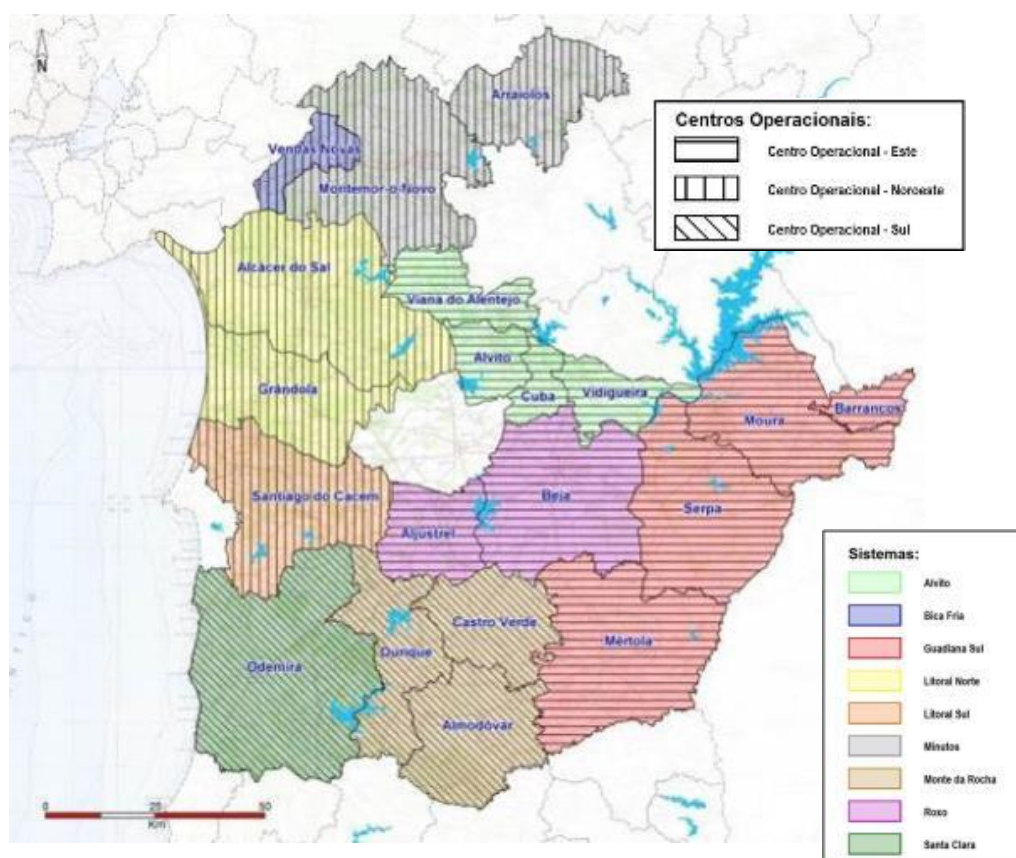
Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a desenvolver, a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada e o responsável e respetivo plano de implementação. Consoante a duração do período de tratamento definido, poderão ser definidas datas de monitorização e os respetivos responsáveis, sendo o impacto das ações desenvolvidas aferido na avaliação subsequente efetuada.

Decorrente da análise à avaliação do risco efetuada pela empresa no final de 2017, o Conselho de Administração irá avaliar a necessidade de identificar e/ou implementar ações corretivas, as quais sendo identificadas, serão incorporadas nos Planos de Tratamento do Risco, que deverão ser monitorizados periodicamente, de forma a acompanhar a sua implementação, o impacto na mitigação dos riscos identificados e aferir o respetivo nível de controlo.

4.5. Atividade Operacional

No decorrer do ano 2017 a atividade operacional manteve-se organizada em três Centros Operacionais de acordo com a seguinte estrutura:

- i. Centro Operacional Noroeste:
 - a. Sistema do Litoral Sul: Santiago do Cacém;
 - b. Sistema do Litoral Norte: Alcácer do Sal, Grândola;
 - c. Sistema da Bica Fria: Vendas Novas;
 - d. Sistema de Minutos: Arraiolos, Montemor;
- ii. Centro Operacional Este:
 - a. Sistema do Roxo: Aljustrel, Beja;
 - b. Sistema do Alvito: Cuba, Alvito, Viana do Alentejo, Vidigueira;
 - c. Sistema do Guadiana Sul: Barrancos, Moura, Serpa, Mértola;
- iii. Centro Operacional Sul:
 - a. Sistema do Monte da Rocha: Almodôvar, Castro Verde, Ourique;
 - b. Sistema de Santa Clara: Odemira.



Relativamente ao número de municípios do SPPIAAlentejo, cuja operação se encontra a ser assegurada pela AgdA, não se verificou qualquer alteração durante o ano 2017.

No que se refere ao modelo de gestão de operação de infraestruturas, no ano 2017 foi mantido o regime de Outsourcing de Operação e Manutenção na totalidade das instalações de saneamento (101 ETAR e 30 EEAR), com exceção das ETAR de Barrancos, que pela sua localização e pelos meios humanos disponíveis, se mantiverem sob a responsabilidade direta de operação da AgdA. Em Janeiro de 2017, com a entrada em funcionamento em regime total da EEAR de Beja, procedeu-se à desativação da ETAR do Sado, ficando assim resolvida uma situação de contencioso comunitário pelo não cumprimento dos valores de descarga pela infraestrutura em causa.

Na componente abastecimento foi mantido o regime de Outsourcing para os 15 subsistemas autónomos de abastecimento do concelho de Mértola, 15 subsistemas do concelho de Odemira e 5 subsistemas do concelho de Santiago do Cacém.

4.5.1. Operação e Gestão dos Sistemas de Abastecimento de água

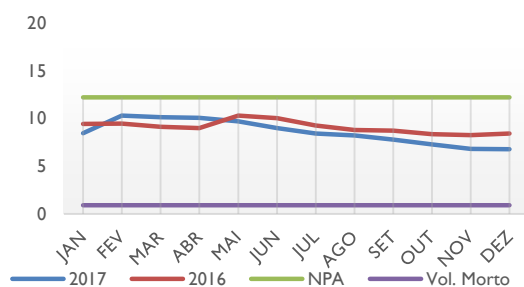
Disponibilidades Hídricas

Origens superficiais

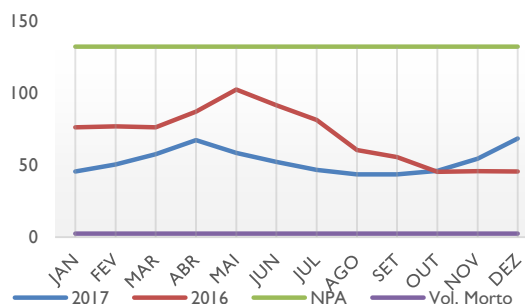
Efetuada a análise dos dados hidrológicos, verifica-se que o armazenamento hídrico das albufeiras foi, de uma forma geral, inferior à média, essencialmente devido às condições meteorológicas que caracterizaram o ano 2017 (valores de precipitação muito inferiores ao normal acompanhados por valores de temperatura muito acima do normal).

Os gráficos seguintes apresentam a evolução dos níveis de armazenamento das principais origens superficiais dos sistemas de abastecimento que se encontram sob a responsabilidade de operação da AgdA.

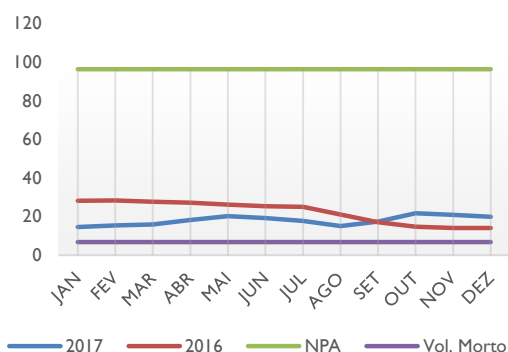
EVOLUÇÃO DO ARMAZENAMENTO DA ALBUFEIRA DO ENXOÉ (10⁶ M³)



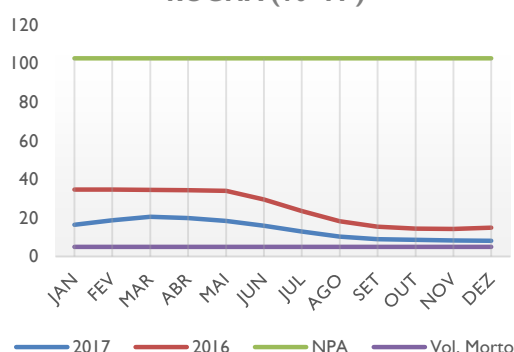
EVOLUÇÃO DO ARMAZENAMENTO DA ALBUFEIRA DO ALVITO (10⁶ M³)



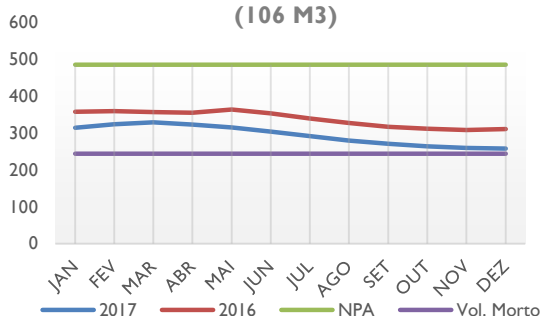
**EVOLUÇÃO DO ARMAZENAMENTO DA
ALBUFEIRA DO ROXO (10⁶ M³)**



**EVOLUÇÃO DO ARMAZENAMENTO
DA ALBUFEIRA DO MONTE DA
ROCHA (10⁶ M³)**



**EVOLUÇÃO DO ARMAZENAMENTO
DA ALBUFEIRA DE SANTA CLARA
(10⁶ M³)**



Efetuada a análise dos gráficos pode verificar-se que os níveis de armazenamento se mantiveram muito baixos durante o ano 2017, constituindo a albufeira do Enxó uma exceção, situação que pode ser explicada pelo facto de a mesma se destinar exclusivamente ao abastecimento público.

É de referir que as albufeiras do Roxo, Alvito e Enxó podem receber reforço a partir do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA), situação que foi ativada para as albufeiras do Alvito e Roxo durante o ano a que se refere o presente relatório.

Assim, a situação mais complexa e que exigiu um acompanhamento mais exaustivo foi a da albufeira do Monte da Rocha, tendo mesmo sido realizada restrição ao nível da vertente rega, para garantir o armazenamento de água necessário para produção de água para consumo humano.

Uma vez que, por norma, níveis de armazenamento baixos de albufeiras têm como consequência a degradação da qualidade da água, foi reforçada a atenção sobre os resultados do controlo operacional, por forma a antecipar a deteção de possíveis problemas.

Origens subterrâneas

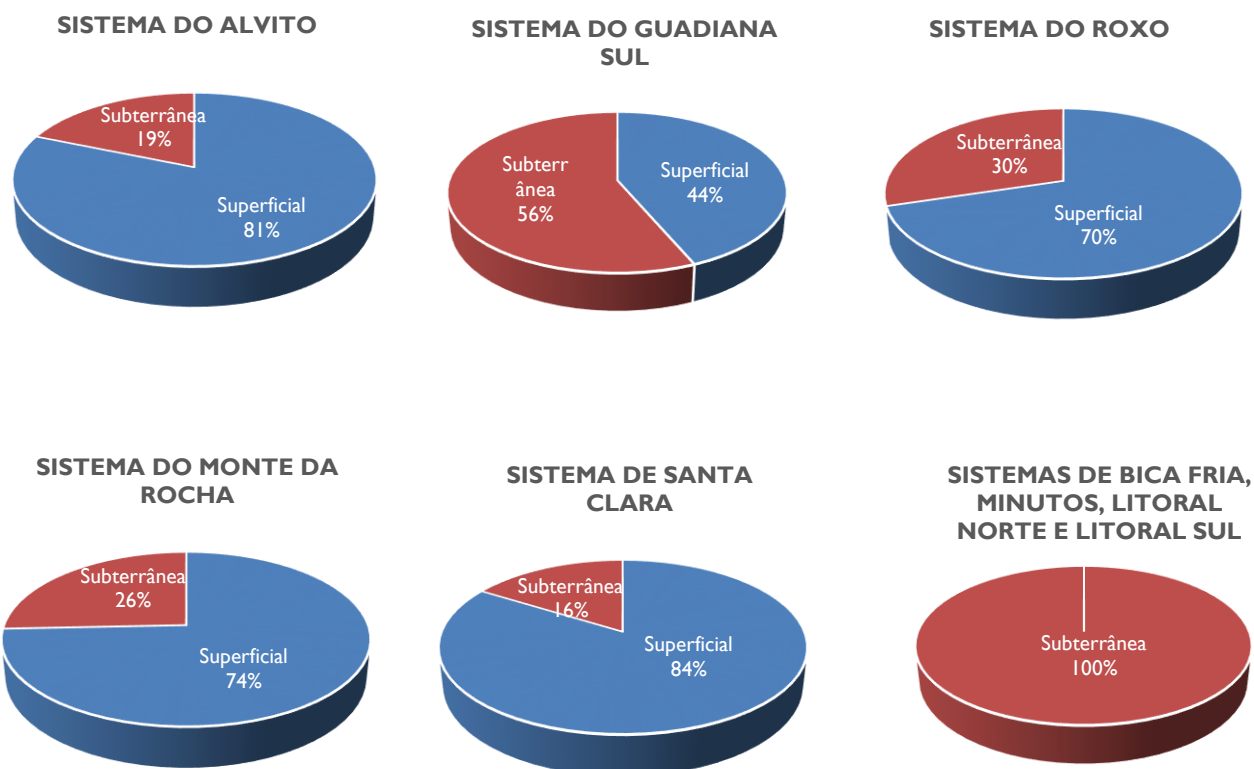
No que concerne às disponibilidades hídricas subterrâneas, verificou-se uma redução da produtividade de algumas origens sendo que para além dos problemas já conhecidos em parte das captações da margem direita do concelho de Mértola e do concelho de Ourique, e zona interior de Odemira, começaram também a verificar-se dificuldades em algumas localidades do concelho de Arraiolos (Igrejinha e S. Pedro de Gafanhoeira), sendo necessário recorrer ao transporte de água para garantir o normal abastecimento à população.

No que se refere à qualidade, foram identificados alguns problemas adicionais, nomeadamente no que se refere ao parâmetro Nitratos.

Volume de Água Captado

Durante o ano 2017 foram captados 22.524.208m³ de água, sendo 53% (11.937.830m³) de origem subterrânea e 47% (10.586.378 m³) de origem superficial.

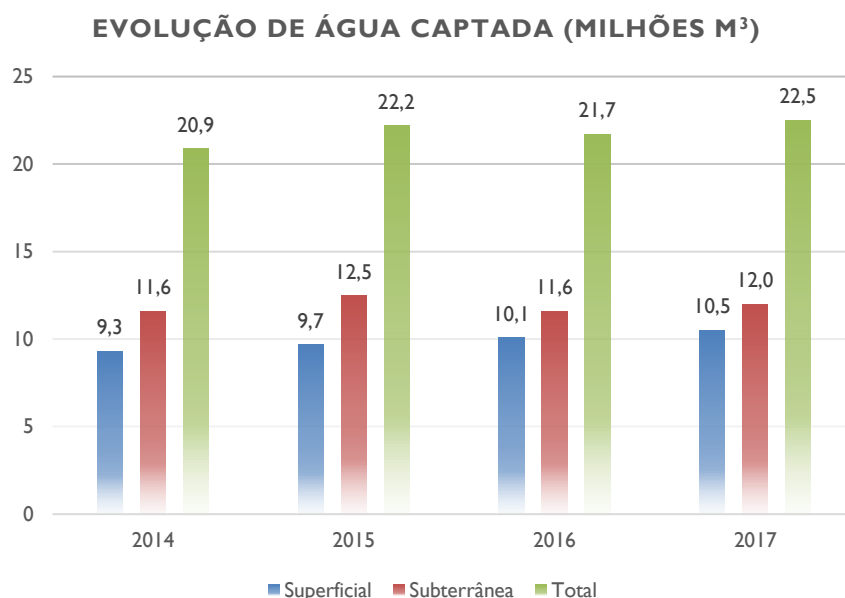
Os gráficos seguintes apresentam a desagregação dos volumes de água captada por tipo de origem, e por Sistemas:



Nos sistemas Bica Fria; Minutos; Litoral Norte e Litoral Sul são utilizadas apenas captações subterrâneas para garantir o abastecimento à população, situação que tendencialmente se irá alterando à medida que os investimentos forem

concluídos, uma vez que a estratégia adotada passa pela conjugação das origens subterrâneas com as origens superficiais, sempre que a qualidade e disponibilidade de água o permitam.

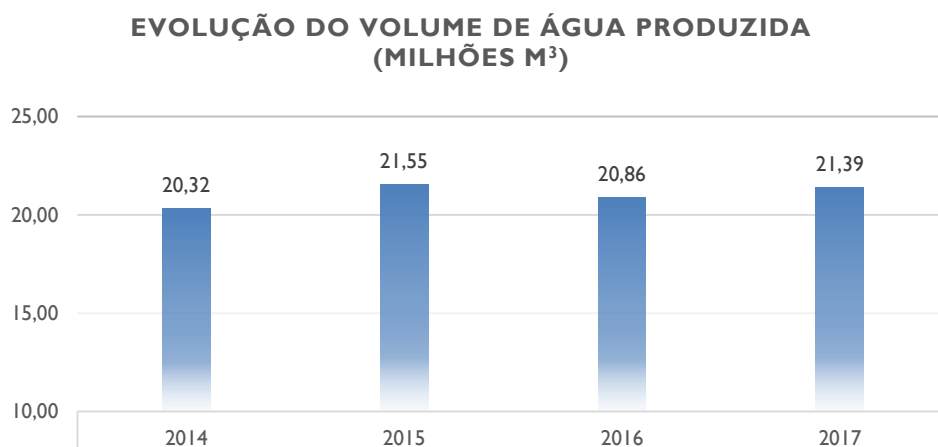
No Gráfico seguinte apresenta-se a evolução do volume de água captada, relativamente ao período de 2014-2017.



Da análise do gráfico pode verificar-se que no ano 2017 ocorreu um aumento do volume total de água captada relativamente ao ano anterior (cerca de 3,55%), o qual se refletiu tanto nas águas subterrâneas como nas superficiais. O aumento do volume captado está diretamente relacionado com a tendência manifestada ao nível dos volumes fornecidos.

Volume de Água Tratada

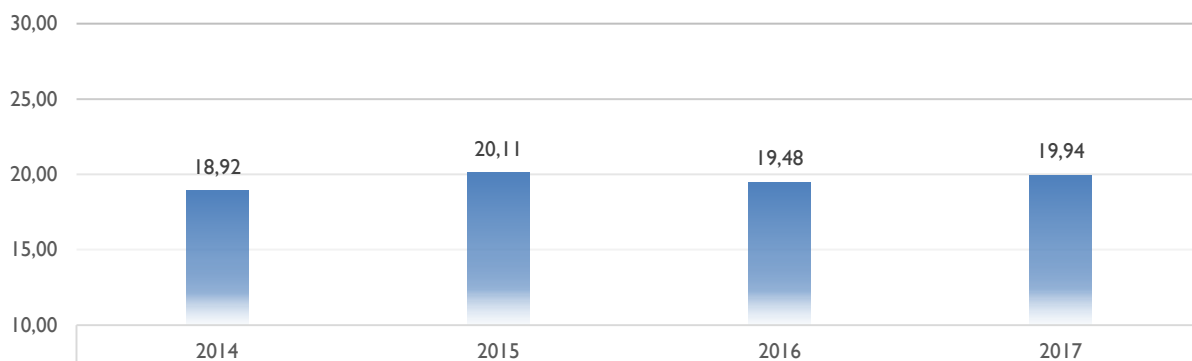
Do volume total de água captada foram produzidos nas diferentes instalações de tratamento 21.393.134 m³ de água para consumo humano. Efetuando a comparação com o ano anterior, verificou-se um aumento do volume produzido de cerca de 2,5%, o qual se pode observar no gráfico seguinte:



Volume de Água Fornecida

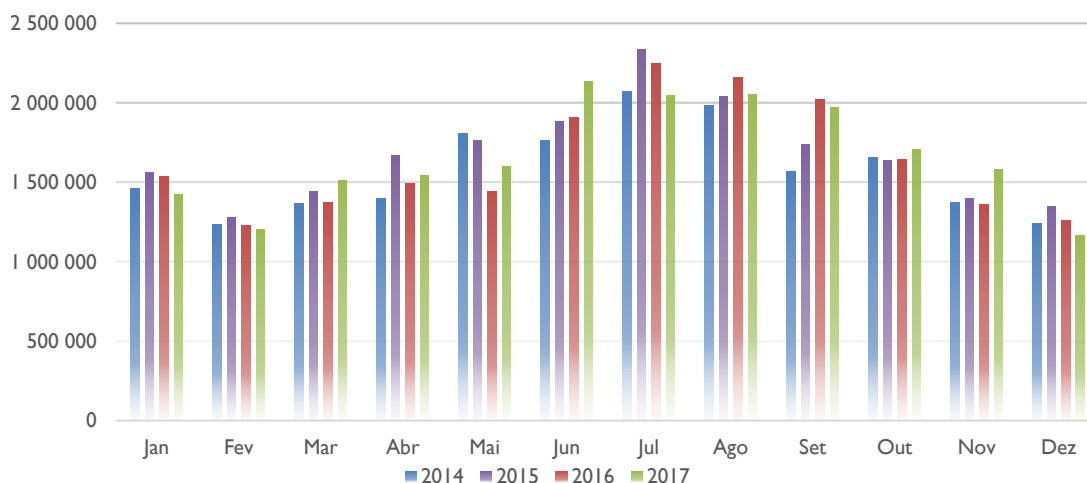
Dos 21.393.134 m³ de água produzida, foram fornecidos aos municípios 19.939.728 m³, sendo a sua distribuição efetuada da seguinte forma:

EVOLUÇÃO DO VOLUME DE ÁGUA FORNECIDA (MILHÕES M³)



O gráfico seguinte apresenta a evolução mensal do volume de água fornecido, relativamente aos anos 2014- 2017.

EVOLUÇÃO MENSAL DO VOLUME DE ÁGUA FORNECIDO (M³)

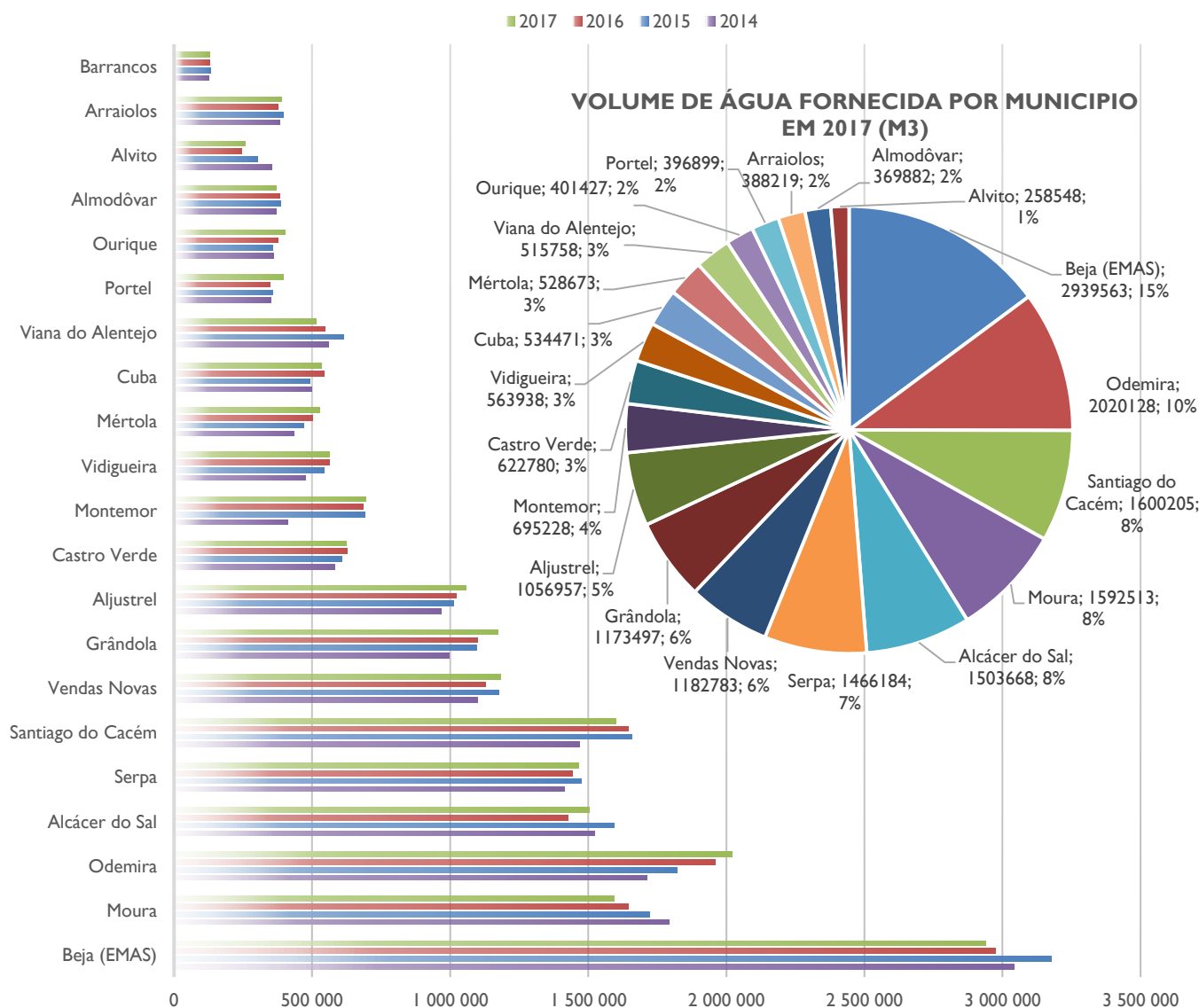


O ano 2017 foi caracterizado por uma oscilação na tendência de consumos, tendo-se iniciado com uma redução do volume fornecido comparativamente com o ano anterior, situação que se inverteu no período de março a junho e outubro e novembro.

Contrariamente ao que seria de esperar, os meses de julho e agosto foram caracterizados por uma redução considerável do volume de água fornecida em relação ao período homólogo. Esta situação poderá estar relacionada com a maior sensibilização dos municípios relativamente à necessidade de restringir os consumos de água em utilizações não essenciais.

No gráfico seguinte apresenta-se a evolução do volume de água fornecida pela AgdA a cada um dos municípios servidos:

EVOLUÇÃO DO VOLUME DE ÁGUA FORNECIDO POR MUNICÍPIO (M³)



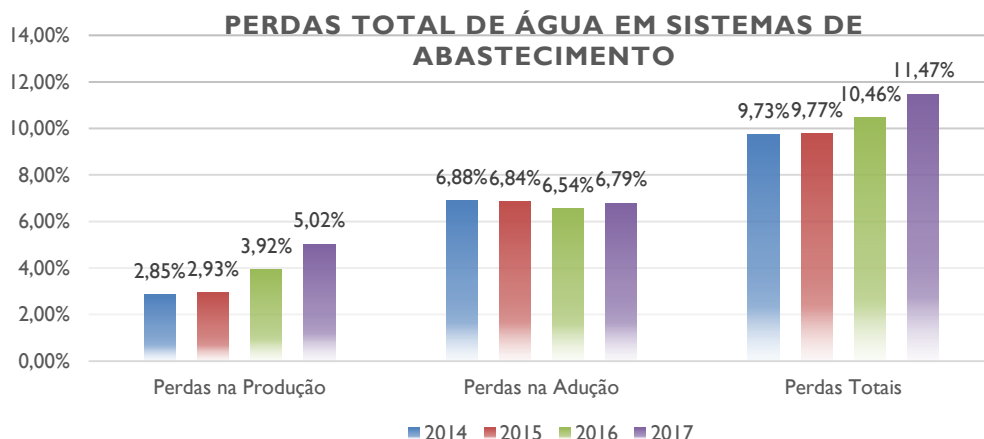
O gráfico evidencia que os municípios não manifestaram uma tendência uniforme de consumos, tendo-se observado um aumento em 12 municípios servidos e uma redução para os restantes, comparativamente com o ano anterior.

As maiores reduções de consumos foram registadas nos municípios de Moura (-3,34%), Santiago do Cacém (-2,89%), Viana do Alentejo (-5,72%) e Almodôvar (-3,50%) e por outro lado, os aumentos de consumos mais significativos foram observados nos municípios de Alcácer do Sal (+5,02%), Mértola (+5,21%) e Ourique (+6,58%).

No decorrer do ano 2017 foram exportados para a empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo (LVT) 396.899 m³ de água, para realização do abastecimento ao município de Portel. Comparativamente com o ano 2016, em 2017 verificou-se um aumento do volume fornecido à entidade em questão em cerca de 12%.

Perdas

Efetuada o balanço entre o volume de água captado, produzido e fornecido, conclui-se que as perdas totais dos sistemas de abastecimento foram de 11,47%, distribuídas entre 5,02% para a produção e 6,79% para a adução:

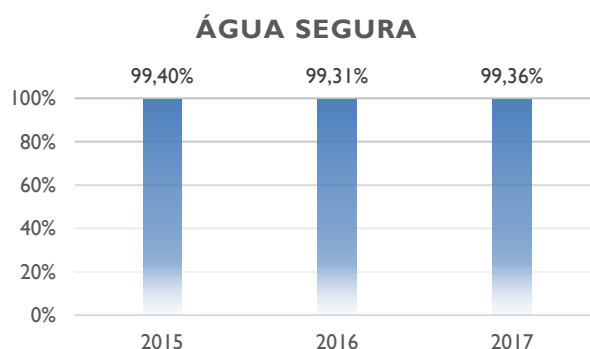


Na produção, verificou-se um aumento considerável do valor de perdas, situação que poderá ter resultado do aumento do número de lavagens de filtros, devido à degradação da qualidade da água bruta verificada durante o período do Verão em algumas instalações bem como pela necessidade de acertos no tratamento na sequência do arranque das novas etapas de tratamento da ETA do Roxo.

Qualidade da água fornecida

É responsabilidade da AgdA dar cumprimento ao Programa de Controlo de Qualidade da Água de Abastecimento (PCQA) conforme definido e aprovado pela ERSAR. Os relatórios trimestrais realizados são enviados à Autoridade de Saúde e Municípios e disponibilizados na página web da empresa (www.agda.pt).

Apresenta-se no gráfico seguinte a percentagem de água segura fornecida entre 2015 e 2017.

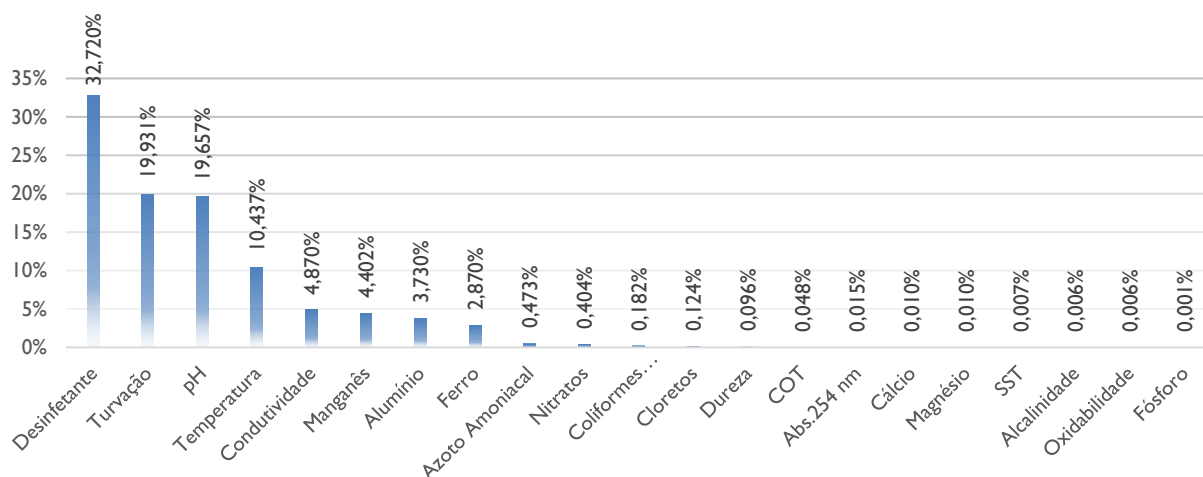


Como se pode verificar pelo gráfico a percentagem de água segura em 2017 apresenta-se ligeiramente superior ao resultado de 2016. Este resultado só foi possível por força do enorme esforço da operação dos sistemas face à redução da qualidade da água na generalidade das origens motivada pelo ano de seca que se atravessou, com particular incidência na região do Alentejo.

Plano de Controlo Operacional

Para além do Plano de Controlo de Qualidade da Água (PCQA) aprovado pela ERSAR encontram-se estabelecidos Planos de Controlo Operacional (PCO), que têm como objetivo monitorizar a evolução da qualidade da água nas origens e a eficiência dos processos de tratamento, transporte e armazenamento, garantindo deste modo uma melhor eficácia na operação dos sistemas.

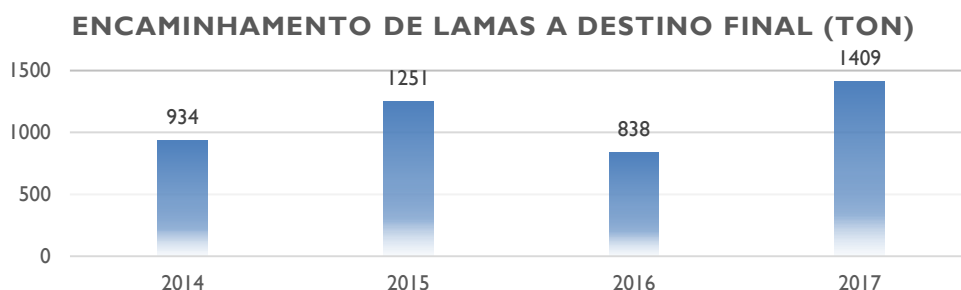
Durante o ano de 2017 as equipas de operação e a equipa de controlo operacional efetuaram no âmbito dos PCO 140.930 determinações analíticas, as quais apresentam a seguinte distribuição:



Como se verifica através da análise do gráfico, os parâmetros com maior incidência de determinação foram o desinfetante residual, turvação, pH, temperatura, condutividade, alumínio, ferro, manganês, azoto amoniacal e nitratos. Trata-se dos parâmetros definidos como parâmetros críticos de controlo que são utilizados para aferir a eficiência dos processos de tratamento.

Produção e Destino Final de Lamas

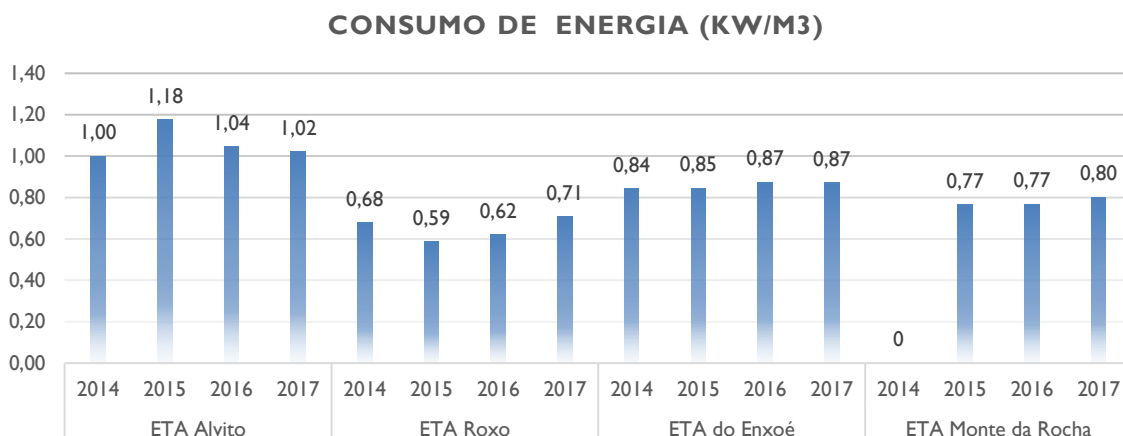
Foram produzidas nas ETA e encaminhadas para destino final cerca de 1.409 toneladas de lamas resultantes dos processos de clarificação da água.



Através da análise do gráfico, verifica-se que o encaminhamento de lamas a destino final apresentou um aumento considerável, que não corresponde no entanto a uma proporcional produção de lamas uma vez que se acumularam em 2016 volumes que apenas foram levados a destino final em 2017.

Indicadores de Funcionamento das ETA

Em 2017 foi realizado o cálculo de alguns indicadores, que permitiram medir o desempenho das ETA e efetuar a comparação entre elas, sendo que o indicador calculado está relacionado com o consumo de energia (ETA + EE) tendo sido obtidos os seguintes resultados de consumo específico de energia:



Realizando a comparação entre o consumo de energia verificado em 2017, e o quantificado em 2016, verifica-se um aumento para as ETA do Roxo e Monte da Rocha e uma redução para o Alvito. No que se refere à ETA do Enxóe, pode observar-se que os valores foram semelhantes.

O aumento verificado ao nível da ETA do Roxo encontra-se dentro do espetável, uma vez que as novas etapas de tratamento implicam um maior consumo de energia (ozonização, funcionamento da estação elevatória intermédia de alimentação aos filtros CAG e maior número de lavagens de filtros).

Higienização de Reservatórios

Os reservatórios desempenham uma função vital no abastecimento de água para consumo humano, devendo ser mantida a sua integridade estrutural e sanitária.

Assim, todos os reservatórios são sujeitos a ações regulares de higienização, com uma periodicidade definida em função da qualidade da água, sendo para o efeito utilizados produtos adequados para estarem em contacto com água para consumo humano, equipamento específico e pessoal especializado, sendo os referidos serviços executados por empresas certificadas.

A higienização dos reservatórios, por norma, é efetuada com periodicidade anual, sendo esta intensificada sempre que se verifica algum problema de qualidade da água.

No decorrer do ano 2017 foi efetuada a higienização de 277 reservatórios, como atividade de rotina operacional, tendo os trabalhos decorrido entre os meses de Março e Maio.



Intervenções nos Sistemas de Abastecimento

Em 2017 foram efetuados um conjunto de intervenções em sistemas de tratamento, sistemas de supervisão e controlo, e ainda de conservação de infraestruturas, designadamente a instalação de sistemas de correção de pH e postos de cloragem, instalação de caudalímetros e colocação de equipamentos de segurança.

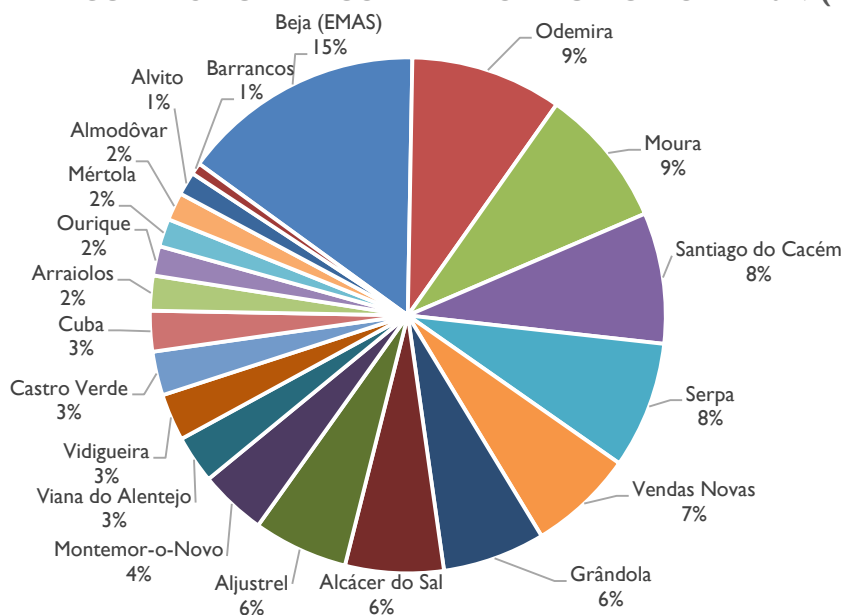


4.5.2. Operação e Gestão dos Sistemas de Saneamento de Águas Residuais

Volumes Recolhidos e Rejeitados

No decorrer do ano 2017 foram recolhidos nos sistemas de saneamento de águas residuais do SPPIAALENTEJO 9.572.898 m³ de água residual, sendo a sua distribuição efetuada da seguinte forma:

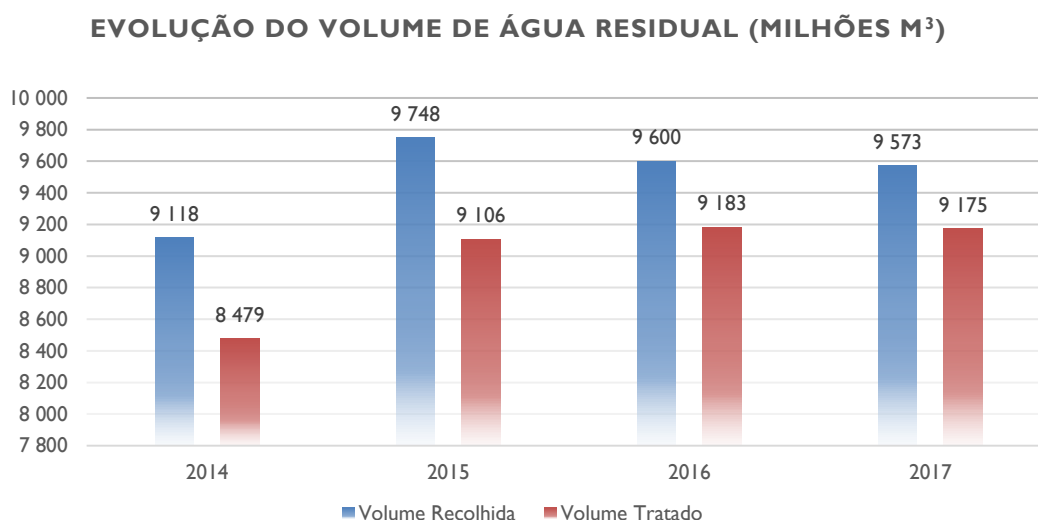
VOLUME DE ÁGUA RESIDUAL RECOLHIDA POR MUNICÍPIO EM 2017 (M³)



Do volume total de água residual recolhida foram exportados para tratamento no sistema de saneamento de águas residuais da AdSA 397.432 m³, correspondentes às águas residuais da cidade de Santiago do Cacém.

Estima-se que do volume total de água residual recolhida tenham sido tratados e consequentemente rejeitados para os meios hídricos recetores, 9.175.466m³.

No gráfico seguinte encontra-se apresentada a evolução dos volumes recolhidos e tratados:

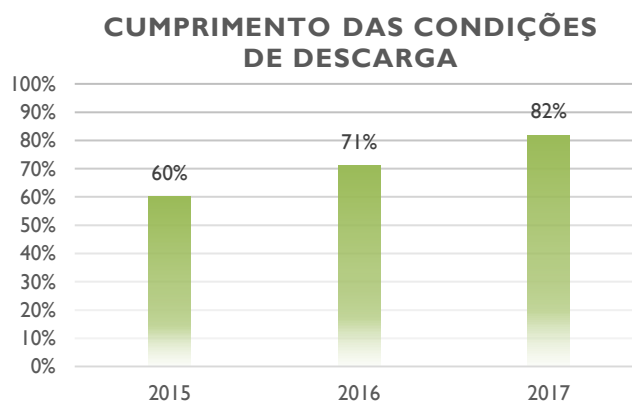


Da análise do gráfico pode verificar-se que o volume recolhido apresentou uma variação pouco significativa. A diferença entre o volume recolhido e o volume tratado corresponde ao volume exportado para a AdSA.

Qualidade da água rejeitada

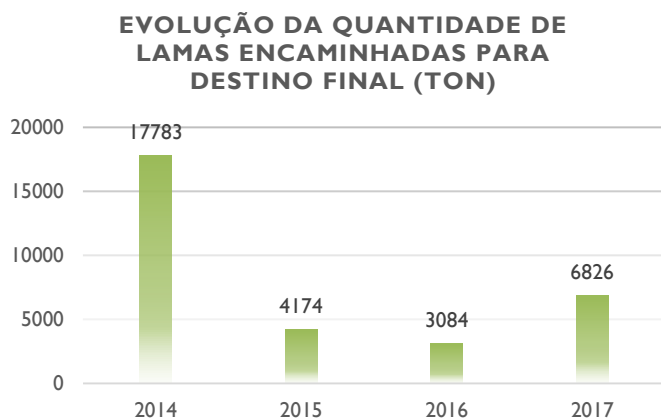
Os programas de autocontrolo das ETAR foram também realizados conforme previsto nas licenças emitidas e legislação em vigor e enviados os relatórios para a APA.

A AgdA garantiu o cumprimento do número de análises requerido para as suas instalações de saneamento e o cumprimento das condições de descarga (indicador AR 15 da ERSAR) tem também vindo a melhorar ao longo dos anos, tendo atingindo os 82% em 2017 nas instalações que dispõem de licença.



Produção e destino final de lamas

Durante o ano de 2017 foram encaminhadas 6.826 toneladas de lamas que tiveram como destino final a valorização (80%) e deposição em aterro (20%).



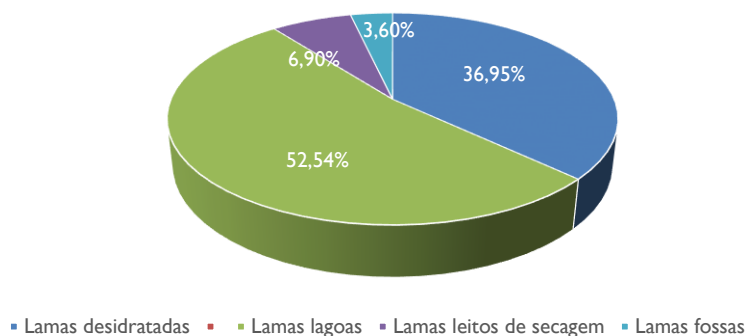
DESTINO FINAL DE LAMAS EM 2017 (%)



No ano 2017 verificou-se um aumento da quantidade de lamas encaminhadas para destino final, situação que pode ser explicada pela intensificação da desidratação, e limpeza de lagoas.

O gráfico seguinte apresenta a relação entre a quantidade de lamas resultantes de trabalhos de limpeza de lagoas, quantidade de lamas desidratadas por processos mecânicos, quantidade de lamas desidratadas em leitos de secagem e quantidade de lamas espessadas (espessador gravítico).

TIPO DE LAMAS ENCAMINHADAS PARA DESTINO FINAL



Intervenções nos sistemas de saneamento

Foram efetuadas durante o ano de 2017 diversas intervenções nos sistemas de saneamento com vista à melhoria da capacidade de funcionamento das ETAR e à conservação das infraestruturas, destacando-se a limpeza e manutenção de leitos de secagem, pintura das instalações, reparação de caixas de visita e instalação de equipamentos de segurança.



4.5.3. Atividade de Planeamento, Conceção e Construção dos Sistemas de Abastecimento de Água

Estudos e Projetos

Em 2017, dando continuidade ao trabalho desenvolvido no ano anterior, foram promovidas adaptações aos projetos resultantes dos pareceres obtidos das várias entidades licenciadoras, assim como foram concretizados / iniciados os projetos de execução nos diversos Sistemas de Abastecimento de Água do SPPIAALENTEJO, em especial os projetos participados pelo POSEUR, encontrando-se estes na sua maioria terminados:

- i. Elaboração de Projetos de Execução no Sistema do Monte da Rocha – Reforço da Adução a Castro Verde;
- ii. Elaboração de Projetos de Execução no Sistema do Roxo Poente – Adução a Ermidas e Fornalhas Velhas;
- iii. Elaboração do Projeto de Execução de Adução do Eixo Almodôvar - Mértola Sudoeste;
- iv. Elaboração da Alteração do Projeto de Execução do sistema Roxo Poente.

Foram ainda promovidos os trabalhos complementares de apoio à elaboração dos referidos estudos e projetos:

- i. Estudos Geológicos e Geotécnicos para a EE na ETAR das Fontainhas
- ii. Estudos Geológicos e Geotécnicos para o Subsistema do Almogrove - Adução a Vale Beijinha e Castelão
- iii. Estudos Geológicos e Geotécnicos para ETAR da Comporta

Prestações de Serviços

Foram contratadas prestações de apoio técnico e licenciamentos de projetos, serviços para fiscalizações, topografia, geologia e geotecnia com vista a apoiar e incluir nos projetos de execução, assim como na área de Expropriações e Servidões.

Foram adjudicadas 5 prestações de serviços de fiscalização e 5 prestações de serviço de apoio às expropriações. No final do ano encontravam-se em fase de concurso público mais 7 prestações de serviço de fiscalização.

Empreitadas

Materializando os estudos e projetos executados nos diversos Sistemas de Abastecimento de Água do SPPIAAlentejo, em especial os projetos comparticipados pelo POSEUR, foram abertos / lançados em 2017 os seguintes procedimentos de empreitadas:

- i. Empreitada de Adução do Sistema da Magra
- ii. Empreitada de Conceção-Construção da ETA da Magra
- iii. Empreitada de Adução à Amareleja 2ª fase
- iv. Empreitada de Conceção-Construção da ETA do Enxoé
- v. Reforço de Adução ao Eixo Serpa-Mértola
- vi. Expansão em Odemira - Adução ao Cercal 2ª Fase - S. Luís
- vii. Empreitada de Adução ao Eixo Serpa-Moura
- viii. Empreitada de Adução a Ermidas e Fornalhas Velhas
- ix. Empreitada de Adução à Zona Ponte do Monte da Rocha
- x. Execução da Adução a Luzianes
- xi. Empreitada de Adução Santa Clara-a-Velha a Luzianes
- xii. Empreitada de Adução à Zona de Mértola Noroeste
- xiii. Adução a Alvalade
- xiv. Conceção-Construção da Remodelação da ETA do Roxo
- xv. Adução à Zona Poente do Monte da Rocha
- xvi. Reforço da adução a Castro Verde
- xvii. Expansão em Ourique e Almodôvar
- xviii. Adução ao eixo Almodôvar - Mértola Sudoeste
- xix. Adução a Barrancos e a Santo Aleixo
- xx. Adução à Zona Mértola Noroeste
- xxi. Adução a Vila Nova de Milfontes e a Castelão

Das empreitadas colocadas a concurso, durante o presente ano, foram adjudicadas as seguintes empreitadas num valor total de 13,154 milhões de euros:

- i. Empreitada de Conceção Construção da ETA da Magra
- ii. Empreitada de Adução do Sistema da Magra

- iii. Empreitada de Adução ao Eixo Serpa-Mértola
- iv. Empreitada de Adução ao Eixo Serpa-Moura
- v. Empreitada de Adução à Amareleja - 2ª fase
- vi. Expansão em Odemira - Adução ao Cercal 2ª Fase - S. Luís

Durante o ano de 2017, das empreitadas em curso entraram em funcionamento 2 grandes infraestruturas, das quais se apresenta uma breve descrição:

- i. *Empreitada de conceção - construção da melhoria no processo de tratamento na ETA do Roxo*

Empreitada adjudicada pelo valor de 1.120.713,19 € que consiste na melhoria no processo de tratamento da ETA do Roxo com a inclusão das etapas de Ozonização e Filtração por filtros de Carvão Ativado Granular de forma a reforçar a capacidade de tratamento.



- ii. *Adução à Amareleja – 1ª Fase*

Esta empreitada foi adjudicada pelo valor de 207.902,19€ e consistiu na substituição de parte da adutora onde se verificam a maior parte das roturas que coincide com as zonas de maior pressão.



Das empreitadas em curso em 2017 entende-se ser de destacar:

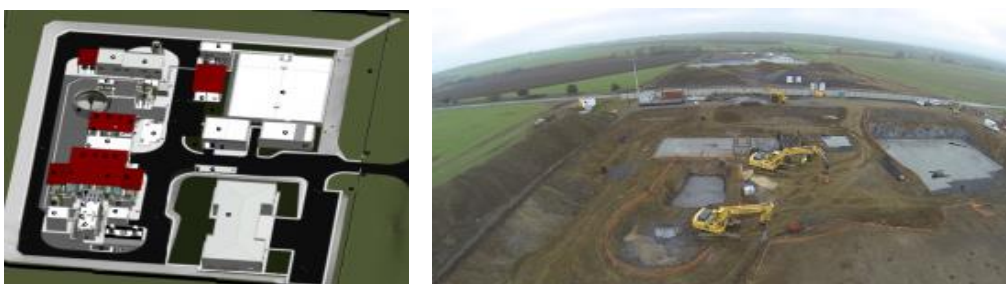
- i. *Adução ao Cercal – 1ª Fase*

Esta empreitada foi adjudicada pelo valor de 828.530,39€ e destina-se a reforçar o abastecimento de água a Vila Nova de Milfontes que será a principal reserva de água para abastecimento de água à localidade de São Luís.



ii. *Empreitada de Conceção Construção da ETA da Magra*

A ETA do sistema da Magra servirá as localidades de Beja, Baleizão, Quintos, Salvada e Cabeça Gorda e terá uma capacidade de tratamento de 306m³/h. Esta empreitada foi adjudicada pelo valor de 4.599.500,00€ e consiste principalmente na construção da ETA, construção das EE para Beja, Baleizão e Salvada e disporá de uma Unidade de Produção Fotovoltaico para autoconsumo.



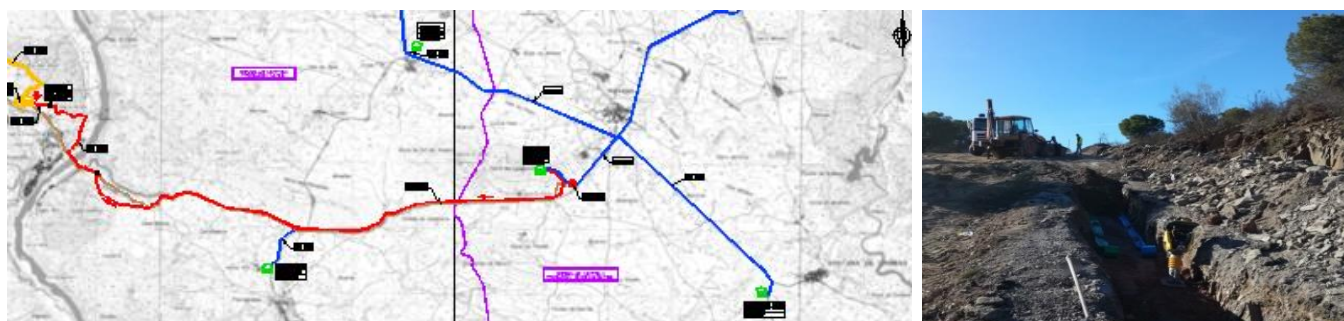
iii. *Empreitada de Adução do Sistema da Magra*

A empreitada de Adução do Sistema da Magra, adjudicada pelo valor de 2.825.826,52€, e compreende a construção do sistema adutor que se decompõe em três eixos, um para abastecer a cidade de Beja, outro para Baleizão e um terceiro para Salvada, Quintos e Cabeça Gorda.



iv. *Empreitada de Adução ao Eixo Serpa-Mértola*

A empreitada, adjudicada pelo valor de 998.971,16€, que se integra no sistema do Guadiana Sul, prevê efetuar a construção do sistema de Adução Reservatório de Moreanes e o Reservatório de Mértola, construção da estação elevatória de Moreanes e adaptação de vários reservatórios ao longo do traçado.



4.5.4. Atividade de Planeamento, Conceção e Construção dos Sistemas de Saneamento de Águas Residuais

Estudos e Projetos

Em 2017 a AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. promoveu a elaboração dos projetos, assim como adaptações aos projetos resultantes dos pareceres obtidos, designadamente o projeto de execução do SI de Montemor-o-Novo a alteração do Projeto de Execução do Sistema Intercetor de Grândola, projeto de Execução do Sistema Intercetor da Comporta e respetivos estudos Geotécnicos.

Prestações de Serviços

Foram contratadas 4 prestações de serviços para fiscalizações, topografia, geologia e geotécnica com vista a apoiar e incluir nos projetos de execução, assim como, na área de Expropriações e Servidões.

Empreitadas

Materializando os estudos e projetos executados, em especial os projetos comparticipados pelo POSEUR, foram lançados 2017 os seguintes procedimentos de empreitadas.

- i. Empreitada de Conceção-Construção da ETAR e SI de São Teotónio
- ii. Empreitada de Conceção-Construção de Remodelação do Tratamento da ETAR de Sr.^a de Aires
- iii. Empreitada de Conceção Construção da ETAR da Comporta
- iv. Sistema Intercetor de Grândola
- v. Empreitada de Execução do Sistema Intercetor de Montemor-o-Novo

Das empreitadas colocadas a concurso, durante 2017, foram adjudicadas as seguintes empreitadas num valor total de 8,672 milhões de euros:

- i. Empreitada de Conceção-Construção da ETAR de Beja
- ii. Empreitada de Conceção-Construção da Remodelação da ETAR da Amareleja
- iii. Empreitada de Conceção-Construção da ETAR de Grândola
- iv. Empreitada de Conceção-Construção de Remodelação do Tratamento da ETAR de Sr.^a de Aires
- v. Empreitada de Conceção Construção da ETAR e SI de São Teotónio

Em 2017 encontravam-se em curso as seguintes empreitadas, num valor total de 2,53M€:

- i. Empreitada de Conceção/Construção da ETAR de Montemor-o-Novo;
- ii. Empreitada de remodelação das Obras de Entrada das ETAR de Montemor-o-Novo e Torrão - Grupo 2;
- iii. Remodelação da ETAR Vila Nova da Baronia (I^a Fase).

Das empreitadas em curso entraram em funcionamento 2 dessas infraestruturas, das quais se apresenta uma breve descrição:

i. Empreitada de remodelação das Obras de Entrada das ETAR de Montemor-o-Novo e Torrão - Grupo 2

Tendo por objetivo melhorar a eficiência do tratamento das referidas ETAR foram identificados os pontos críticos, os quais foram tidos em conta no projeto global que inclui os que pertencem a cada uma das ETAR. A empreitada adjudicada pelo valor de 241.406,71€, consistiu nas seguintes intervenções:

- Construção de uma nova obra de entrada na atual ETAR de Montemor-o-Novo que será integrada no futuro sistema de tratamento de águas residuais da cidade
- Construção de uma nova obra de entrada na ETAR do Torrão



ii. Remodelação da ETAR Vila Nova da Baronia

A empreitada de reabilitação foi adjudicadas pelo valor de 221.025,69€, teve o objetivo a construção de uma Obra de Entrada, a reabilitação Leito Percolador e a construção de um decantador Secundário.



De seguida apresenta-se uma breve descrição das empreitadas em curso:

i. Empreitada de Conceção/Construção da ETAR de Montemor-o-Novo

A empreitada foi adjudicada pelo valor de 2.067.558,99 e consiste na construção da nova ETAR de Montemor-o-Novo, em substituição das duas existentes, a de S. Pedro e a de Vale Flores, que se encontram subdimensionadas, obsoletas e sem possibilidade de reabilitação. A nova ETAR a construir foi dimensionada para uma população de 10.250 habitantes e terá um princípio de funcionamento baseado em sistema de lamas ativadas em regime contínuo.

Em traços gerais, a ETAR tem as seguintes componentes:

- Fase Líquida: Tratamento Primário e Tratamento Biológico por Lamas Ativadas
- Fase Sólida: Espessamento gravítico, Desidratação mecânica e Higienização por cal.

A ETAR disporá ainda de produção de água de Serviço e unidade de Receção e Tratamento de efluentes de limpa fossas



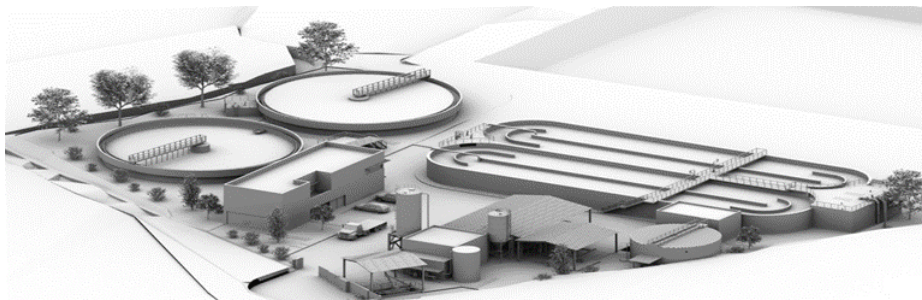
ii. Empreitada de Conceção-Construção da ETAR de Beja

A Nova ETAR de Beja, adjudicada pelo valor de 3.979.500,00€, foi dimensionada para uma carga de 31.000 habitantes equivalentes e terá um princípio de funcionamento baseado em sistema de lamas ativadas operando em regime de arejamento prolongado.

Em traços gerais, a ETAR terá as seguintes componentes:

- Fase Líquida: Tratamento Primário e Tratamento Biológico por Lamas Ativadas
- Fase Sólida: Espessamento gravítico, Desidratação mecânica e Higienização por cal

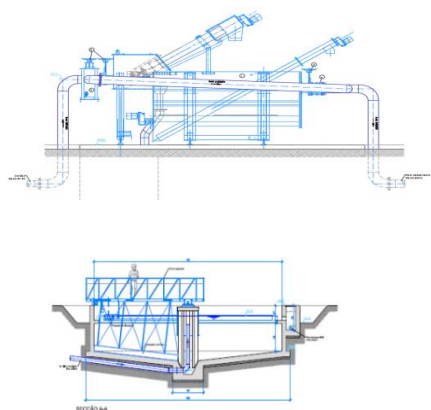
A ETAR disporá ainda de produção de Água de Serviço e Unidade de Receção e Tratamento de efluentes de limpa fossas



iii. *Empreitada de Conceção-Construção da Remodelação da ETAR da Amareleja*

A empreitada de Conceção-Construção da Remodelação da ETAR da Amareleja, adjudicada pelo valor de €371.567,80, tem como principal objetivo melhorar a eficiência da atual ETAR no tratamento das águas residuais geradas pela população da Amareleja, da ordem dos 3.000 hab. Equivalentes.

Na empreitada está prevista a Instalação de uma nova Obra de Entrada, com uma unidade de pré-tratamento para remoção de gradados areias e gorduras, a construção de um decantador secundário, uma Estação Elevatória de recirculação de lamas e a Reabilitação do Leito Percolador.



iv. *Empreitada de Conceção-Construção da ETAR de Grândola*

A Nova ETAR de Grândola, adjudicada pelo valor de €2.185.923,24, foi dimensionada para uma carga de 9.000 habitantes equivalentes e terá um princípio de funcionamento baseado em sistema de lamas ativadas operando em regime de arejamento prolongado.

A ETAR terá, na generalidade, as seguintes componentes:

- Fase Líquida: Tratamento Primário e Tratamento Biológico por Lamas Ativadas
- Fase Sólida: Espessamento Gravítico, Desidratação Mecânica e Higienização por cal

A ETAR disporá ainda de produção de Água de Serviço e unidade de Receção e Tratamento de efluentes de limpa fossas



v. *Empreitada de Conceção-Construção de Remodelação do Tratamento da ETAR de Sr.^a de Aires*

A reabilitação prevista para a ETAR da Sr.^a de Aires tem como principal objetivo melhorar a eficiência de tratamento da atual ETAR, que serve a população da zona Este/Nascente da Vila de Viana do Alentejo com uma população equivalente de 2.100 hab.

A empreitada foi adjudicada pelo valor de 401.705,83€, e consiste nas seguintes intervenções:

Construção de um Reator Biológico; Construção de um Decantador Secundário; pintura geral das instalações e execução dos arruamentos;



vi. *Empreitada de Conceção Construção da ETAR e SI de São Teotónio*

A Nova ETAR de São Teotónio, adjudicada pelo valor de €1.734.098,00, foi dimensionada para tratar os efluentes de uma população equivalente de 3300 hab. e terá um princípio de funcionamento baseado em sistema de lamas ativadas operando em regime de arejamento prolongado.

A ETAR terá as seguintes componentes:

- Fase Líquida: Tratamento Primário e Tratamento Biológico por Lamas Ativadas
- Fase Sólida: Espessamento gravítico, Desidratação mecânica e Higienização por calor

A ETAR disporá ainda de produção de água de Serviço e unidade de Receção e Tratamento de efluentes de limpa fossas.



4.5.5. Manutenção nos Sistemas de Abastecimento de Água

O ano de 2017 fica marcado pela continuidade de ações de manutenção curativa e preventiva nas infraestruturas de SAA, realização de ações e procedimentos de apoio ao funcionamento da manutenção e transversalmente colaboração com as diversas áreas operacionais da organização, bem como pela realização de várias atividades de reporte para entidades externas.

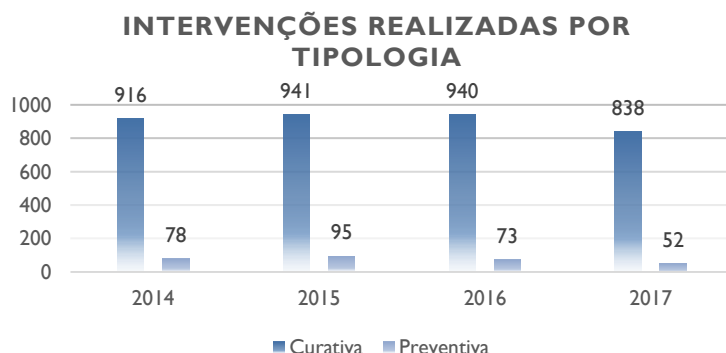
Em virtude do reduzido número de técnicos de manutenção, tem-se optado por uma estratégia de intervenção apoiada em regimes de outsourcing, designadamente recorrendo a um contrato relacionado com as áreas de automação, comunicações e telegestão e à colaboração de empresas locais da especialidade relativamente às intervenções de reparação de ruturas, eletricidade e mecânica.

Encontrando-se a AgdA ainda em fase de implementação progressiva das novas infraestruturas do SPPIAAlenentejo, conjugado com o facto de estamos a operar ainda infraestruturas dos municípios que serão a curto prazo substituídas ou abandonadas, este sistema reveste-se de uma especificidade particular, que exige por um lado uma manutenção preventiva nas novas infraestruturas e, por outro, uma manutenção curativa muito intensa nas infraestruturas antigas. De facto, face ao obsolescência e mau estado de funcionamento dessas infraestruturas, muitas delas já totalmente fora da sua vida útil, as intervenções efetuadas apresentam forçosamente uma componente muito mais forte em intervenções curativas. Esta é igualmente a justificação para o elevado número de intervenções deste tipo efetuadas ao longo dos últimos anos.

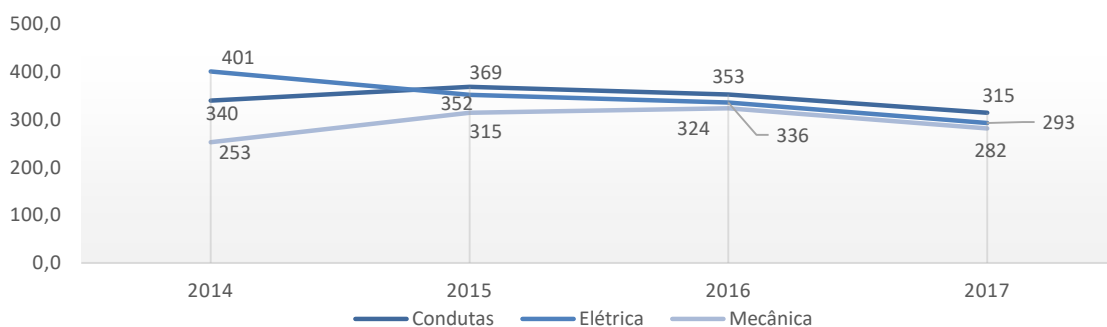
Caraterização das intervenções

A intervenção da equipa de manutenção centra-se em dois conceitos distintos, Manutenção Curativa e Manutenção Preventiva. Ainda que o objetivo principal seja minimizar a incidência das intervenções curativas, controlando a condição das infraestruturas, o desequilíbrio ainda é enorme, justificado pelos reduzidos recursos humanos existentes, situação que se espera venha a ser ultrapassada em 2018, através da contratação de um *outsourcing* específico.

Comparando 2014, 2015, 2016 e 2017, verificamos que o número de ocorrências aumentou de 2014 para 2015 e tem vindo a diminuir nos anos de 2016 e 2017, apesar de não se tratar de uma variação expressiva. Mantem-se predominante o número de intervenções de carácter curativo, essencialmente na vertente de reparação de ruturas em condutas adutoras, de acordo com o exposto anteriormente. A descida de intervenções curativas em 2017 resulta já da entrada em funcionamento de algumas novas infraestruturas e soluções técnicas que vieram substituir sistemas antigos.

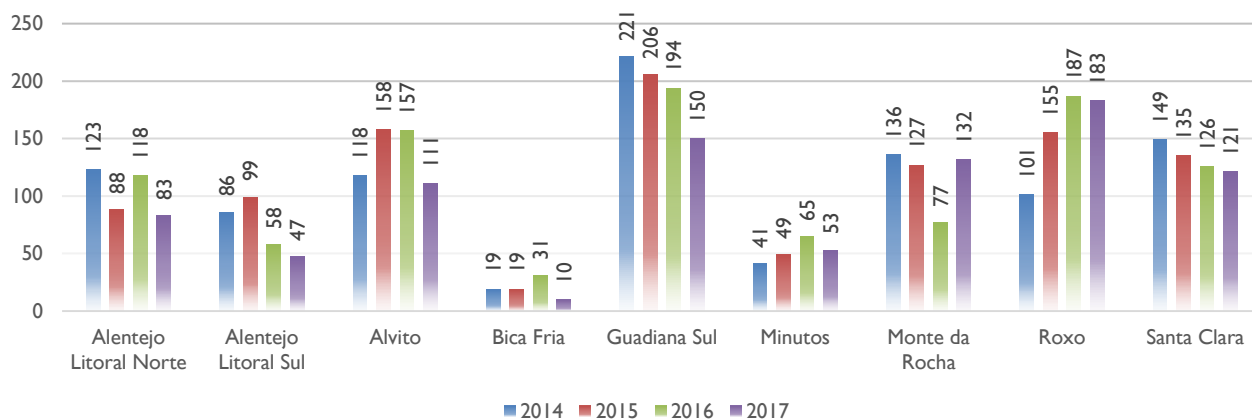


INTERVENÇÕES REALIZADAS POR ESPECIALIDADE



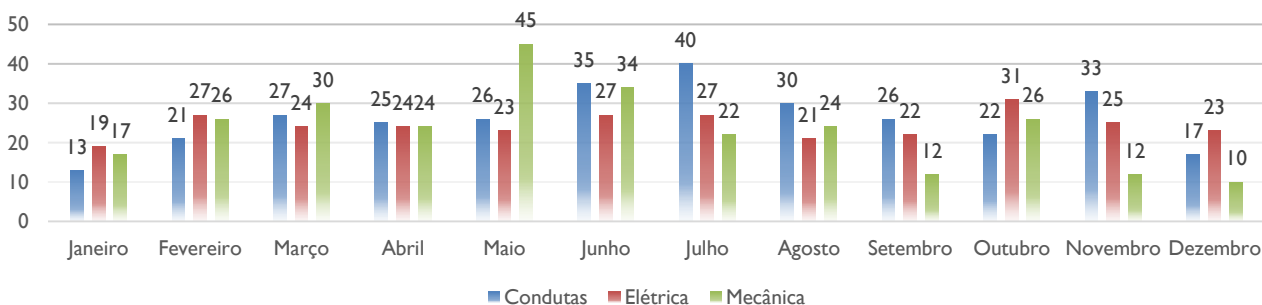
Em 2017, verifica-se que dos nove sistemas operados, o Roxo, Guadiana Sul e Monte da Rocha, apresentam a maior percentagem de ocorrências no somatório das várias especialidades. Constatase ainda que existiu um aumento significativo de intervenções no sistema do Monte da Rocha e uma diminuição nos restantes sistemas. Este aumento no Monte da Rocha corresponde a algumas intervenções em sistemas autónomos não efetuadas em 2016 e que transitaram para 2017, sendo que na média dos 2 anos se verifica igualmente também uma descida neste sistema.

INTERVENÇÕES POR SISTEMA



Na distribuição mensal das intervenções verifica-se um aumento do seu número durante o verão, correspondendo ao período de maiores consumos e consequentemente de maior exigência das infraestruturas, realizando-se em média 74 intervenções por mês.

DISTRIBUIÇÃO MENSAL DAS INTERVENÇÕES REALIZADAS EM 2017 POR ESPECIALIDADE



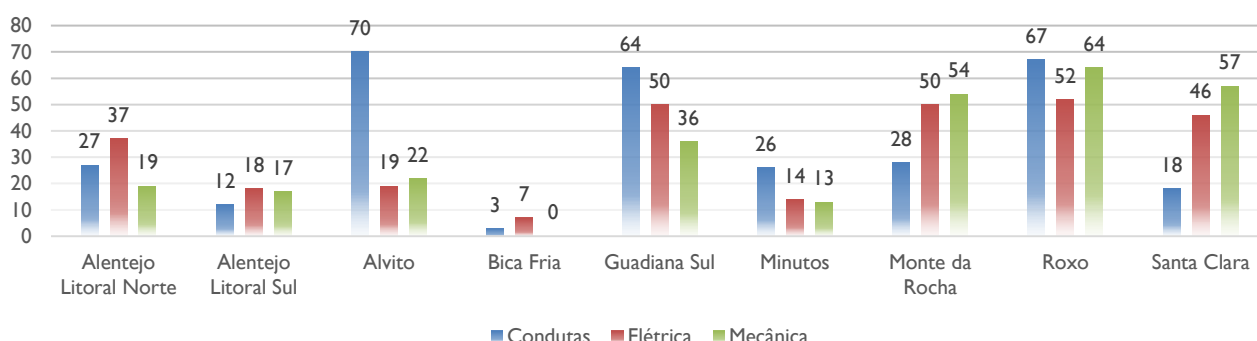
Intervenções de carater preventivo

As intervenções de carater preventivo efetuadas centraram-se ao nível da manutenção de equipamentos elétricos, com particular incidência em quadros elétricos e Postos de Transformação e em equipamento de bombagem, designadamente manutenção de Grupos Eletrobomba.

Intervenções de carater curativo

Nas intervenções curativas, a reparação de ruturas constitui um dos principais eixos de intervenção e sede de preocupação, uma vez que as reservas locais de água são ainda em muitos casos reduzidas, podendo conduzir a interrupções de abastecimento se a intervenção não for imediata, muitas vezes noturna e em fins-de-semana.

REPARAÇÕES CURATIVAS POR SISTEMA EM 2017



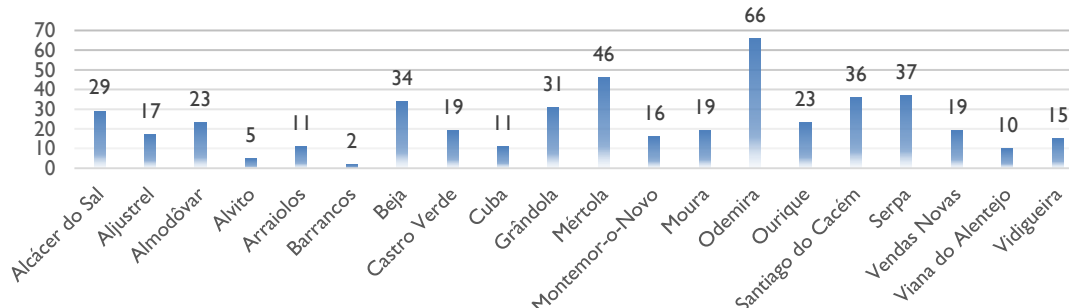
Como se pode verificar, o Alvito, Roxo e Guadiana Sul são os sistemas que mais intervenções exigiram ao nível de reparação de ruturas, que urge serem alvo de reabilitação.

O sistema onde se realizou o maior número de intervenções foi no Roxo, que abrange os concelhos de Aljustrel e Beja e o sistema da Bica Fria foi onde se realizaram menos intervenções.

4.5.6. Gestão de Energia

O total de custo da energia em 2017 foi de 2,707 M€ em termos de águas de abastecimento e águas residuais sendo que no âmbito da operação e manutenção de infraestruturas que a AgdA tem sob a sua tutela, é de salientar que se gere uma carteira de 469 instalações utilizadoras de energia da rede pública, que se distribuem, em termos de contratos de energia, pelos vários Municípios de acordo com o gráfico seguinte:

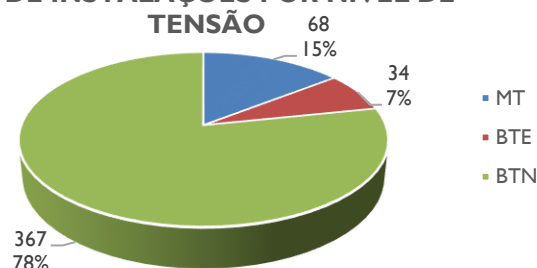
NÚMERO DE INSTALAÇÕES POR MUNICÍPIO



As 469 instalações geridas pela AgdA são alimentadas em termos de energia elétrica por 3 tipos de nível de tensão:

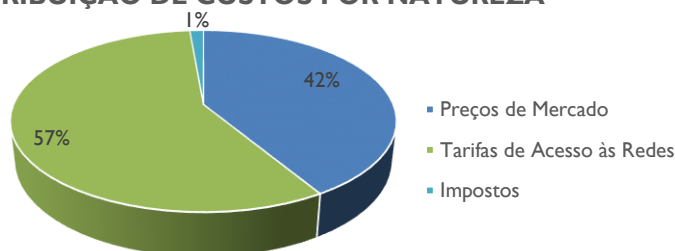
- i. Média Tensão (MT);
- ii. Baixa Tensão Especial (BTE);
- iii. Baixa Tensão Normal (BTN).

N.º DE INSTALAÇÕES POR NÍVEL DE TENSÃO



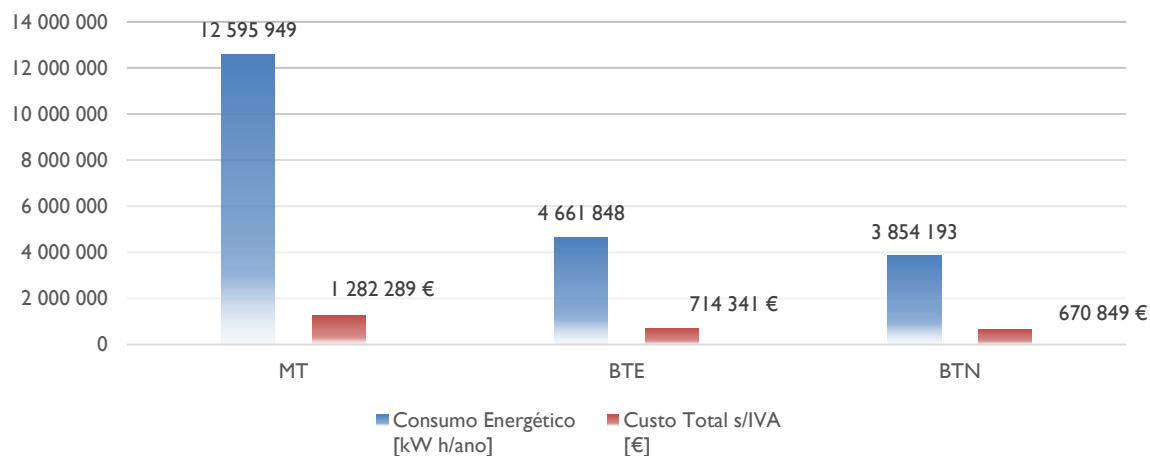
No gráfico seguinte, apresenta-se a distribuição de custos por natureza, em termos de preços de mercado (valor de compra de energia através do processo centralizado), custos de tarifas de acesso às redes e custos com impostos, excluindo custos de energia reativa. Neste sentido, obtém-se o seguinte:

DISTRIBUIÇÃO DE CUSTOS POR NATUREZA



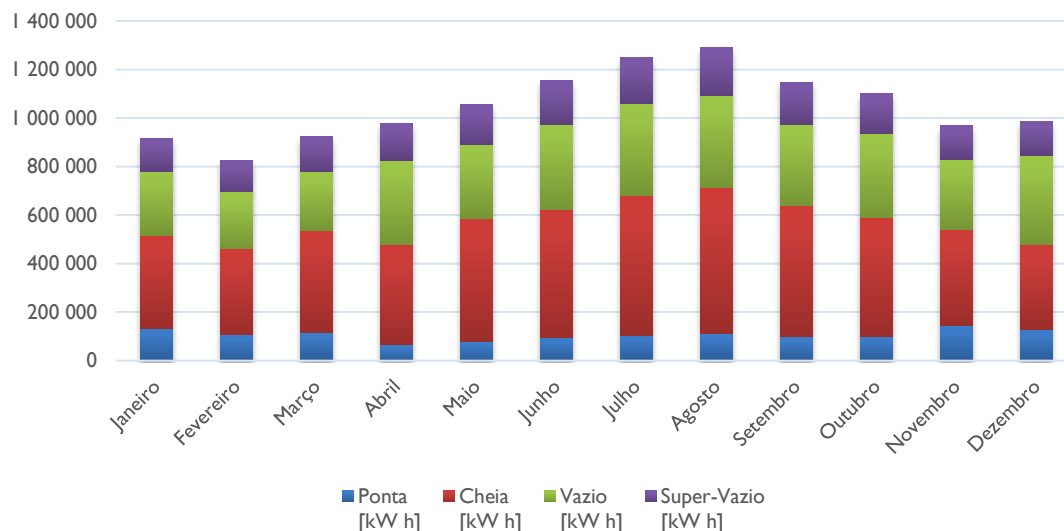
Apresenta-se a repartição dos custos por nível de tensão, bem como consumos energéticos por períodos horários.

CONSUMO ENERGÉTICO (KW H/ANO) E CUSTO (€) POR NÍVEL DE TENSÃO

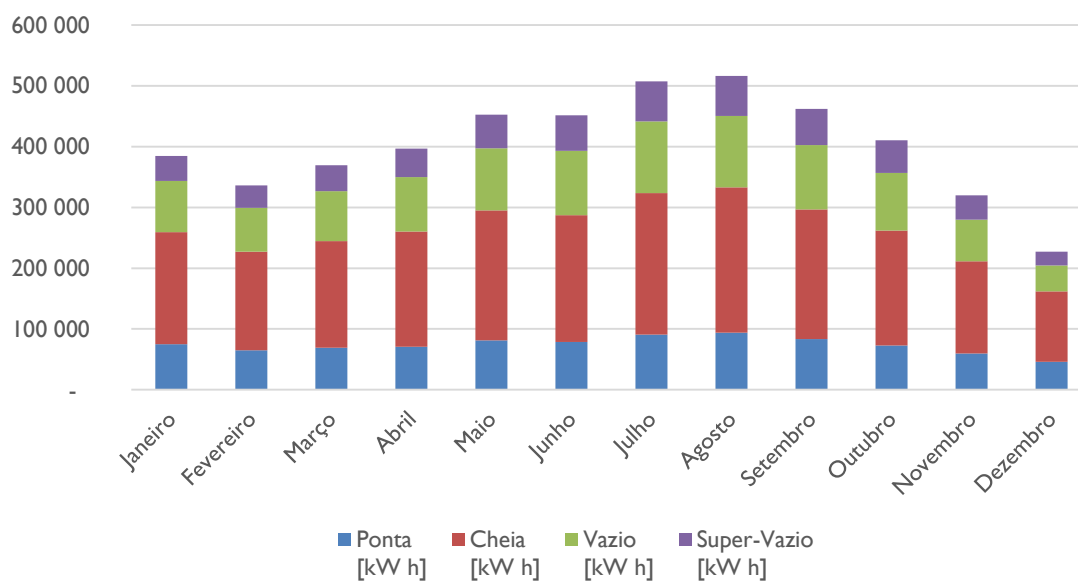


O perfil de consumo das instalações alimentadas em MT e BTE traduz-se da seguinte forma:

PERFIL DE CONSUMO EM MT [kW h]

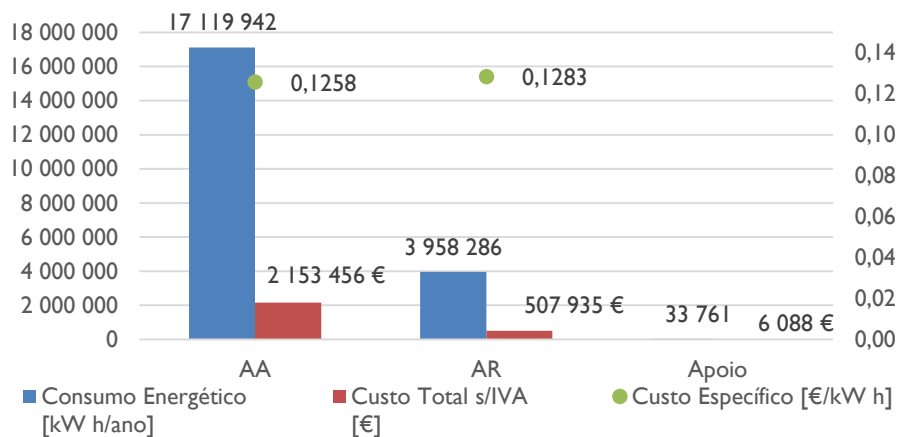


PERFIL DE CONSUMO EM BTE [kW h]



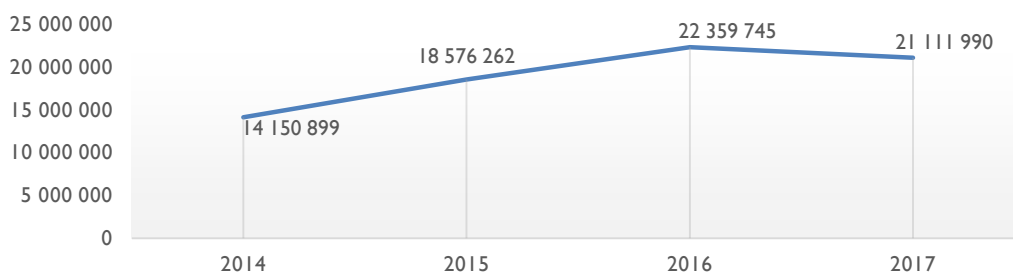
A análise em termos de consumos energéticos e custos por atividade, traduz-se da seguinte forma:

CONSUMO ENERGETICO E CUSTOS POR ATIVIDADE



O gráfico seguinte apresenta a evolução dos consumos no período de 2014 a 2017:

EVOLUÇÃO DO CONSUMO ENERGETICO (kW h/ano)



Caracterização de Ações

No ano de 2017, iniciaram-se diversas atividades, com o objetivo da redução de consumos e custos de energia nas infraestruturas da AgdA. A otimização dos períodos de funcionamento das principais instalações consumidoras de energia foi uma das medidas que permitiram essa redução.

No âmbito do PEPE – Plano de Eficiência e Produção de Energia do grupo AdP, foram planeadas diversas ações a realizar para o triénio de 2017 – 2019, que se traduzem nas seguintes medidas:

- Ajustamento dos horários de exploração, com o objetivo de reduzir consumos e custos em horas de ponta e cheia;
- Implementação de sistema de correção de fator de potência, para anular os consumos de energia reativa;
- Adequar etapas de tratamento das ETAR, com o objetivo de reduzir consumos e custos de energia;

- iv. Realizar auditorias energéticas às principais instalações consumidoras de energia, para identificação de pontos e etapas críticas de consumo e implementação de medidas corretivas;
- v. Produção de energia solar para autoconsumo.

Com o fecho das ações mencionadas, no final do ano de 2019, prevê-se que venha a existir uma redução de consumo de 517.691 kW h, traduzindo-se em termos de custos na ordem dos € 121.983.

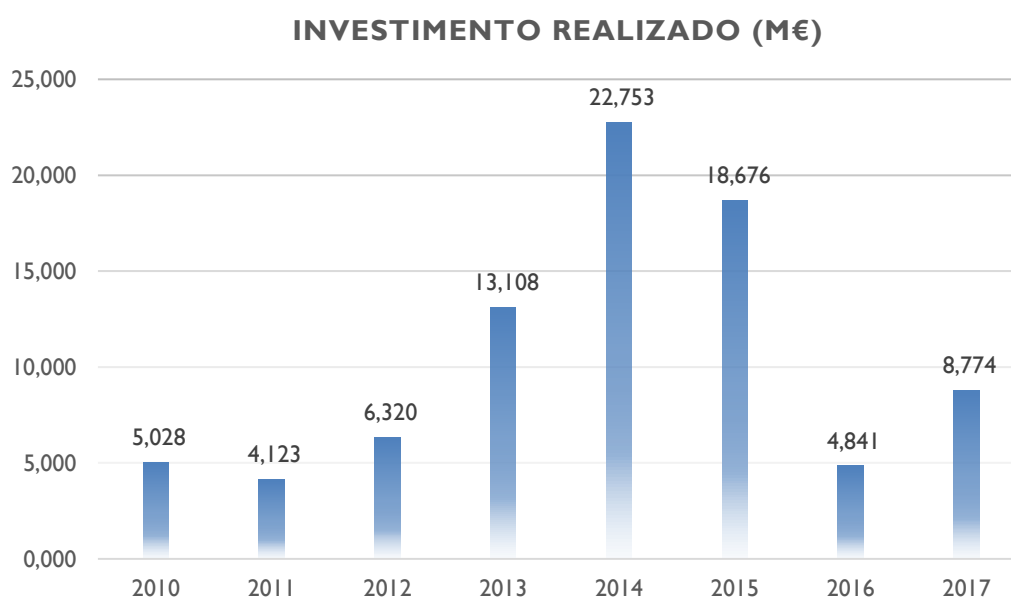
Em 2017, foi iniciada a ação de formação avançada de Auditores de Energia Especialistas do Ciclo Urbano da Água, com o objetivo de dotar alguns colaboradores de competências para realizar auditorias energéticas, quer em instalações de abastecimento, quer em instalações de saneamento.

No âmbito da estratégia para a mobilidade elétrica, a AgdA adquiriu 1 viatura elétrica e 2 carregadores elétricos semi rápidos, para instalação na Sede da AgdA e no Reservatório de Grândola (sistema do Alentejo Litoral Norte).

4.5.7. Atividade de Planeamento e Controlo de Investimentos

O investimento inicial realizado em 2017 atingiu os 8,7 milhões euros perfazendo desde 2010 cerca de 83,6 milhões de euros. Comparativamente com 2016 verificou-se um aumento de investimento na ordem dos 80%.

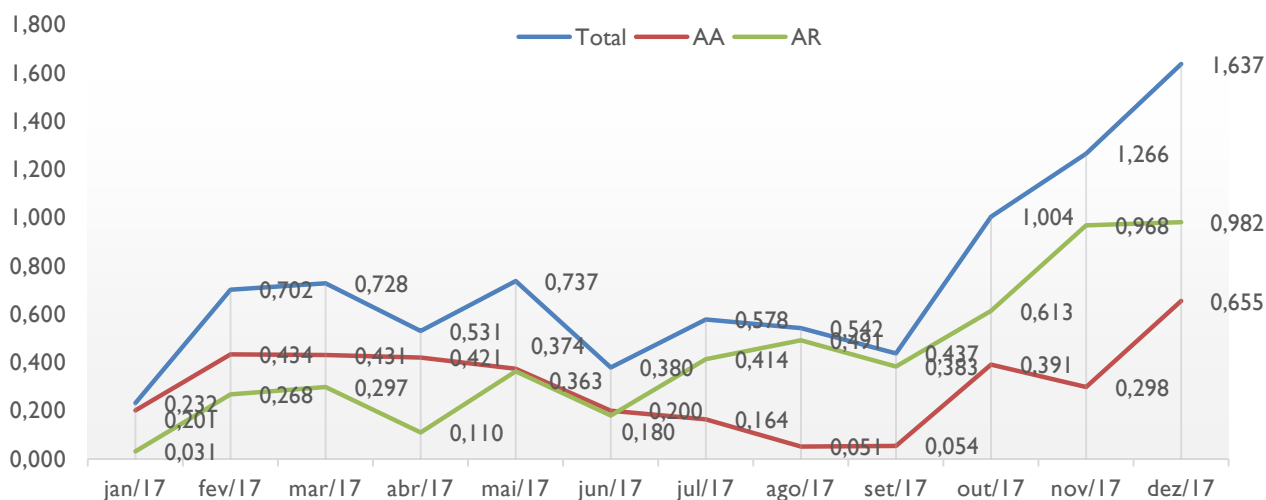
Esta evolução do investimento deve-se ao facto de em 2017 ser o ano de arranque efetivo de muitas empreitadas financiadas pelo POSEUR, particularmente no que se refere a investimento de Saneamento de Águas Residuais.



Desagregado ao nível mensal, em 2017 verifica-se que os investimentos realizados na componente de saneamento de águas residuais representam cerca de 58% do valor total dos investimentos, com tendência de crescimento no último trimestre, fruto das conclusões dos vários procedimentos iniciados em 2016 e que iniciaram a componente de obra nesta

fase. Com a conclusão dos restantes procedimentos em curso financiados pelo POSEUR, prevê-se a continuação desta evolução positiva de investimento para os anos 2018 e 2019.

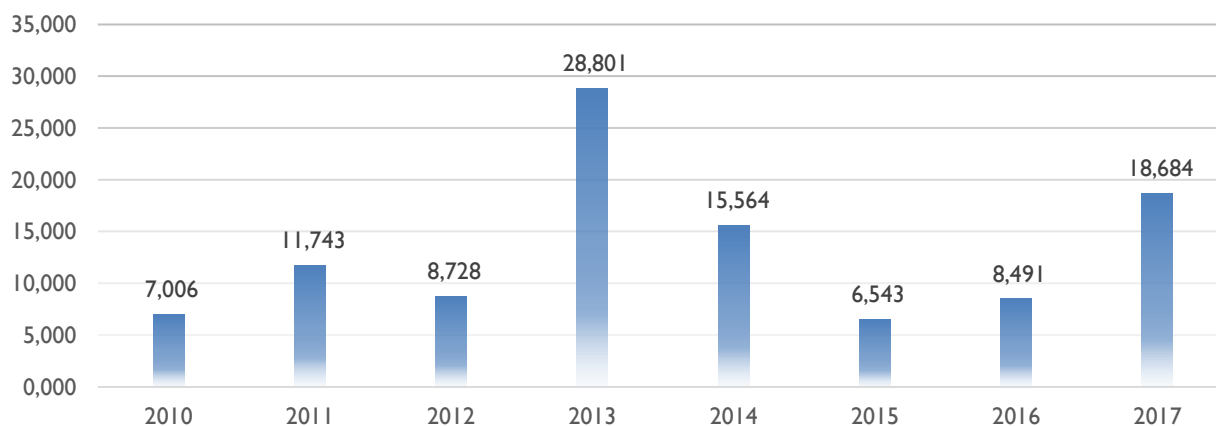
INVESTIMENTO MENSAL 2017 (M€)



No que diz respeito a adjudicações podemos verificar que embora a execução tivesse sido de 8,7 milhões de euros, foram adjudicados cerca de 18,6 milhões de euros, prevendo-se que a execução de grande parte deste investimento comprometido venha a ocorrer em 2018 e 2019.

Das adjudicações efetuadas em 2017, destaca-se a ETA da Magra com 4,6 milhões de euros e também a Adução da Magra, Adução ao Eixo Serpa Moura e ETAR de Grândola, cujos investimentos por empreitada são superiores a 2 milhões de euros. A execução física destas empreitadas terá particular relevância nos anos 2018 e 2019.

ADJUDICAÇÕES (M€)

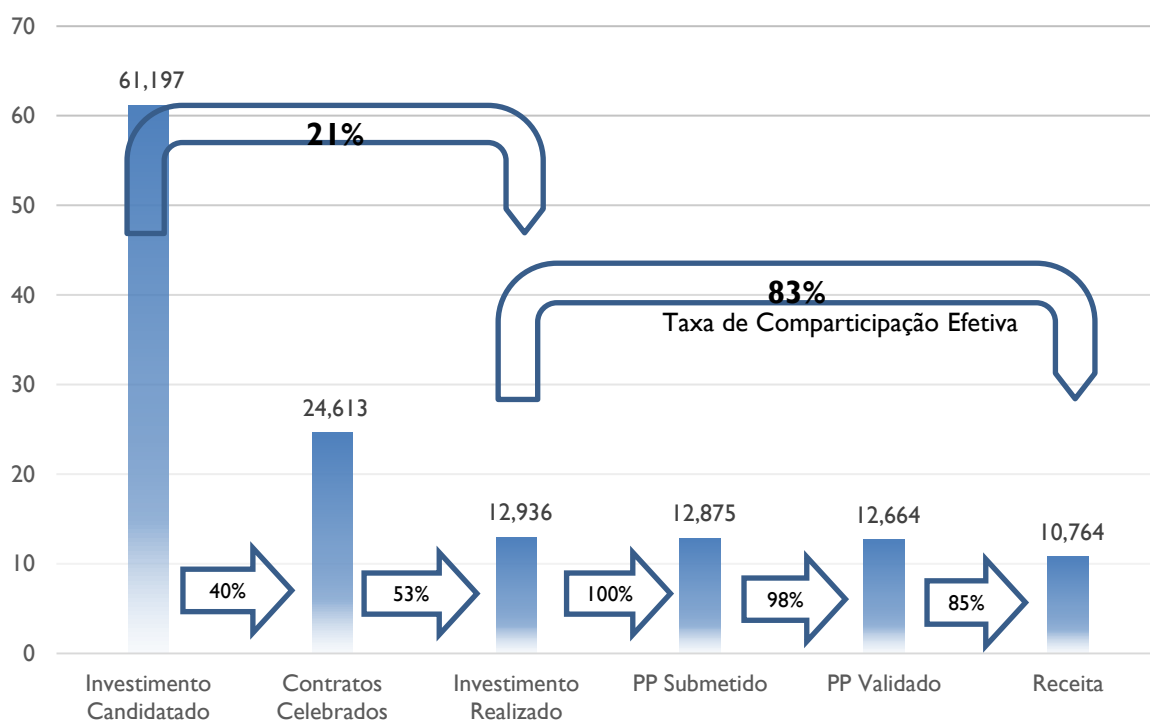


Contratos de financiamentos com o POSEUR

Até final do ano de 2017, todas as operações aprovadas pelo POSEUR (6 de abastecimento de água e 6 de saneamento de águas residuais), entraram em fase de execução física. Dos cerca de 61 milhões de euros de investimento aprovados, foram executados cerca de 21% até dezembro de 2017.

Relativamente ao total de Pedidos de Pagamento, foram submetidos cerca de 12,9 milhões de euros dos quais cerca de 2,6 milhões de euros foram apresentados em 2016 e 10,3 milhões de euros foram apresentados em 2017. A receita relativa aos Pedidos de Pagamento submetidos até final de dezembro de 2017 foi de 10,7 milhões de euros, sendo que desta foi recebido em 2016 o montante de 1,8 milhões de euros e em 2017 o montante de 8,9 milhões de euros.

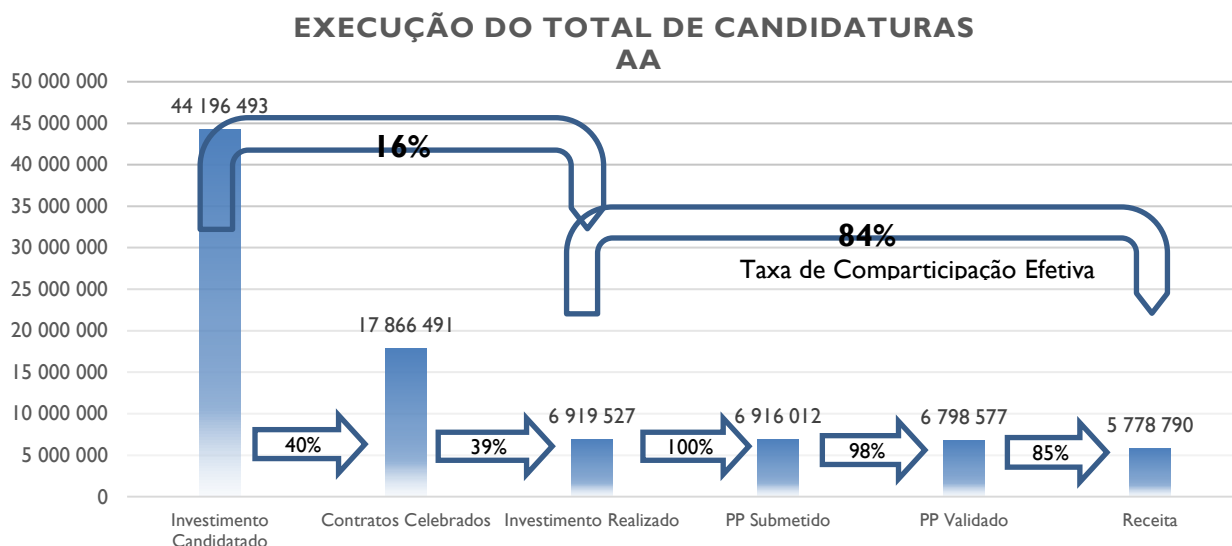
EXECUÇÃO DO TOTAL DE CANDIDATURAS (M€)



Execução dos contratos de financiamentos com o POSEUR relativos a investimentos em infraestruturas de Abastecimento de Água

As seis operações de abastecimento de água encontram-se todas em curso, tendo sido celebrados 12 dos 24 contratos de empreitadas aprovados em sede de candidatura, representando cerca de 40% do investimento candidatado.

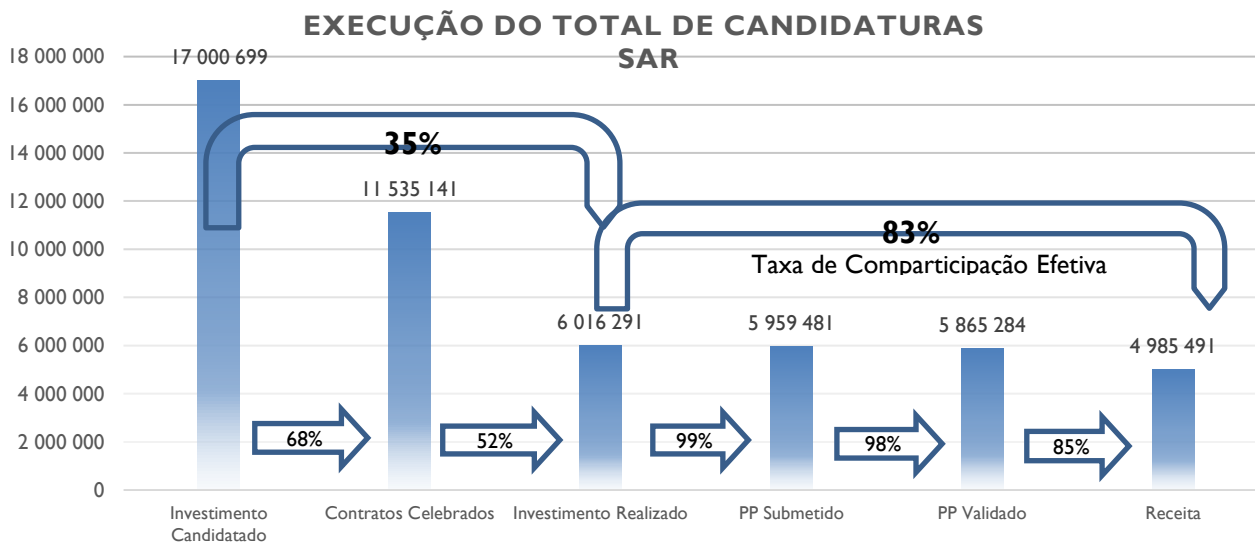
A taxa de execução atinge os 39% relativamente aos contratos celebrados e 16% do investimento candidatado e aprovado.



Execução dos contratos de financiamentos com o POSEUR relativos a investimentos em infraestruturas de Saneamento de Águas Residuais

As seis operações de saneamento de águas residuais encontram-se igualmente todas em curso. Todas as empreitadas estão adjudicadas exceto o sistema interceptor de Grândola e sistema interceptor de Montemor-o-Novo, o que se prevê que ocorra em 2018.

Dos contratos celebrados, foi já realizado cerca de 52%, pelo que se prevê a conclusão destes durante o ano de 2018. Relativamente ao investimento candidato e aprovado a taxa de execução representa cerca de 35%.



4.5.8. Atividade da Sustentabilidade Empresarial

Responsabilidade Empresarial

Em 2017 a AgdA iniciou o processo de certificação por entidade externa do Sistema de Gestão Integrado em Qualidade, Ambiente e Segurança, normativos que vinha a implementar de forma faseada, desde 2014.

Com esta certificação a AgdA pretende atestar junto das partes interessadas, que cumpre todos os requisitos das normas de referência bem como a política e objetivos em matéria de sustentabilidade e que passam resumidamente por:

- i. melhorar o desempenho de sustentabilidade da AgdA
- ii. prevenir a ocorrência de acidentes de trabalho
- iii. prevenir a ocorrência de impactes ambientais
- iv. garantir o cumprimento de requisitos legais, contratuais e regulamentares a que a empresa está vinculada

A AgdA preocupa-se também em antecipar, avaliar e promover de forma continua a satisfação das necessidades e expectativas dos clientes, trabalhadores e restantes partes interessadas com vista à melhoria dos serviços prestados, tendo efetuado a consulta às partes interessadas através do questionário disponível no site da empresa.

Responsabilidade social

No âmbito da promoção entre a vida pessoal, familiar e profissional deu-se continuidade à oferta do “Cabaz de Nascimento” com produtos para os bebés nascidos ao longo do ano e oferta de um cheque de 100€.

Integrada na estratégia de Responsabilidade Social Interna do grupo Águas de Portugal teve continuidade a atribuição de bolsas de estudo aos filhos dos colaboradores, sejam eles estudantes do ensino superior ou alunos com necessidades especiais, com verba conseguida através do envio de cartões de Natal eletrónicos das várias empresas do Grupo.

O “Dia da criança AgdA” foi comemorado no Monte Selvagem, em Lavre, Município de Montemor-o-Novo. Para comemorar esta data, a empresa proporciona um dia em família, onde junta a família biológica e a família AgdA, fomentando o bom relacionamento entre colegas ao mesmo tempo que proporciona um dia de divertimento entre pais e filhos.

À semelhança de anos anteriores, comemorou-se o jantar de Natal para os colaboradores da empresa e oferta de presentes a crianças até aos 12 anos de idade.

O estado de conservação dos ativos integrados dos Municípios tem sido objeto de preocupação para a empresa uma vez que a falta de segurança das infraestruturas pode, em certos casos, ameaçar a segurança dos trabalhadores.

Neste contexto em 2017 garantiu-se o cumprimento legal em matéria de segurança e saúde no trabalho, melhorando-se as condições de segurança das infraestruturas e reduzindo o número de acidentes de trabalho.

Foram realizadas medições de ruído ocupacional, avaliada a exposição a agentes químicos e agentes biológicos, colocada de sinalética sempre que necessária, efetuada a distribuição permanente de EPI, sensibilizados os trabalhadores para matérias de SST e efetuada a consulta aos trabalhadores em matéria de SST e de equipamentos de trabalho.

INDICADORES DE SEGURANÇA

	2017	2016	2015
Total de Acidentes de Trabalho	14	15	5
Acidentes de trabalho com baixa	8	6	3

TAXA DE FREQUÊNCIA ⁽¹⁾

Sistema Operacional	2017	2016	2015
Alvito	91	0	46
Bica Fria	0	279	0
Guadiana Sul	0	0	0
Litoral Norte	97	0	0
Litoral Sul	0	213	0
Minutos	0	0	0
Monte da Rocha	0	0	0
Roxo	105	43	42
Santa Clara	179	70	92
Sede	0	0	0

⁽¹⁾ Tf = (Nº de acidentes de trab. com baixa / Nº horas efetivamente trabalhadas) x 1.000.000

TAXA DE GRAVIDADE ⁽¹⁾

Sistema Operacional	2017	2016	2015
Alvito	2 868	0	510
Bica Fria	0	7 451	0
Guadiana Sul	0	0	0
Litoral Norte	776	0	0
Litoral Sul	0	31 143	0
Minutos	0	0	0
Monte da Rocha	0	0	0
Roxo	2 109	260	211
Santa Clara	12 391	3 521	6 776
Sede	0	0	0

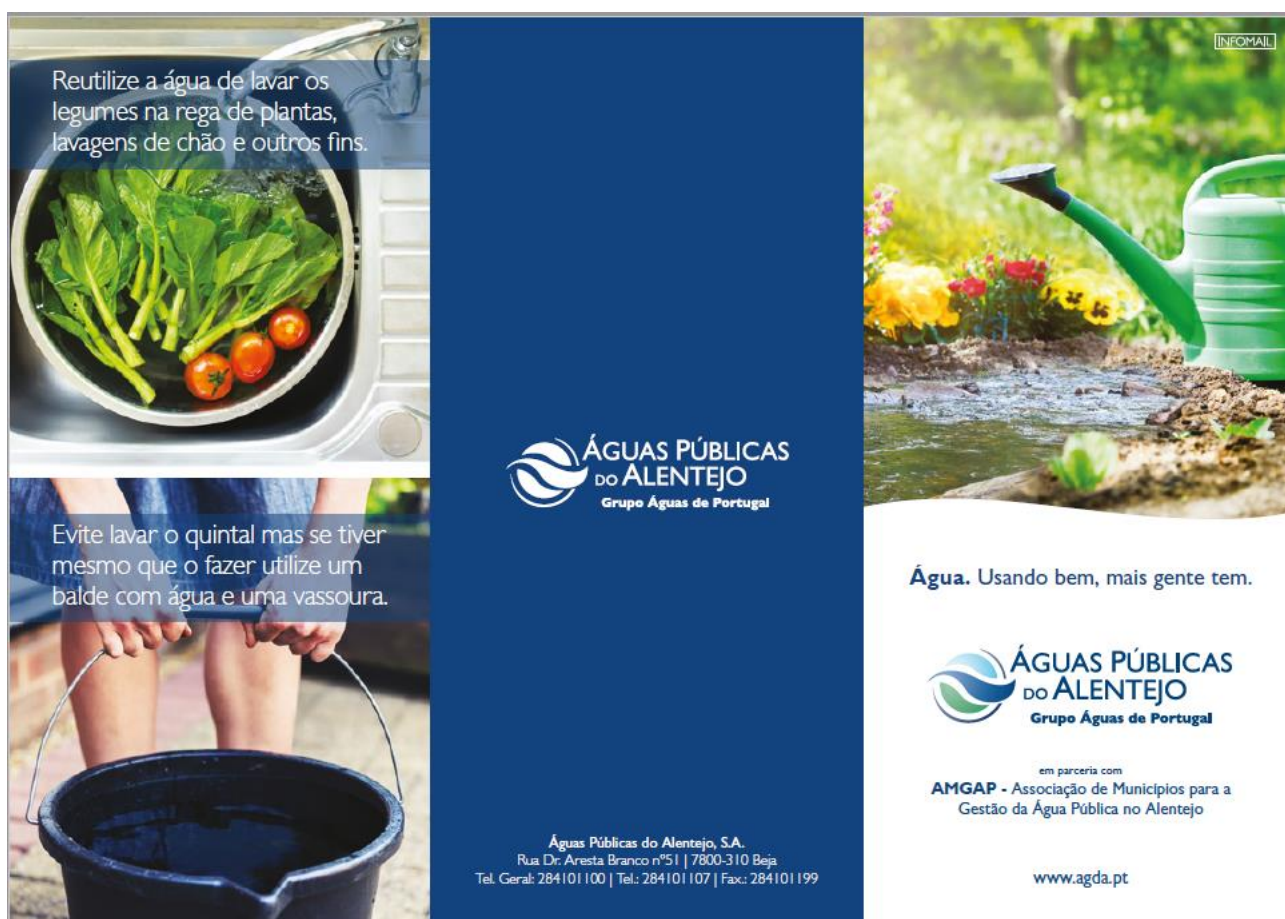
⁽¹⁾ Tg = (Nº de dias perdidos/Nº horas efetivamente trabalhadas) x 1.000.000

Comunicação e Educação Ambiental

Integrado na estratégia de sustentabilidade da AgdA, o Plano de Comunicação para 2017 previa a realização de campanhas de educação ambiental internas e externas, assim como o desenvolvimento de um novo folheto institucional que apresentasse a empresa e fornecesse informação atualizada sobre a sua atividade e o investimento já realizado e a realizar, atividades que foram concluídas.

No que se refere a campanhas de educação ambiental, por estar inserida numa área onde a escassez de recursos é bem visível e em particular no período de seca que vivemos, a AgdA desenvolveu a campanha “ÁGUA. USANDO BEM MAIS GENTE TEM”.

Através de um folheto desenvolvido para esta ação específica que foi distribuído a todos os Municípios dos 20 Municípios da parceria, destacaram-se alguns conselhos que permitem fazer um uso mais eficiente da água.



Para além dos cuidados a ter nas habitações, como fechar a torneira enquanto lava os dentes ou lavar a roupa apenas com a máquina cheia, foi dado especial destaque à reutilização de água para outros usos menos exigente em termos de qualidade da água, como rega de plantas. Assim foram desenvolvidos dois cartazes, com destaque para dois temas específicos: a reutilização de água e a rega. Estes materiais foram distribuídos pelos vários Municípios, nomeadamente em espaços comerciais e áreas de atendimento ao público.

“Antes de lavar o seu carro ou quintal avalie seriamente a necessidade de o fazer nesta altura. Se tiver mesmo de o fazer, opte por usar um balde com água que tenha armazenado de outras utilizações, como por exemplo durante o duche, enquanto espera que a água fique quente”

Regue o jardim com o regador em vez de usar a mangueira. As plantas não precisam de tanta água e se forem regadas ao amanhecer ou depois do pôr-do-sol evita-se a evaporação repentina da água.



**Não desperdice
água durante a rega.**

Regue o jardim com o regador em vez de usar a mangueira. As plantas não precisam de tanta água e se forem regadas ao amanhecer ou depois do pôr-do-sol evita-se a evaporação repentina da água.

**ÁGUAS PÚBLICAS
DO ALENTEJO**
Grupo Águas de Portugal

em parceria com
AMGAP - Associação de Municípios para
a Gestão da Água Pública no Alentejo

O Alentejo enfrenta este verão uma situação de seca severa. Sendo a água um recurso essencial à vida e ao nosso bem-estar, vamos ter de poupar e reutilizar muito mais. Seja consciente, use a água racionalmente. Lembre-se que, com pequenos gestos, pode poupar milhares de litros de água que são essenciais para usar ou reutilizar para outros fins.

Água. Usando bem, mais gente tem.

www.agda.pt

Para além destes materiais foi também desenvolvido um banner para o site e um outro para assinatura de email, e desta forma fazer também sensibilização interna aos trabalhadores da Agda, pois através dele acedia-se a uma página do site (<http://www.agda.pt/Geral/agua-usando-bem-mais-gente-tem.html>) com conteúdo informativo.



Água. Usando bem, mais gente tem.

Saiba mais Aqui

Foi dada continuidade à campanha de sensibilização ambiental “NO CANO LIXO NÃO!”



NO CANO LIXO NÃO!

O que **NÃO SE DEVE** deitar no **CANO**

Com esta campanha, a AgdA pretende sensibilizar a população para não deitar resíduos urbanos no esgoto pois estes vão comprometer o funcionamento dos equipamentos de elevação e o tratamento nas ETAR.

Para além de assinatura de email, foram distribuídos folhetos nos 20 Municípios da parceria, através de distribuição porta-a-porta.



Foi também disponibilizada informação no site (<http://www.agda.pt/Noticias/no-cano-lixo-nao.html>).

Estas campanhas tiveram também divulgação em eventos, como as feiras regionais em que a AgdA esteve presente e nas visitas de estudo às infraestruturas da empresa.

Foi também desenvolvido o livro de atividades “Sabes como Cuidar da Água?” para distribuição ao público mais infantil, com conselhos para o uso eficiente da água dados através de pequenas atividades.

Internamente, foi iniciada a campanha Tenha uma EcoAtitude. Esta campanha de ecoeficiência tem como principal objetivo a mudança de comportamentos, apelando à adoção de hábitos de consumo mais eficientes a todos os colaboradores.

Por que uma campanha desta natureza só se traduz em resultados quando comunicada com eficácia, a sua implementação recorreu a suportes de comunicação transversais:

- i. Mailings eletrónicos – Mensagens simples e sustentadas em factos facilmente percecionados por todos.
- ii. Informações visuais – Cartazes com informação relevante nas diversas áreas (água, gestão de resíduos, energia, etc.) afixados em diferentes espaços dos edifícios.
- iii. Desktops – Imagens de fundo para os desktops com dicas simples de eficiência, aplicadas em todos os computadores da empresa. Os temas são atualizados mensalmente.



**SABES COMO CUIDAR
DA ÁGUA?**



De destacar também as visitas às Estações de Tratamento de Água e Estações de Tratamento de Águas Residuais realizadas no âmbito escolar e institucional e nas quais a AgdA explica o seu papel na gestão do ciclo urbano da água e sensibiliza para o uso eficiente da água e para a não deposição de resíduos nos esgotos.

Em 2017 a AgdA continuou a marcar presença nas feiras regionais por considerar ser uma excelente aproximação à população, onde dá a conhecer a empresa, divulga os investimentos realizados e em curso e divulgação de ações de sensibilização ambiental. Em 2017 esteve presente em 14 Municípios. Foi ainda reconhecida com um prémio de 2º prémio de melhor stand da FACECO.

O design do stand é da responsabilidade da empresa *Gravity Creative Dynamics* e pretende contar uma história, ligando a AgdA à sua “terra”, aos montes alentejanos e, ao mesmo tempo, àquilo que é a base do seu serviço- a água- recorrendo a módulos que se agregam entre si e que criam uma forma fluida e dinâmica.

Houve recurso aos tubos porque estes fazem parte do universo da “água”, um elemento marcante em todo este processo mas que surge aqui de uma forma moderna, definindo o contorno da água/ do monte.



4.6. Gestão do Capital Humano

Caracterização geral

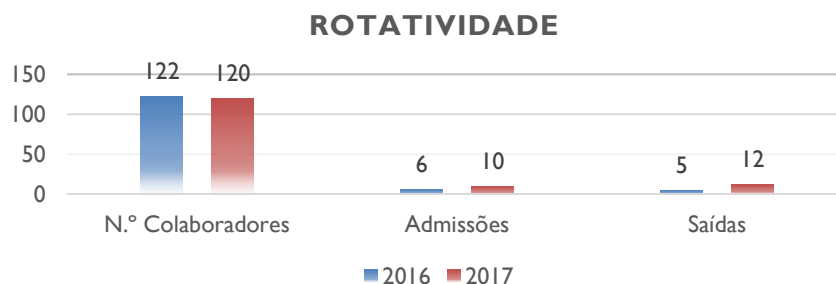
O capital humano é um dos ativos da empresa tendo à data de 31 de dezembro de 2017 atingido o número 120 colaboradores.

Ao número de colaboradores acima referido deverá acrescentar-se 9 Órgãos Sociais, dos quais 3 pertencem à Mesa de Assembleia Geral, Presidente, Vice-presidente e Secretário, 1 Fiscal Único e 5 Administradores, dos quais 1 é Presidente Executivo, 1 é Vice- Presidente Executivo, 1 é Vogal Executivo e 2 são Vogais Não Executivos.



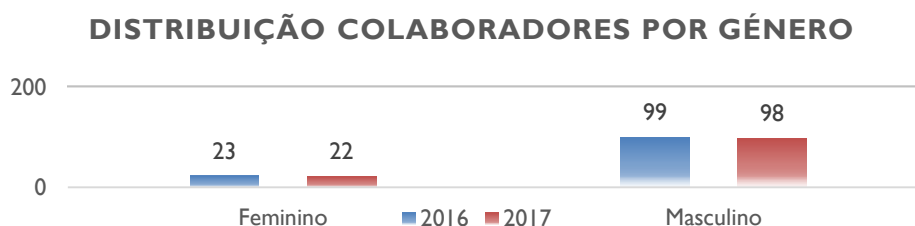
Rotatividade de colaboradores

A AgdA iniciou o ano 2017 com 122 colaboradores e terminou o ano com 120 colaboradores, conforme gráfico seguinte:



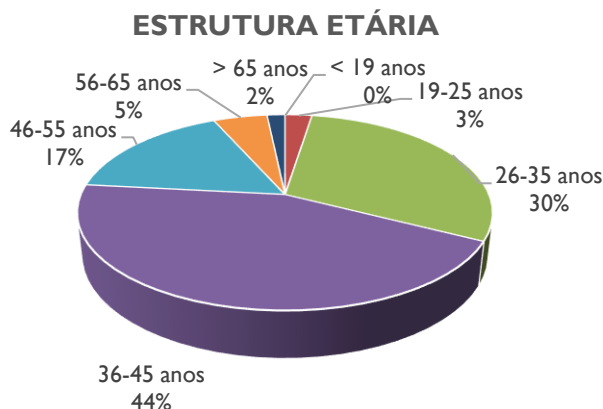
Distribuição do colaborador por género

O quadro de pessoal da AgdA é maioritariamente constituído por colaboradores do sexo masculino, facto resultante do predomínio das funções operacionais.



Estrutura etária

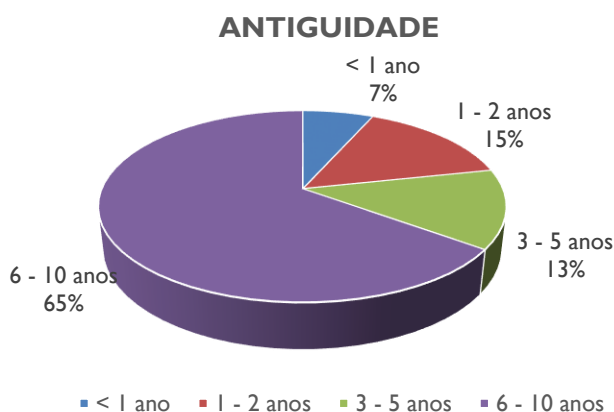
No final de 2017 as idades dos colaboradores variavam entre os 24 e os 69 anos de idade, localizando-se a média etária nos 40 anos, conforme se pode verificar no gráfico seguinte:



Antiguidade na empresa

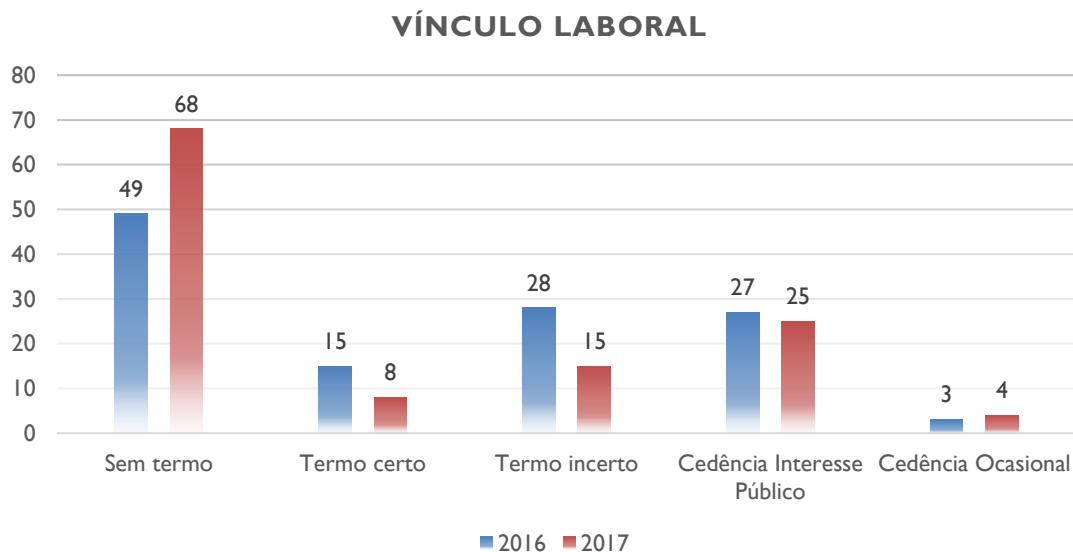
A AgdA iniciou a sua atividade operacional de forma gradual, tendo integrados os sistemas de abastecimento de Água e Água residual a partir do segundo semestre de 2010 e início de 2011.

Desta forma, sendo a AgdA uma empresa recente, todos os colaboradores apresentam uma antiguidade baixa e que se quantifica numa antiguidade média de 7 anos, conforme se observa no seguinte gráfico:



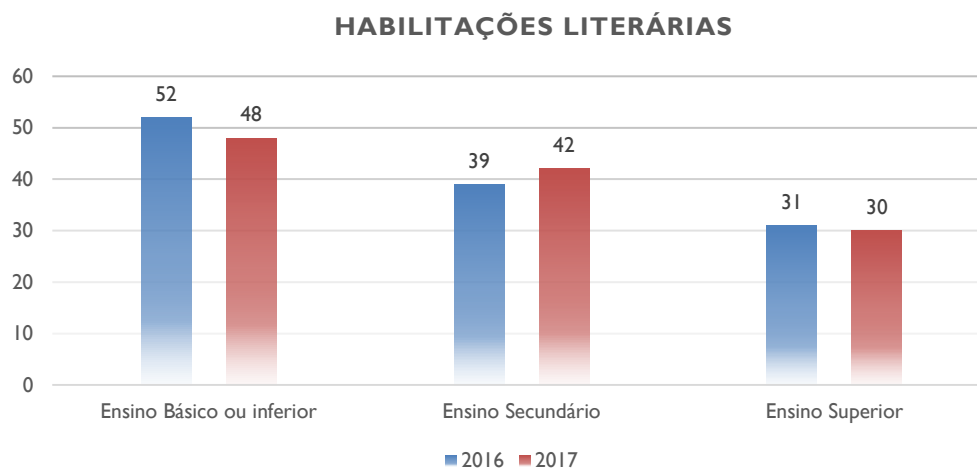
Vínculo laboral

O gráfico seguinte mostra o vínculo laboral dos colaboradores da AgdA no ano de 2017 sendo de salientar que tem vindo a verificar-se uma conversão gradual dos contratos a termo certo e a termo incerto para contratos sem termo.



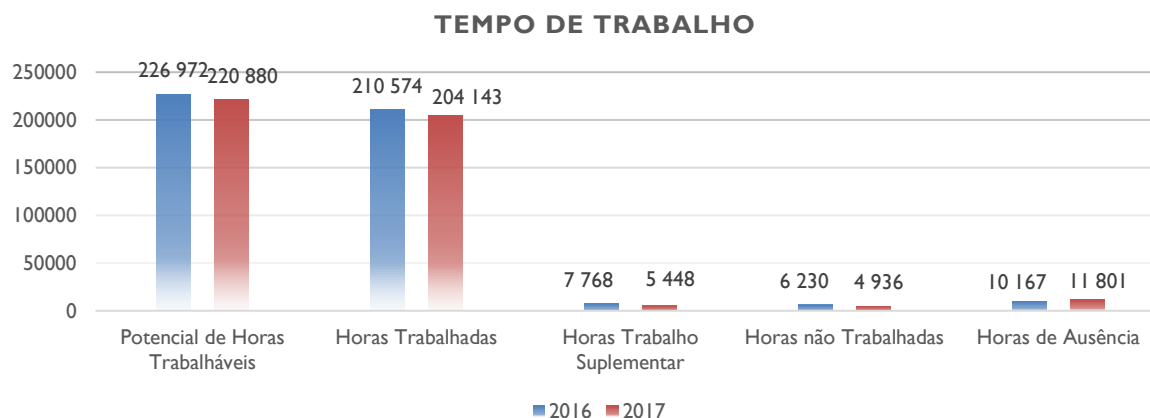
Habilitações Literárias

O gráfico seguinte mostra as habilitações literárias dos colaboradores da AgdA a 31 de Dezembro de 2017:



Tempo de trabalho dos colaboradores

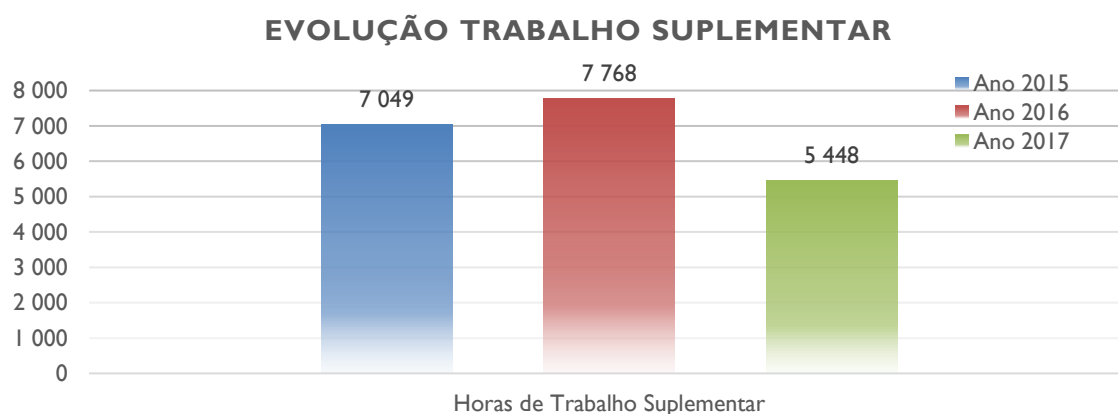
Durante o ano de 2017 os colaboradores da AgdA trabalharam cerca 204 mil horas. O trabalho suplementar atingiu as 5.448 horas, conforme se poderá observar no gráfico seguinte representando uma diminuição de 30% face ao ano de 2016:



O potencial de horas trabalháveis é inferior ao de 2016 devido à redução do n.º médio de colaboradores que passou de 122 para 120.

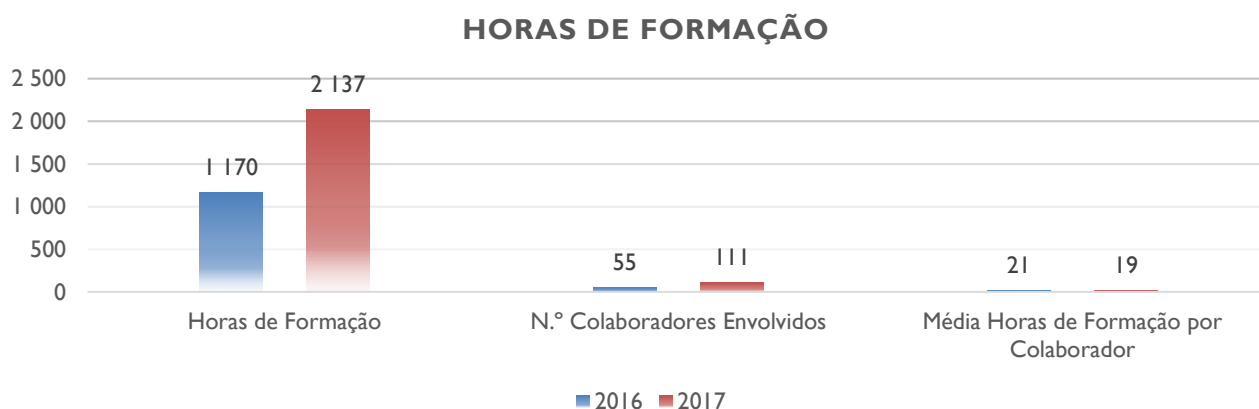
Trabalho suplementar

Quanto ao trabalho suplementar atingiu em 2017 um total de 5 448 horas, representando uma diminuição de cerca de 30% face a 2016 e invertendo uma tendência de subida comparativamente com anos anteriores, conforme consta do gráfico seguinte:



Formação profissional

As ações de formação desenvolvidas abrangeram 110 colaboradores, tendo sido atingido um volume de formação de 2.137 horas, como se poderá identificar da análise ao gráfico seguinte:



A AgdA tem vindo ainda a apoiar os seus colaboradores em formação contínua, nomeadamente com o apoio a colaboradores para a frequência em cursos de Licenciatura, Pós Graduação e Mestrados.

Em 2017 encontravam-se 4 colaboradores a frequentar os seguintes cursos:

- Licenciatura em Gestão de Empresas (1 colaborador em frequência);
- Licenciatura em Agronomia (1 colaborador em frequência);
- Licenciatura em Turismo (1 colaborador em frequência);
- Licenciatura em Solicitadoria (1 colaborador em frequência).

Formação em contexto de trabalho

A AgdA tem vindo a possibilitar a formação em contexto de trabalho através do acolhimento de estagiários, quer profissionais quer curriculares, visando a diminuição da distância entre as escolas e o mercado de trabalho.

Esta prática permite aos alunos colocar em prática os conhecimentos adquiridos ao longo dos cursos ao mesmo tempo que a empresa se assume como agente de formação e contribui para uma educação profissional de qualidade em estreita cooperação com as escolas.

ESTÁGIOS 2017

Tipo de Estágio	Nível	Área	Data Início	Data Fim	Duração	Instituição de Ensino	Comparticipação
Curricular	III	Técnico de Higiene e Segurança e Ambiente	02/05/2017	05/07/2017	2 Meses	Agrupamento Escolas Castro Verde	n.a.

4.7. Financeira

O exercício de 2017 foi encerrado com um resultado líquido positivo de 221.663,26 euros cuja decomposição se evidencia nos quadros que se seguem, referentes a rendimentos, gastos e resultados.

Apuramento de Resultados

O resultado líquido do exercício apresenta no exercício de 2017 o valor de 221.663,26 euros conforme abaixo apresentado.

APURAMENTO DE RESULTADOS

	2017	2016	2015
Resultado Operacional	941 334	922 230	(565 822)
Resultado Financeiro	(717 650)	(618 600)	765 835
Resultado Antes de Impostos (euros)	223 684	303 630	200 013
Imposto do Exercício	(57 779)	(25 848)	(13 168)
Imposto Diferido	55 757	(54 241)	(40 489)
Resultado Líquido do Exercício (euros)	221 663	223 541	146 356

Rendimentos

No exercício de 2017 o volume de negócios da empresa atingiu o valor 23.663.537 euros que corresponde ao somatório do valor registado em venda de água no montante de 11.126.411 euros, prestação de serviços de Saneamento no montante de 3.088.287 euros e ao registo de desvios de recuperação de gastos e registo do rédito da construção. No exercício de 2017 foi registado um *superavit* no valor de 336.451 euros conforme se pode observar no quadro seguinte.

RENDIMENTOS			
	2017	2016	2015
Vendas	11 126 411	10 834 559	11 305 680
Prestações de serviços	3 088 287	2 428 107	0
Desvios Tarifários	(336 451)	(52 597)	(946 324)
Rendimentos de Construção de Ativos	9 785 290	5 608 615	20 498 151
Volume de Negócios (euros)	23 663 537	18 818 684	30 857 507
Subsídios ao Investimento	2 648 991	2 441 601	525 822
Outros rendimentos e ganhos operacionais	641 339	706 746	1 434 439
Total de Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais (euros)	3 290 330	3 148 347	1 960 261
Rendimentos financeiros	349 249	445 972	619 756
Total de Rendimentos Financeiros (euros)	349 249	445 972	619 756
TOTAL DE RENDIMENTOS (euros)	27 393 117	22 413 003	33 437 524

Gastos

No exercício de 2017 os gastos atingiram o valor 27.079.432 euros conforme se pode observar no quadro seguinte:

GASTOS			
	2017	2016	2015
Custo das vendas/variação dos inventários	(826 451)	(716 698)	(730 202)
Gastos de Construção de Ativos	(9 785 290)	(5 608 615)	(20 498 151)
Fornecimentos e serviços externos	(8 662 178)	(8 263 743)	(7 294 823)
Gastos com pessoal	(2 680 286)	(2 531 454)	(2 174 271)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	(3 944 315)	(3 837 269)	(2 499 636)
Outros gastos e perdas operacionais	(114 013)	(87 022)	(186 506)
Total de Gastos Operacionais (euros)	(26 012 534)	(21 044 801)	(33 383 589)
Gastos financeiros	(1 066 898)	(1 064 572)	146 080
Total de Gastos Financeiros (euros)	(1 066 898)	(1 064 572)	146 080
TOTAL DE GASTOS (euros)	(27 079 432)	(22 109 373)	(33 237 509)

Informações do Ativo e Passivo

OUTRAS INFORMAÇÕES DO ATIVO E PASSIVO			
	2017	2016	2015
Outras Informações do Ativo			
Divida de Clientes não Corrente	2 872 924	5 742 143	6 496 779
Divida de Clientes Corrente	9 164 304	7 504 645	7 095 544
Inventários	99 859	97 901	76 568
Estado e Outros Entes Públicos	758 774	1 277 757	1 437 815
Caixa e seus equivalentes	856 183	653 567	1 099 905
Outros Ativos Correntes	8 226 210	5 189 307	3 821 487
Total de Outras Informações do Ativo (euros)	21 978 254	20 465 320	20 028 098
Outras Informações do Passivo			
Fornecedores e Outros Passivos não Correntes	1 142 219	2 202 748	0
Fornecedores Correntes	6 422 736	5 133 966	4 303 663
Empréstimos	50 922 727	51 883 016	46 717 382
Imposto sobre o Rendimento	30 423	25 848	0
Estado e Outros Entes Públicos	446 393	431 072	400 982
Outros Passivos Correntes	2 322 039	2 220 591	2 630 859
Total de Outras Informações do Passivo (euros)	61 286 538	61 897 241	54 052 886

Evolução do Prazo Médio de Recebimentos

PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO			
	2017	2016	2015
Prazo Médio de Recebimento (dias)	151	128	157

Evolução do Prazo Médio de pagamentos

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO			
	2017	2016	2015
Prazo Médio de Pagamento (dias)	17	60	40

Investimento

INVESTIMENTOS ^(*)			
	2017	2016	2015
Abastecimento de Água (milhares de euros)	3 672	3 255	10 628
Saneamento de Águas Residuais (milhares de euros)	5 101	1 586	8 048
Total de Investimentos (milhares de euros)	8 773	4 841	18 676

^(*) Não inclui capitalização de encargos

4.8. Investigação e Desenvolvimento / Inovação

A aposta da AgdA em ID&I demonstra a vontade de procurar a mudança na empresa, tendo em vista a melhoria contínua dos processos, aprofundar o conhecimento e a satisfação das partes interessadas e contribuir para o desenvolvimento sustentado dos serviços prestados.

Em 2017 foram desenvolvidos os seguintes projetos:

Plano Estratégico de Adaptação às Alterações Climáticas (PEAAC) – embora tenha tido início formal em 2016, foi em 2017 que teve maiores desenvolvimentos. O PEACC está a ser desenvolvido com o apoio da AdP Serviços e para todas as empresas do Grupo AdP e pretende-se definir uma estratégia de adaptação a curto, médio e longo prazo cuja implementação permita reduzir as vulnerabilidades das atividades da AgdA às alterações climáticas e aos eventos extremos e incrementar a resiliência e capacidade de resposta dos sistemas a essas alterações e a esses eventos.

O Plano compreende 2 fases distintas, a Fase 1 – Plano Estratégico, de enquadramento estratégico desenvolvida a nível corporativo já está concluída e deu-se início à Fase 2 – Plano Regional, desenvolvida pelas empresas gestoras no contexto da região e da própria empresa.

Protocolo de Colaboração entre o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge visa regular a colaboração entre a AgdA- Águas Públicas do Alentejo SA (AgdA) e o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge através do Laboratório de Biologia e Ecotoxicologia da Unidade de Água e Solo do Departamento de Saúde Ambiental (DSA ASBE L), no domínio da investigação e diagnóstico da ocorrência de florescências cianobacterianas, associadas à deterioração da qualidade hídrica na Albufeira do Roxo. Deste trabalho têm resultado publicações científicas, nomeadamente no 5º Congresso Ibérico de Cianotoxinas, em Lugo, Espanha.



5º Congresso Ibérico de Cianotoxinas
1er Congreso Iberoamericano de Cianotoxinas

LUGO – ESPANHA 2017
17-19 JULHO

Sobrevivência de *Cylindrospermopsis raciborskii* ao tratamento de água para consumo humano

Carina Menezes^{1*}, Olga Martins², Elisabete Valério¹, Elsa Dias¹

¹Laboratório de Biologia e Ecotoxicologia, Unidade de Água e Solos, Departamento de Saúde Ambiental
²Águas Públicas do Alentejo



REPÚBLICA PORTUGUESA



SNS SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE



Instituto Nacional de Saúde
Doutor Ricardo Jorge

PREDQUA - Pre-Tratamientos de Depuración de águas industriais y domésticas: contribución a un Desarrollo Económico respetuoso con el Medio Ambiente

Este projeto tem financiamento do programa INTERREG POCTEP e pretende desenvolver, partilhar experiências e inovar, no sentido de evitar que os esgotos industriais (queijarias, lagares, adegas) e domésticos colapsem as redes de saneamento e as ETAR, com prejuízos para o meio ambiente e para o desenvolvimento socioeconómico. O projeto tem 4 objetivos:

- i. Desenvolver documentação técnica que auxilie na regulamentação de rejeição de efluentes industriais;
- ii. Desenvolver/ instalar Sistemas de pré-tratamento em indústrias, redes de saneamento e ETAR;
- iii. Minimizar danos no meio ambiente, causados pela rejeição de efluentes industriais que comprometam os processos biológicos das ETAR, potenciando o risco de rejeição de água residual não tratada adequadamente;
- iv. Sensibilização ambiental aos utilizadores finais.

“A problemática das águas residuais agroindustriais nas ETAR Urbanas” foi o tema da apresentação da AgdA no Seminário organizado pelo CEBAL, “Tecnologia de membranas, a realidade da gestão da água no sector agroalimentar”, que decorreu no mês de dezembro, em Beja.



4.9. Eventos Posteriores ao Fecho

O Conselho de Administração da AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. declara que após o termo do exercício de 2017 não se observaram quaisquer factos relevantes que justifiquem o seu registo.

4.10. Cumprimento das Orientações Legais

Objetivos de Gestão (artigo 38.º do RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento

Para o mandato de 2017 foram fixados os seguintes objetivos de Gestão:

INDICADORES DOS OBJECTIVOS DE GESTÃO - 2017

Indicador	Fórmula de Cálculo	Meta	Modo de Avaliação	Ponderação em %	Unidade
Financeiros Eficiência e Sustentabilidade					
Eficiência de Gestão	$PRC = [(GV+FSE+GP)/VN]$ $\Delta PRC = 1 - [PRC(\text{ano } n) / PRC 2015]$	Promover a eficiência de gestão na empresa, tendo em atenção o PRC, comparativamente ao ano de 2015	$\Delta PRC < 0\%$ Não Atingido $0\% \leq \Delta PRC < 3\%$ Atingido $\Delta PRC \geq 3\%$ Superado	15,60%	%
Limite ao Endividamento	Endividamento = Stock Dívida (Ano N)	Redução do stock da dívida	Endividamento 2017 > 52,5 M€ Não Atingido 51,0 M€ < Endividamento 2017 ≤ 52,5 M€ Atingido Endividamento 2017 ≤ 51,0 M€ Superado	15,60%	€
Dívida Comercial de devedores municipais	DCDMA = [Saldo da dívida vencida de municípios (Ano N)] / [Saldo da dívida vencida de municípios (Ano N-1)]	Não incremento do stock de dívida vencida municipal	DCDMA > 105% Não atingido $95\% \leq DCDMA \leq 105\%$ Atingido DCDMA < 95% Superado	15,60%	%
Degradação da tesouraria de exploração	$DTE = [PMR(\text{Ano } N) - PMP(\text{Ano } N)] / [PMR(\text{Ano } N-1) - PMP(\text{Ano } N-1)]$	Não degradação da tesouraria da empresa atendendo à evolução do crescimento do endividamento e à degradação do PMR	DTE > 100% Não atingido $85\% < DTE \leq 100\%$ Atingido DTE ≤ 85% Superado	6,30%	%
Rentabilidade	$RCI = [(EBIT-DRG)/(Ativo Líquido Total - DTA - IDA - AIF - SI - PCNR)]$	Promover a rentabilidade e sustentabilidade do investimento da empresa comparativamente com 2015	RCI (Ano N) < 95% RCI 2015 Não Atingido $95\% RCI 2015 \leq RCI(\text{Ano } N) < 110\% RCI 2015$ Atingido RCI (Ano N) > 110% RCI 2015 Superado	15,60%	%
Ambientais					
Qualidade da Água Fornecida	$AQA = [QA(\text{Ano } N) / QA 2015]$	Não deterioração da qualidade da água fornecida no sistema	$AQA < 99,5\%$ Não Atingido $99,5\% \leq AQA \leq 100\%$ Atingido $AQA > 100\%$ Superado	12,50%	%
Qualidade das Águas Residuais	$AQAR = [QAR(\text{Ano } N) / QAR 2015]$	Não deterioração da qualidade da água residual tratada no sistema	$AQAR < 97,5\%$ Não Atingido $97,5\% \leq AQAR \leq 100\%$ Atingido $AQAR > 100\%$ Superado	12,50%	%
Reporte					
Grau de Cumprimento dos prazos de Reporte	GCPR = 40% relatório de execução + 30% PAO + 30% Orçamento ERSAR	Garantir o cumprimento dos prazos de reporte com atrasos de 0 dias	GCPR > 0 dias Não Atingido $-1 \text{ dia} \leq GCPR \leq 0 \text{ dias}$ Atingido GCPR < -1 dia Superado	6,30%	Dias

Modo de avaliação	
Não atingido	1
Atingido	2
Superado	3

Avaliação dos gestores	
Desadequado	< 1,8
Adequado	$1,8 \leq \text{Avaliação} < 2,5$
Superado	$\geq 2,5$

Foram atingidos os seguintes resultados:

INDICADORES DOS OBJECTIVOS DE GESTÃO - 2017

Objetivos	Resultado 2017	Atingimento	Grau de Desempenho	Ponderador	Resultado
Financeiros Eficiência e Sustentabilidade					
Eficiência de Gestão	13,20%	Superado	3	15,60%	0,5
Limite ao Endividamento	50,922	Superado	3	15,60%	0,5
Dívida Comercial de devedores municipais	184,40%	Não Atingido	1	15,60%	0,2
Degradação da tesouraria de exploração	197,10%	Não Atingido	1	6,30%	0,1
Rentabilidade	296,20%	Superado	3	15,60%	0,5
Ambientais					
Qualidade da Água Fornecida	99,90%	Atingido	2	12,50%	0,3
Qualidade das Águas Residuais	114,50%	Superado	3	12,50%	0,4
Reporte					
Grau de Cumprimento dos prazos de Reporte	40	Não Atingido	1	6,30%	0,1
Atingimento Global					2,3

No que respeita ao plano de Atividade e Orçamento 2017 o documento foi aprovado no passado dia 15 de dezembro de 2017 na sequência do despacho 1146/17 da Secretaria do Estado e Tesouro. De referir que a AgdA – Águas Públicas do Alentejo cumpre com todas os indicadores com exceção do numero de colaboradores e numero de viaturas tendo estes indicadores sido abrangidos pelo pedido de exceção do cumprimento no n.º 4 do artigo 124 do DLEO o qual foi igualmente aprovado pelos Ministérios do Ambiente e das Finanças.

➤ **Gestão do Risco Financeiro**

As atividades da AgdA e do Grupo AdP estão expostas a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado financeiro, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez.

A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros, sendo esta gestão efetuada centralmente pela holding (AdP SGPS).

Adotando uma posição conservadora, e tendo em atenção a natureza dos ativos, o Grupo tem optado por contratar financiamentos de muito longo prazo, tendo dado particular ênfase aos financiamentos obtidos junto ao BEI, entidade parceira especializada em financiamento de investimentos de prazos significativos. Adicionalmente a AdP SGPS iniciou em

2004 um processo de obtenção de financiamentos externos de longo prazo, tendo efetuado uma colocação privada de dívida em 2005 e três emissões particulares de obrigações em 2007 e uma emissão particular de obrigações em 2016, entre os 10 e os 20 anos.

A política de gestão de risco de taxa de juro do Grupo está orientada para uma redução da exposição dos cash-flows da dívida às flutuações do mercado da taxa de juro, quer através da contratação de instrumentos financeiros derivados, quer mediante a escolha da modalidade de taxa fixa nos empréstimos junto do BEI.

No financiamento do investimento, a cobertura do risco de taxa de juro é sustentada pela obtenção de empréstimos de longo prazo com uma forte opção pelo regime de taxa fixa, a qual é obtida de forma natural pela inclusão do seu valor no cálculo da tarifa final.

No financiamento de curto prazo, e tendo em atenção que este se destina essencialmente a financiar dívida de clientes, a cobertura de risco é sustentada nas taxas utilizadas no cálculo dos juros cobrados aos clientes.

A maioria das linhas de financiamento de longo prazo existentes no Grupo AdP foi negociada antes de 2008 em condições que, sendo favoráveis na altura, atualmente se apresentam como uma significativa mais-valia em matéria de serviço da dívida.

O risco de liquidez tem sido minimizado pelo ajuste do tipo de financiamento ao ativo que se pretende financiar, destinando-se o financiamento de longo prazo a suportar o investimento e a componente permanente do fundo de maneo e o financiamento de curto prazo às necessidades voláteis do fundo de maneo.

Em aplicações de curto prazo e/ou em linhas de financiamento não utilizadas, o Grupo mantém facilmente disponibilizáveis montantes que lhe permita fazer face a situações inesperadas sem causar impacto na sua atividade diária.

Relativamente ao risco de crédito associado ao fornecimento de serviços e produtos a crédito, este depende do tipo de clientes a que os produtos do grupo se destinam. Assim, relativamente aos clientes de retalho (baixa), sendo o produto disponibilizado um bem essencial, podemos considerar que o risco de cobrança é reduzido. No caso do produto disponibilizado por grosso (alta) o risco assumido encontra-se relacionado com o “rating” dos clientes municipais, pelo que, considerando que estes são entidades públicas administrativas, o risco existente será mais associado com a dilação do prazo do que com a cobrabilidade deste. Tendo em atenção a questão da dilação do prazo, a AdP SGPS está a procurar solucionar a questão através da venda sem recurso a, ou através de, entidades financeiras

Os excedentes financeiros decorrentes da atividade das empresas, são primeiramente utilizados para o financiamento das empresas do grupo numa lógica de gestão centralizada do grupo e o restante, juntamente com as aplicações contratuais decorrentes dos contratos de concessão são efetuadas junto à Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), sendo que o risco associado ao IGCP enquanto detentor dos excedentes do grupo é reduzido se atendermos que é o banco responsável pela gestão da tesouraria do Estado, acionista último do Grupo AdP.

GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

Anos	2017	2016	2015	2014	2013
Endividamento Médio (€)	52 188 019	51 037 662	41 075 659	33 033 193	27 561 608
Encargos Financeiros (€)	1 107 777	1 152 497	1 181 874	1 642 797	1 609 081
Taxa Média de Financiamento (%)	2,12%	2,26%	2,88%	4,97%	5,84%

- **Limite de crescimento do endividamento**, nos termos definidos no n.º I do artigo 45.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2017).

A AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. cumpre com os limites de crescimento do endividamento definidos, tendo reduzido o seu endividamento em 1,85% comparativamente com o exercício de 2015.

LIMITE DO CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO

Passivo Remunerado	2017	2016	2015	2014	2013	Variação 17/16	
	valores (€)					Valor	%
Financiamentos obtidos (correntes e não correntes)	50 922 727	51 883 016	46 717 382	36 326 350	28 711 139	-960 289	-1,85%
dos quais concedidos pela DGTF	0	0	0	0	0	0	0%
Aumentos de Capital por dotação	0	0	0	0	0	0	0%
Aumentos de Capital por conversão de créditos	0	0	0	0	0	0	0%
Endividamento Ajustado	50 922 727	51 883 016	46 717 382	36 326 350	28 711 139	-960 289	-1,85%

- **Evolução dos Prazos Médios de Pagamento (PMP)** a fornecedores, em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, e divulgação **dos atrasos nos pagamentos** (“arrears”), conforme definidos no Decreto Lei n.º 65-4/2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição.

A AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. cumpre com os prazos de pagamento acordados com os seus fornecedores porém, existem documentos que apresentam vencimento superiores aos estipulado por se encontrarem a aguardar a validação dos fornecimentos / serviços e ou correções aos valores indevidamente faturados.

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO

	2017	2016	Variação 17/16	
			Valor	%
Prazo Médio de Pagamento	17	60	(43)	28%

- Diligências tomadas e os **resultados obtidos** no âmbito do cumprimento das **recomendações do acionista** emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas;

No momento da aprovação dos documentos de prestação de contas do exercício de 2016 não foram emitidas recomendações ao Conselho de Administração da AgdA – Águas Publicas do Alentejo, S.A.

➤ Remunerações

- i. **Órgão Sociais**, confirmando a aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2017;

A AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A, deu cumprimento à aplicação de todas as disposições legais vigentes em 2017 relativas a remunerações dos Órgãos Sociais conforme se poderá verificar nos quadros seguintes:

Mesa da Assembleia Geral

Os membros da Mesa da Assembleia Geral que se encontraram em funções até 09 de Abril de 2017 foram eleitos pela Assembleia Geral de acionistas de 21 de março de 2014 para o mandato de 2014/2016. As remunerações fixadas para este mandato eram as seguintes:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Mandato (início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixada (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2014-2016	Presidente ⁽¹⁾	Francisco José Caldeira Duarte	500	0
2014-2016	Vice-Presidente ⁽²⁾	Paulo Manuel Marques Fernandes	415	415
2014-2016	Secretário ⁽²⁾	Ana Cristina Rebelo Pereira	276	276
Total				691

Legenda:

⁽¹⁾ - Não foi liquidada a Senha de Presença por aplicação da legislação autárquica

⁽²⁾ - Valores faturados pela AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.

Para o mandato de 2017/2019 os membros da Mesa da Assembleia Geral foram eleitos através da Declaração Social Unanime por Escrito de 10 de abril de 2017. As remunerações fixadas para este mandato é a seguinte:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Mandato (início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixada (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2017-2019	Presidente ⁽¹⁾	Francisco José Caldeira Duarte	500	0
2017-2019	Vice-Presidente ⁽²⁾	Paulo Manuel Marques Fernandes	425	425
2017-2019	Secretário ⁽²⁾	Ana Cristina Rebelo Pereira	350	350
Total				775

Legenda:

⁽¹⁾ - Não foi liquidada a Senha de Presença por aplicação da legislação autárquica

⁽²⁾ - Valores faturados pela AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração que se encontraram em funções até 09 de abril de 2017 foram eleitos pela Assembleia Geral de acionistas de 21 de março de 2014 para o mandato de 2014/2016. Em 10 de abril de 2017 foram eleitos por Declaração Unanime por Escrito os membros do Conselho de Administração para o mandato de 2017/2019.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mandato (início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO (2)			N.º Mandato s
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2014 – 2016	Presidente Não Executivo	Joaquim Marques Ferreira	AG	21.03.2014	Sim	AdP SGPS, SA	O	2.º
2014 – 2016	Vogal Executivo	João Manuel da Silva Costa	AG	21.03.2014	Não	AgdA – Águas Públicas do Alentejo	D	2.º
2014 – 2016	Vogal Não Executivo	Álvaro dos Santos Beijinha	AG	21.03.2014	Sim	Câmara Municipal Santiago do Cacém	O	1.º
2014 – 2016	Vogal Não Executivo	Jorge Paulo Colaço Rosa	AG	21.03.2014	Sim	Câmara Municipal Mértola	O	1.º
2014 - 2016	Vogal Não Executivo	Paulo Jorge Lusitano de França Andrade	AG	21.03.2014	Sim	EPAL, S.A.	O	1.º
2017 - 2019	Presidente Executivo	Joaquim Marques Ferreira	DUE	10.04.2017	Sim	AdP SGPS, SA	O	3.º
2017 - 2019	Vice-Presidente Executivo	João Manuel da Silva Costa	DUE	10.04.2017	Não	AgdA – Águas Públicas do Alentejo	D	3.º
2017 - 2019	Vogal Executivo	Susana Margarida Barrocas Feio Sobral Ramalho	DUE	10.04.2017	Não	AgdA – Águas Públicas do Alentejo	D	1.º
2017 - 2019	Vogal Não Executivo	Jorge Paulo Colaço Rosa	DUE	10.04.2017	Sim	Câmara Municipal Mértola	O	2.º
2017 - 2019	Vogal Não Executivo	Paulo Jorge Lusitano de França Andrade	DUE	10.04.2017	Sim	EPAL, S.A.	O	2.º

Legenda:

(1) AG - Assembleia Geral | DUE Declaração Unanime por Escrito

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem - prevista no no 8 do artigo 28.º do EGP | entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

Membro do CA	Entidade	Função	Regime
Joaquim Marques Ferreira	AdSA - Águas de Santo André, S.A.	Presidente não Executivo	Público (Setor Empresarial do Estado)
Álvaro dos Santos Beijinha	Município de Santiago do Cacém	Presidente	Público
Jorge Paulo Colaço Rosa	Município de Mértola	Presidente	Público
Paulo Jorge Lusitano de França Andrade	EPAL	Técnico Superior Engenharia	Público (Setor Empresarial do Estado)

DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

Membro do CA	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração Mensal Bruta (€)	
			Vencimento	Despesas de Representação
Joaquim Marques Ferreira ^{(1) (3)}	Sim	C	1 145	0
João Manuel da Silva Costa ⁽¹⁾	Sim	C	3 663	1 465
Álvaro dos Santos Beijinha ^{(1) (4)}	Sim	C	916	0
Jorge Paulo Colaço Rosa ^{(1) (4)}	Sim	C	916	0
Paulo Jorge Lusitano de França Andrade ^{(1) (3)}	Sim	C	916	0
Joaquim Marques Ferreira ^{(2) (3)}	Sim	C	4 578	1 831
João Manuel da Silva Costa ⁽²⁾	Sim	C	4 120	1 648
Susana Margarida Barrocas Feio Sobral Ramalho ⁽²⁾	Sim	C	3 663	1 465
Jorge Paulo Colaço Rosa ^{(2) (4)}	Sim	C	916	0
Paulo Jorge Lusitano de França Andrade ^{(2) (3)}	Sim	C	916	0

Legenda:

⁽¹⁾ Mandato 2014/2016

⁽²⁾ Mandato 2017/2019

⁽³⁾ Remuneração definida para o cargo e cobrada pela AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.

⁽⁴⁾ Remuneração definida para o cargo porém não liquidada ao titular por aplicação da lei autárquica

REMUNERAÇÃO ANUAL (€)

Membro do CA	Remuneração Anual (€)				
	Fixa	Variável	Valor Bruto	Redução Remuneratória	Valor Bruto Final
Joaquim Marques Ferreira (1) (3)	4 008	0	4 008	0	4 008
João Manuel da Silva Costa (1)	15 841	0	15 841	792	15 049
Paulo Jorge Lusitano de França Andrade (1) (3)	3 206	0	3 206	0	3 206
Joaquim Marques Ferreira (2) (3)	60 775	0	60 775	3 039	57 736
João Manuel da Silva Costa (2)	59 322	0	59 322	2 966	56 356
Susana Margarida Barrocas Feio Sobral Ramalho (2)	50 049	0	50 049	2 503	47 547
Paulo Jorge Lusitano de França Andrade (2) (3)	9 618	0	9 618	0	9 618
Total			202 818	9 299	193 519

Legenda:

⁽¹⁾ Mandato 2014/2016

⁽²⁾ Mandato 2017/2019

⁽³⁾ Remuneração definida para o cargo e cobrada pela AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.

BENEFÍCIOS SOCIAIS (€)

Membro do CA	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro Saúde	Encargo Anual Seguro Vida	Outros
	Valor / Dia	Montante Pago Ano	Entidade	Encargo Anual			
Joaquim Marques Ferreira	7,14	957	CGA	12 794	617	1 694	0
João Manuel da Silva Costa	6,41	1 474	CGA	17 598	1 532	1 177	0
Susana Margarida Barrocas Feio Sobral Ramalho	4,77	801	Seg. Social	12 786	1 865	1 051	0
Jorge Paulo Colaço Rosa	0	0	n.a.	0	1 433	0	0
Paulo Jorge Lusitano de França Andrade	0	0	n.a.	0	0	0	0
Total		3 233		43 178	5 447	3 921	0

ENCARGOS COM VIATURAS

Nome	Viatura Atribuída	Celebração de Contrato	Valor de referência da Viatura	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
Joaquim Marques Ferreira	Sim	Sim	34 117	AOV	2010	2014	617	5 242	0
João Manuel da Silva Costa	Sim	Sim	16 641	Renting	2014	2015	604	7 246	
Susana Margarida Barrocas Feio Sobral Ramalho	Sim	Sim	18 643	Renting	2017	2017	590	5 015	0
Jorge Paulo Colaço Rosa	Não	-	-	-	-	-	-	-	-
Paulo Jorge Lusitano de França Andrade	Não	-	-	-	-	-	-	-	-

GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS A DESLOCAÇÕES EM SERVIÇO (€)

Nome	Deslocações em Serviço	Custo com alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto total com viagens
				Identificação	Valor	
Joaquim Marques Ferreira	0	0	0	-	0	0
João Manuel da Silva Costa	0	0	0	-	0	0
Álvaro dos Santos Beijinha	0	0	0	-	0	0
Jorge Paulo Colaço Rosa	0	0	0	-	0	0
Paulo Jorge Lusitano de França Andrade	2 203	0	0	-	0	2 203
Total						2 203

Fiscal Único

ORGÃO DE FISCALIZAÇÃO

Mandato (início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		N.º de anos de funções no Grupo	N.º de anos de funções na Sociedade
			Forma (1)	Data		
2017 – 2019	Fiscal Único	Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A., OROC n.º 178, inscrito na CMVM sob o n.º 20161480, representada pelo Dr. Rui Manuel da Cunha Vieira (ROC n.º 1154; CMVM n.º 20160766)	DUE	10.04.2017	9	4
2017 – 2019	Fiscal Único - Suplente	Rui Abel Serra Martins (ROC n.º 1119; CMVM n.º 20160731)	DUE	10.04.2017	9	4

Legenda:

(1) - DUE - Declaração Unanime por Escrito

ORGÃO DE FISCALIZAÇÃO - REMUNERAÇÃO ANUAL

Nome	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2017 €			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2017 €		
	Bruta (1)	Redução (2)	Valor Final (3)= (1)-(2)	Bruta (1)	Redução (2)	Valor Final (3)= (1)-(2)
Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A., OROC n.º 178, inscrito na CMVM sob o n.º 20161480, representada pelo Dr. Rui Manuel da Cunha Vieira (ROC n.º 1154; CMVM n.º 20160766)	11 544	0	11 544	2 143	0	2 143
Rui Abel Serra Martins (ROC n.º 1119; CMVM n.º 20160731)	0	0	0	0	0	0
Total	11 544	0	11 544	2 143	0	2 143

ii. **Auditor Externo**, confirmando a aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2017;

O auditor externo da AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. é simultaneamente Fiscal Único da Sociedade.

IDENTIFICAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO

Nome	N.º OROC	N.º CMVM	Data da Contratação	Duração do Contrato	N.º de anos de funções no Grupo	N.º de anos de funções na Sociedade
Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.	178	20161480	03/08/2016	31/12/2017	9	9
Rui Manuel da Cunha Vieira (ROC n.º 1154; CMVM n.º 20160766)	1119	20160731	03/08/2016	31/12/2017	9	9

REMUNERAÇÕES PAGAS AO AUDITOR

Nome	R.O.C.	Auditoria	Consultoria Fiscal	Outros Serviços	Total
Ernst & Young	11 544	0	0	2 143	13 687
	84%	0%	0%	16%	100%

- iii. **Restantes Trabalhadores**, confirmando a aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2017

A AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A, deu cumprimento à aplicação de todas as disposições legais vigentes em 2017 relativas a remunerações dos trabalhadores conforme se poderá verificar no quadro de Síntese de cumprimento das Orientações Legais.

➡ Aplicação do disposto nos **artigos 32º e 33º do EGP**, no que se refere:

- i. À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;
- ii. Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;
- iii. Ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet;
- iv. Ao valor do combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço.

Foi dado cumprimento integral ao disposto nos artigos 32º e 33º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei nº8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa, ao reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal, ao valor das despesas associadas a comunicações que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet e ainda ao valor do combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço.

GASTOS COM COMUNICAÇÕES (€)

Nome	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Joaquim Marques Ferreira	80	68	
João Manuel da Silva Costa	80	468	
Susana Margarida Barrocas Feio Sobral Ramalho	80	239	
Jorge Paulo Colaço Rosa	0	0	
Paulo Jorge Lusitano de França Andrade	0	0	
Total		775	

GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS A VIATURAS (€)

Nome	Plafond Mensal Definido Combustíveis e Portagens	Plafond Anual Definido Combustíveis e Portagens	Combustível 2017 (€)	Portagens 2017 (€)	Total 2017 (€)
Joaquim Marques Ferreira	458	5 494	1 048	736	1 784
João Manuel da Silva Costa ^(*)	412	4 944	3 989	2 612	6 601
Susana Margarida Barrocas Feio Sobral Ramalho	366	4 395	1 389	696	2 084
Jorge Paulo Colaço Rosa	0	0	0	0	0
Paulo Jorge Lusitano de França Andrade	0	0	0	0	0
Total			6 426	4 044	10 469

^(*) A diferença entre o gasto total e o plafond anual foi utilizado em deslocações de serviço

➤ Aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e do artigo 11.º do EGP, que proíbe a realização de **despesas não documentadas ou confidenciais**

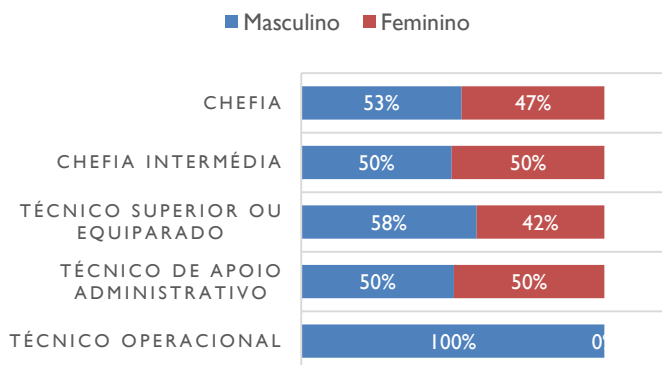
A AgdA dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e do artigo 11.º do EGP, não aceitando despesas não documentadas e/ou confidenciais.

➤ Elaboração e divulgação de **relatório sobre remunerações** pagas a mulheres e homens conforme, determina o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março;

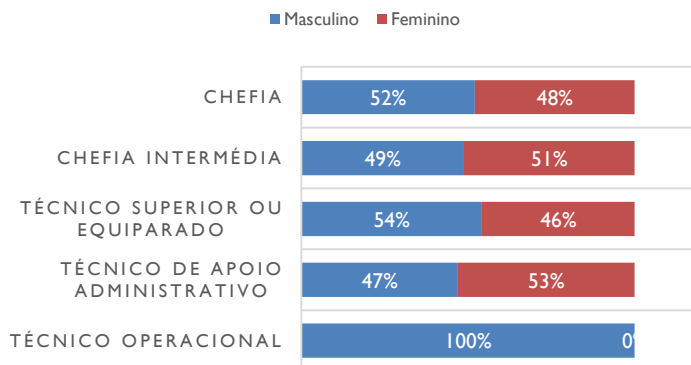
Em cumprimento do previsto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. promoverá, divulgará internamente e disponibilizará no sítio da internet, a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e homens, através do seu relatório anual de sustentabilidade.

A informação relativa ao ano de 2017 é apresentada de seguida:

MÉDIA DA RETRIBUIÇÃO TOTAL MENSAL, POR GÉNERO (%)



MÉDIA DA RETRIBUIÇÃO BASE MENSAL, POR GÉNERO (%)



- Elaboração e divulgação de **relatório anual sobre prevenção da corrupção** conforme o disposto no n.º I do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;

Dando cumprimento ao previsto no n.º I do artigo n.º 46 do Decreto-Lei (DL) n.º 133/2013, de 3 de outubro, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a AgdA procede à avaliação anual do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas em vigor na empresa, elaborando um relatório onde se incluem as conclusões sobre as ocorrências identificadas ou, risco de ocorrências e outros factos mencionados na alínea a) do n.º I do artigo n.º 2 da Lei n.º 54/2008 de 4 de setembro, nomeadamente:

“a) ... informações relativas à prevenção da ocorrência de factos de corrupção ativa ou passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, de tráfico de influência, de apropriação ilegítima de bens públicos, de administração danosa, de peculato, de participação económica em negócio, de abuso de poder ou violação de dever de segredo, bem como de aquisições de imóveis ou valores mobiliários em consequência da obtenção ou utilização ilícitas de informação privilegiada no exercício de funções na Administração Pública ou no sector público empresarial”.

Por forma a garantir o cumprimento do definido no n.º 2 do n.º 46 do Decreto-Lei (DL) n.º 133/2013, de 3 de outubro, o relatório anual é publicitado no sítio de Internet da AgdA e remetido à Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM).

➤ **Contratação Pública**

O Grupo AdP dispõe de uma unidade de serviços partilhados - a AdP – Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A. - que funciona como estrutura operacional de centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, no âmbito das atividades a que se dedicam as empresas que integram o Grupo. Neste quadro, foi estabelecido um modelo relacional no âmbito do qual se encontra listado um conjunto diferenciado de bens e serviços cuja contratação se opera através da Direção de Compras e Logística da AdP Serviços.

A existência desta estrutura interna do Grupo justifica-se na medida em que permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e com isso obter condições contratuais mais atrativas para este conjunto de empresas, ao mesmo tempo que as liberta da necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos, com a inerente carga administrativa e financeira associada, acrescentando valor à sua atividade.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de particularidades técnicas e relevantes, designadamente os reagentes químicos e os materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

➤ **Medidas tomadas ao nível da adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)**

As empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias. Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente:

- i. Papel e economato;
- ii. Vigilância e segurança;
- iii. Combustíveis rodoviários;
- iv. Veículos automóveis e motociclos;
- v. Licenciamento de software e serviços conexos;
- vi. Higiene e Limpeza.

Recorreu-se a este figurino, quando validada a aderência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela AdP Serviços, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim à AdP Serviços uma gestão mais eficiente dos seus recursos.

➤ **Medidas de redução de gastos operacionais** previstas no artigo 124.º do DLEO 2017,

A AgdA cumpre integralmente com as medidas de redução de gastos operacionais previstas no artigo 124º do DLEO de 2017, conforme se poderá confirmar no quadro abaixo.

Excetua-se do acima referido o número total de viaturas que foi necessário aumentar pela alteração verificada nos órgãos executivos da empresa, tendo passado a ser composta por 3 administradores executivos em vez de um, o que implicou a atribuição de viaturas de serviços nos termos da deliberação da Assembleia Geral da empresa. De referir que neste contexto a AgdA solicitou o pedido de exceção dos gastos previstos no n.º 4 do art.º 124 do DL n.º 25/2014 tendo sido aprovado pelos Ministérios do Ambiente e das Finanças.

PLANO DE REDUÇÃO DE GASTOS

PRG	Meta	2017	2016	2015	2017/2016	
					Dif. Absol.	Var. %
0. EBITDA		2 573 109	2 370 495	2 354 316	202 614	8,55%
1. CMVMC		826 451	716 698	730 202	109 753	15,31%
2. FSE		8 662 818	8 263 743	7 294 823	399 075	4,83%
3. Gastos com o Pessoal corrigidos de i, ii e iii		2 680 646	2 522 121	2 152 674	157 525	6,25%
3. i Indemnizações pagas por Rescisão		0	0	2 500	0	0,00%
3.ii. Impacto da Reversão das Reduções remuneratórias		0	9 333	19 097	-9 333	-100,00%
3.iii. Impacto da Aplicação dos artigos 20.º e 21.º da LOE 2017		0	0	0	0	0,00%
4. Gastos Operacionais = 1 + 2 + 3		12 168 915	11 502 562	10 177 699	666 353	5,79%
5. Volume de Negócios		14 214 698	13 262 666	10 834 559	952 032	7,18%
6. Peso dos Gastos / VN = 4/5		86%	87%	94%	-1%	-1,29%
(i) Gastos com Comunicações (FSE)		109 165	111 080	102 746	-1 915	-1,72%
(ii) Gastos com Deslocações / Alojamentos (FSE)		17 284	21 743	23 566	-4 459	-20,51%
(iii) Gastos com Ajudas de Custo (G c/Pessoal)		4 658	4 719	6 738	-61	-1,28%
(iv) Gastos com Viaturas		460 965	462 673	496 719	-1 708	-0,37%
Total = (i) + (ii) + (iii) + (iv)		592 072	600 215	629 769	-8 143	-1,36%
Número total de RH (OS + CD + Trabalhadores)		129	131	130	-2	-1,53%
N.º Órgãos Sociais		9	9	9	0	0,00%
N.º Cargos de Direção		5	5	4	0	0,00%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)		115	117	117	-2	-1,71%
N.º Viaturas		58	55	55	3	5,45%

➤ **Princípio de Unidade de Tesouraria** (artigo 28.º do DJSPE e artigo 111.º da Lei n.º42/2016, de 28 de dezembro e artigo 90.º do DLEO 2017).

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constitui-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

Nesse sentido:

- i. acompanhou as empresas na sua relação com o Fundo de Coesão de forma a facilitar o acesso a estes apoios comunitários;
- ii. encetou negociações, logo em 1997, com o BEI com o objetivo de financiar os projetos associados à primeira fase, tendo concretizado uma linha de 167 milhões de euros;
- iii. em 2000 iniciou um novo processo negocial com o BEI para os investimentos associados à segunda fase, que culminou na concessão de três linhas de financiamento (concretizadas entre 2005 e 2009), no montante total de 1.472 milhões de euros;

Em 2017 assinou uma linha de financiamento com o BEI de 220 milhões de euros a 25 anos para fazer face a investimentos a efetuar nas empresas existentes, a decorrer até 2021, sem o suporte de uma garantia, seja do Estado seja do sistema bancário.

Dado que as linhas do BEI e o apoio do Fundo de Coesão não se revelavam suficientes para o financiamento da totalidade da carteira de projetos, a AdP SGPS iniciou um processo de acesso aos mercados externos em 2003, concretizando uma colocação privada de dívida a 10 anos no Japão em 2005 e procedendo a três emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 15 e 20 anos e, em 2016, a uma emissão obrigacionista a 12 anos, num total de 675 milhões de euros;

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de maneo dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais tem a ver com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a

capacidade dos bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplicou os seus excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, junto da IGCP, bem como tem vindo a transferir a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP.

➤ **Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos**, bem como das medidas tomadas e o respetivo resultado.

Através do Relatório de Auditoria n.º 7/2017, de 27 de abril de 2017, tendo por incidência os ajustes diretos realizados pelas empresas do Grupo Águas de Portugal no período compreendido entre 2012 e o 1.º semestre de 2014, foram realizadas as seguintes recomendações aos Conselhos de Administração:

- i. No recurso ao ajuste direto devem ser aplicadas, com todo o rigor devido, as normas do CCP tendo designadamente em atenção a jurisprudência deste Tribunal de Contas;
- ii. Planeamento da contratação em função das necessidades historicamente recorrentes e realização, sempre que possível, de procedimentos de contratação pública concorrenciais (incluindo acordos quadro periódicos, se necessários).

Tendo em vista o cumprimento da obrigação de reporte prevista no ponto 159 do Relatório n.º 7/2017 do Tribunal de Contas, foram implementadas as seguintes medidas para cumprimento das recomendações constantes do citado relatório, as quais contribuíram para o reforço da garantia do cumprimento do regime previsto no Código dos Contratos Públicos e para a monitorização da execução contratual.

MEDIDAS IMPLEMENTADAS DE RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIAS DO TRIBUNAL DE CONTAS

N.º	Medidas	Ponto de Situação	Objetivos
1	Aprovação de uma minuta-tipo de informação para início de procedimentos de contratação pública	Implementada	<ul style="list-style-type: none"> - Uniformização de procedimentos ao nível das empresas do grupo AdP - Garantia de observância de requisitos legais inerentes à abertura de procedimentos - Reforço da fundamentação de facto e de direito subjacente à promoção de procedimentos de contratação
2	Declarações individualizadas de inexistência de conflitos de interesse	Implementada	<ul style="list-style-type: none"> - Modelo de declaração anexo à minuta-tipo de informação para início de procedimentos de contratação - Aumento de transparência dos procedimentos de contratação pública - Cumprimento do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção ou Infrações Conexas - Acomodação de obrigação legal prevista na revisão do Código dos Contratos Públicos
3	Designação de “gestor do procedimento”	Implementada	<ul style="list-style-type: none"> - Definição de um responsável pelo acompanhamento da tramitação dos procedimentos de contratação, desde a data da decisão de contratar até à assinatura do contrato, com funções determinadas

			<ul style="list-style-type: none"> - Acomodação de obrigação legal prevista na revisão do Código dos Contratos Públicos
4	Designação de “gestor do contrato”	Implementada	<ul style="list-style-type: none"> - Definição de um responsável pelo acompanhamento da execução dos contratos, com funções determinadas que abrangem a verificação do cumprimento dos termos contratuais, a validação de faturas e a elaboração do relatório de execução - Acomodação de obrigação legal prevista na revisão do Código dos Contratos Públicos
5	Implementação das orientações internas em matéria de número de entidades a convidar em função dos tipos de procedimento	Implementada	<ul style="list-style-type: none"> - Definição do número de entidades a convidar nos procedimentos de contratação das empresas do grupo AdP, incluindo os promovidos ao abrigo dos setores especiais
6	Definição de novas orientações internas em matéria de avaliação do cumprimento do regime previsto no artigo 113.º, n.º 2, do CCP	Implementada	<ul style="list-style-type: none"> - Fixação do 5.º dígito do CPV como referência para aferição de contratos cujo objeto seja constituído por prestações do mesmo tipo ou idênticas no ano económico em curso e nos dois anos anteriores - Garantia de observância de requisitos legais inerentes à abertura de procedimentos - Uniformização de práticas ao nível das empresas do grupo AdP
7	Otimização da ferramenta informática adotada pelas empresas do grupo AdP para controlo do cumprimento do regime previsto no artigo 113.º, n.º 2, do CCP	Implementada	<ul style="list-style-type: none"> - Uniformização de práticas ao nível das empresas do grupo AdP
8	Emissão de orientações internas relativas à utilização de critérios materiais em procedimentos de ajuste direto	Implementada	<ul style="list-style-type: none"> - Uniformização de procedimentos ao nível das empresas do grupo AdP - Garantia de observância de requisitos legais inerentes à abertura de procedimentos - Reforço da fundamentação de facto e de direito subjacente à promoção de procedimentos de contratação
9	Existência de assessoria jurídica especializada em contratação em cada empresa do grupo AdP	Implementada	<ul style="list-style-type: none"> - Garantia de observância de requisitos legais inerentes à abertura de procedimentos - Reforço da fundamentação de direito subjacente à promoção de procedimentos de contratação - Análise e concertação periódica sobre questões de contratação pública em grupo de trabalho especializado - Assegurar a implementação das orientações internas em matéria de contratação
10	Aprovação do Manual de Compras do grupo AdP	Implementada	<ul style="list-style-type: none"> - Uniformização de procedimentos ao nível das empresas do grupo AdP - Garantia de observância de requisitos legais e de orientações internas relativas a procedimentos
11	Monitorização de procedimentos de contratação	Implementada	<ul style="list-style-type: none"> - Definição de unidade orgânica no âmbito da AdP SGPS responsável pelo acompanhamento dos termos de realização de procedimentos de contratação através de informação registada no ERP para controlo da legalidade dos procedimentos - Realização de auditorias internas em áreas e matérias identificadas pela AdP SGPS - Uniformização de práticas ao nível das empresas do grupo AdP
12	Criação de unidade de compras responsável pela promoção de procedimentos de contratação pública, em todas as empresas do grupo AdP	Implementado	<ul style="list-style-type: none"> - Uniformização de procedimentos ao nível das empresas do grupo AdP - Coordenação interna da tramitação de procedimentos de contratação relativos a aquisições/locações de bens e serviços, bem como a respetiva monitorização e reporte - Definição de unidade orgânica responsável pela informação prestada para efeitos de aferição do cumprimento do regime do artigo 113.º, n.º 2, do CCP
13	Arquivo de procedimentos de contratação pública	Implementada	<ul style="list-style-type: none"> - Instituição de arquivo digital por procedimento de contratação pública, da responsabilidade do gestor do procedimento - Diminuição do suporte físico dos procedimentos de contratação pública - Agilização de disponibilização de informação em sede de consulta interna, auditorias e ações inspetivas

➤ Informação a contar do **Site da AgdA a 31 de dezembro de 2017**

INFORMAÇÃO A CONSTAR DO SITE DA EMPRESA

Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos	x			
Caracterização da Empresa	x			
Função de tutela e acionista		x		(1)
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais				
Identificação dos órgãos sociais	x			
Estatuto Remuneratório Fixado	x			
Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	x			
Identificação das funções e responsabilidade dos membros do Conselho de Administração	x			
Apresentação das Sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	x			
Esforço Financeiro Público			x	
Ficha Síntese	x			
Informação Financeira histórica e atual	x			
Princípios de Bom Governo				
Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	x			
Transações relevantes com entidades relacionadas	x			
Outras Transações			x	
Análise da Sustentabilidade da empresa nos domínios:				
Economico		x		(2)
Social		x		(2)
Ambiental		x		(2)
Avaliação do Cumprimentos dos Princípios de Bom Governo	x			
Código de Ética	x			

Legenda:

S – Sim ; N – Não; N.A. - Não Aplicável

(1) A informação será divulgada em 2018

(2) A informação será divulgada em 2018 com o cálculo dos dados referentes ao ano de 2017

➤ **Síntese do Cumprimento das Obrigações Legais**

A AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. deu cumprimento integral às instruções, despachos e legislação diversa, que a seguir se apresentam.

CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objetivos de Gestão e Plano de Atividade e Orçamento	x				Ponto A4.10 - Cumprimento das Obrigações Legais
Gestão do Risco Financeiro	x				Ponto A4.10 - Cumprimento das Obrigações Legais
Limites de Crescimento do Endividamento	x			-960 289 euros -1,85%	
Evolução do PMP a fornecedores	x			menos 44 dias face a 2016	
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")			x		Uma vez que o PMP é inferior a 30 dias a empresa está dispensada da obrigação
Recomendações do acionista na aprovação de contas			x		Não existiram recomendações
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão	x			0 euros	
Órgãos sociais - redução e reversões remuneratória vigente em 2017	x			9.299 euros	
Fiscalização - redução e reversões remuneratória vigente em 2017	x			0 euros	
Auditor Externo - redução e reversões remuneratória vigente em 2017	x			0 euros	
Proibição de valorizações remuneratórias, no termos do art.º 38 da lei 82-B/2014	x			0 euros	
Artigo 32º e 33º do EGP					
Não Utilização de cartões de crédito	x				
Não Reembolso de despesas de representação pessoal	x				
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	x				
Valor máximo de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço	x				
Despesas não documentadas ou confidenciais	x				
Proibição de realização de despesas não documentadas	x				
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	x				
Elaboração e divulgação do relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens	x				
Elaboração e divulgação de relatório anual de prevenção de corrupção	x				
Contratação Pública:					
Normas de contratação pública	x				
Contratos submetidos a visto prévio do TC	x			0 Contratos	Não houve contratos cujo valor obrigasse a visto do TC
Auditorias do Tribunal de Contas	x				Ponto A4.10 - Cumprimento das Obrigações Legais
Parque Automóvel	x				
N.º de Viaturas	x			Aumentou 3 viaturas	Aprovado o pedido de exceção por parte dos Ministérios do Ambiente e das Finanças
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	x				
Medidas de Redução de Gastos Operacionais	x			O peso dos gastos reduz 1,29% comparativamente com 2016	
Princípio da Unidade de Tesouraria (DL 133/2013)			x		A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no Relatório de Gestão da AdP SGPS.

5. PERSPECTIVAS FUTURAS

Para o ano de 2018 antecipa-se que o contexto da situação de seca verificada em 2017 na região Alentejo continuará a verificar-se, ainda que com diferente grau de severidade, o que implicará por parte da AgdA redobrados esforços de operação em termos de recurso a origens subterrâneas alternativas menos produtivas e de inferior qualidade e a captar água bruta em origens superficiais com situação de grande vulnerabilidade qualitativa e quantitativa a situações de seca.

Tal contexto, a verificar-se, acarretará custos adicionais decorrentes da necessidade não só de garantir o abastecimento de pequenos sistemas autónomos isolados, que ainda não são servidos por infraestruturas de adução integradas, mas também de tratamento por a qualidade de água bruta, nomeadamente das origens superficiais, tender a deteriorar-se em situação de escassez e da ocorrência de períodos prolongados de temperaturas elevadas.

Em termos de investimentos é expectável que em 2018 venham a ser concluídas as ETAR de Beja, Montemor, Grândola, S. Teotónio, Sr^a de Aires e da Amareleja enquanto que na componente Abastecimento de Água se perspetiva a conclusão da ETA da Magra e do respetiva sistema adutor bem como do sistema de Santa Clara a Velha e da adução a S. Luis do sistema de Almogrove e eixo Serpa- Mértola do sistema do Guadiana Sul.

Face ao nº de empreitadas em curso e adjudicadas no final do ano de 2017 e início de 2018 perspetiva-se uma forte intensificação do investimento tanto na componente saneamento envolvendo as ETAR e sistema interceptores como na vertente água compreendendo as ETA e sistemas de adução dando assim um grande impulso na execução física do plano de investimentos em curso para o quinquénio 2016-2020.

Antecipando que não se verificarão grandes alterações no que respeita ao condicionalismo à admissão de efetivos no sector empresarial do Estado e, nesse quadro, correspondendo a uma opção estratégica da empresa serão postas em prática as contratações de *outsourcing* da operação e manutenção das infraestruturas de saneamento bem como da manutenção relativa às infraestruturas de tratamento, elevação, adução e armazenamento dos sistemas de abastecimento de água.

Porque o custo da componente energia tem um peso significativo na formação das tarifas serão implementadas as medidas programadas no PEPE – Plano de Eficiência e Produção de Energia e em particular a produção de energia fotovoltaica prevista na UPAC- Unidade de Produção para autoconsumo no sistema da Magra como forma de minimizar os custos de operação da ETA.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2017, deseja este Conselho de Administração manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

- i. O **Acionista AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.**, em representação do Estado Português;
- ii. O **Acionista AMGAP**, em representação dos 20 Municípios;
- iii. A **Comissão da Parceria** na sua qualidade de entidade de supervisão da Parceria;
- iv. Os **Organismos e Serviços Públicos**, nomeadamente à Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos e Agência Portuguesa do Ambiente;
- v. Ao **Programa Operacional de Sustentabilidade e Uso Eficiente de Recursos** (POSEUR);
- vi. Os **Fornecedores**, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da empresa;
- vii. Os **Clientes**, pela sua exigência crítica e boa colaboração,;
- viii. O **Fiscal Único**, pelo espírito interessado e positivamente crítico de que deu prova no seguimento das atividades da empresa;
- ix. Os **Membros da Mesa da Assembleia-Geral**;
- x. Os **Colaboradores de AgdA** pelo seu notável sentido de serviço e de missão, sem o qual o desempenho da sociedade não poderia ter sido o que foi.

7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado no exercício de 2017, no valor positivo de **€221.663,26 (duzentos e vinte e um mil, seiscientos e sessenta e três euros e vinte seis cêntimos)**, tenha a seguinte aplicação:

- i. **€11.083,16 (onze mil, oitenta e três euros e dezasseis cêntimos)** para constituição de Reserva Legal, correspondendo a uma vigésima parte do resultado líquido do exercício, valor mínimo previsto no art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais;
- ii. o remanescente, no valor de **€210.580,10 (duzentos e dez mil, quinhentos e oitenta euros e dez cêntimos)**, para distribuição de Dividendos aos Acionistas, a efetuar de acordo com a data de realização efetiva do capital social, conforme previsto em Contrato de Gestão.

8. ANEXO AO RELATÓRIO

Em cumprimento do disposto no n.º 5 do art.º 447º e do n.º 4 do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais vem-se informar que os membros dos Órgãos Sociais não detêm ações da Sociedade e o Capital Social da AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. era, em 31 de dezembro de 2017, integralmente detido pelos acionistas que constam do Quadro seguinte.

Nos termos do art.º 66 do Código das Sociedades Comerciais, cumpre informar que no exercício de 2017:

- i. A sociedade não tem ações próprias;
- ii. Não se registaram quaisquer negócios entre a sociedade e os seus administradores;
- iii. A sociedade não tem qualquer sucursal.

1. Informação a que se refere o n.º 5 do Art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais:

Nada a referir.

2. Informação a que se refere o n.º 4 do Art.º 448.º do Código das Sociedades Comerciais:

Na data do encerramento do exercício os acionistas que detinham uma participação igual ou superior a 10% do Capital Social, são os seguintes:

ESTRUTURA ACIONISTA				
ACIONISTA	%	N.º Ações Classe A	Capital Social Subscrito	Capital Social Realizado
Águas de Portugal, S.G.P.S., S.A.	51%	676 260	3 381 300	2 455 650
AMGAP - Associação de Municípios para Gestão de Águas Públicas do Alentejo	49%	649 740	3 248 700	2 359 350
TOTAL	100%	1 326 000	6 630 000	4 815 000

9. RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS SOBRE O DESEMPENHO DO ADMINISTRADOR EXECUTIVO

Introdução

Nos termos do n.º 8 do artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais, e no âmbito das nossas competências de vigilância geral sobre a atuação dos administradores com funções executivas, é emitido o presente relatório sobre o desempenho dos mesmos, durante o exercício de 2017.

Atividade

Nos termos da Lei, e das competências que o Estatuto do Gestor Público determina, e de outras atribuições decididas pelo Conselho de Administração, acompanhámos a gestão da empresa e o desempenho dos administradores executivos.

As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que se refere aos administradores executivos, livre e incondicionado.

Parecer

Face ao acima exposto, fazemos uma apreciação positiva do desempenho global dos administradores executivos, salientando a sua preocupação em auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as ações de gestão, adotando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes, tendo em vista um melhor rigor na gestão da empresa.

Beja, 2 de março de 2018

Jorge Paulo Colaço Rosa
(Vogal do Conselho de Administração)

Paulo Jorge Lusitano de França Andrade
(Vogal do Conselho de Administração)

Beja, 2 de março de 2018

Joaquim Marques Ferreira
(Presidente do Conselho de Administração)

João Manuel da Silva Costa
(Vice-Presidente do Conselho de Administração)

Susana Margarida Barrocas Feio Sobral Ramalho
(Vogal do Conselho de Administração)

Jorge Paulo Colaço Rosa
(Vogal do Conselho de Administração)

Paulo Jorge Lusitano de França Andrade
(Vogal do Conselho de Administração)

C – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO 2017

I. CONTAS INDIVIDUAIS

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	Notas	31.12.2017	31.12.2016
Ativos não correntes			
Ativos intangíveis	6	90 186 316	82 884 121
Investimentos financeiros	7	2 441	1 366
Impostos diferidos ativos	8	2 128 376	1 734 935
Desvio Tarifário Ativo de Recuperação de Custos - Défice Tarifário	9	0	0
Clientes e outros ativos não correntes	11	2 872 924	5 742 143
Total dos ativos não correntes		95 190 058	90 362 564
Ativos correntes			
Inventários	10	99 859	97 901
Clientes	11	9 164 304	7 504 645
Estado e outros entes públicos	12	758 774	1 277 757
Outros ativos financeiros			
Outros ativos correntes	13	8 226 210	5 189 307
Caixa e seus equivalentes	14	856 183	653 567
Total dos ativos correntes		19 105 330	14 723 177
Total do ativo		114 295 388	105 085 742
Capital próprio			
Capital social	15	4 815 000	3 000 000
Reservas e outros ajustamentos	15	30 211	19 034
Resultados transitados	15	0	0
Resultado líquido do período	15	221 663	223 541
Total do capital próprio		5 066 874	3 242 574
Passivos não correntes			
Empréstimos	19	49 545 182	41 772 727
Fornecedores e outros passivos não correntes	16	1 142 219	2 202 748
Impostos diferidos passivos	8	1 373 305	1 035 621
Desvio Tarifário Passivo de Recuperação de Custos - Superavit	9	389 048	52 597
Acréscimos de custos do investimento contratual	17	3 447 957	1 986 736
Subsídios ao investimento	18	42 731 666	36 870 972
Total dos passivos não correntes		98 629 376	83 921 401
Passivos correntes			
Empréstimos	19	1 377 545	10 110 289
Fornecedores	20	6 422 736	5 133 966
Outros passivos correntes	21	2 322 039	2 220 591
Imposto sobre o rendimento do exercício	22	30 423	25 848
Estado e outros entes públicos	12	446 393	431 072
Total dos passivos correntes		10 599 137	17 921 766
Total do passivo		109 228 514	101 843 167
Total do passivo e do capital próprio		114 295 388	105 085 742

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	Notas	31.12.2017	31.12.2016
Vendas	23	11 126 411	10 834 559
Prestações de serviços	23	3 088 287	2 428 107
Rend. de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	23	9 785 290	5 608 615
Desvio Tarifário	23	(336 451)	(52 597)
Volume de negócios		23 663 537	18 818 684
Custo das vendas/variação dos inventários	24	(826 451)	(716 698)
Gastos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	24	(9 785 290)	(5 608 615)
Margem bruta		13 051 796	12 493 371
Fornecimentos e serviços externos	25	(8 662 178)	(8 263 743)
Gastos com pessoal	26	(2 680 286)	(2 531 454)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	27	(3 944 315)	(3 837 269)
Subsídios ao investimento	28	2 648 991	2 441 601
Outros gastos e perdas operacionais	29	(114 013)	(87 022)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	30	641 339	706 746
Resultados operacionais		941 334	922 230
Gastos financeiros	31	(1 066 898)	(1 064 572)
Rendimentos financeiros	32	349 249	445 972
Resultados financeiros		(717 650)	(618 600)
Resultados antes de impostos		223 684	303 630
Imposto do exercício	22	(57 779)	(25 848)
Imposto diferido	22	55 757	(54 241)
Resultado líquido do exercício		221 663	223 541
Resultado por ação (básico e diluído)		0,34	0,37

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

	Capital social	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	TOTAL
Saldo a 31 de dezembro de 2016	3 000 000	19 034	0	223 541	3 242 574
Realização de Capital	1 815 000	0	0	0	1 815 000
Aplicação do res. Líquido de 2016	0	11 177	212 363	0	223 541
Distribuição de Dividendos	0	0	(212 363)	0	(212 363)
Resultado líquido do período	0	0	0	221 663	221 663
Saldo a 31 de dezembro de 2017	4 815 000	30 211	0	221 663	5 066 874

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	31.12.2017	31.12.2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	17 039 350	15 138 155
Pagamentos a fornecedores	(12 138 610)	(11 877 714)
Pagamentos ao pessoal	(1 615 383)	(1 560 458)
Pagamento/Recebimento do Imposto sobre o Rendimento	(53 203)	317 416
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à Atividade Operacional	2 248 406	1 340 127
Pagamentos Segurança Social	(529 822)	(506 293)
Pagamentos de Outros Impostos	(591 091)	(563 481)
Resultado do Fluxo de caixa das atividades operacionais	4 359 647	2 287 753
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Recebimentos de subsídios de investimento	8 932 474	1 918 993
Pagamentos de subsídios de investimento	0	(2 176 453)
Pagamentos de ativos intangíveis	(12 518 239)	(5 920 992)
Resultado do Fluxo de caixa das atividades de investimento	(3 585 765)	(6 178 453)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos de empréstimos obtidos	20 727 000	6 000 000
Recebimentos de realizações de capital	1 815 000	0
Pagamentos de empréstimos obtidos	(14 804 273)	(2 000 000)
Pagamento de Dividendos	(212 363)	
Pagamentos de juros e gastos similares	(1 213 615)	(1 721 272)
Resultado do Fluxo de caixa das atividades de financiamento	6 311 749	2 278 728
Variação de caixa e seus equivalentes	7 085 631	(1 611 972)
Caixa e seus equivalentes no início do período	(6 229 448)	(4 617 477)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	856 183	(6 229 448)

DECOMPOSIÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

	31.12.2017	31.12.2016
Caixa	3 600	3 600
Depósitos à ordem	852 583	649 967
Depósitos a prazo	0	0
Descoberto Bancário	0	(6 883 016)
	856 183	(6 229 449)

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

2. NOTAS ÀS DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nota 1. Atividade económica da AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.

Nota 1.1 Introdução

A **AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.** (adiante designada também por AgdA) foi constituída em 25 de setembro de 2009, tendo a sua sede social na Rua Doutor Aresta Branco, n.º 51, Beja. A AgdA, tem como atividade principal a conceção, construção, exploração e gestão do sistema de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais designado por Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo.

Nota 1.2. Atividade

A Empresa tem por objeto, nos termos do artigo 3.º dos seus estatutos "a exploração e a gestão dos serviços de águas relativos ao Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo, doravante SPPIAAlentejo, em regime de parceria pública, nos termos do Contrato de Parceria celebrado em 13 de agosto de 2009 entre o Estado e os Municípios de Alcácer do Sal, Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Arraiolos, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Grândola, Mértola, Montemor-o-Novo, Moura, Odemira, Ourique, Santiago do Cacém, Serpa, Vendas Novas, Viana do Alentejo, Vidigueira, integrando como utilizadores originários os referidos Municípios". Tendo por base um Contrato de Gestão celebrado entre os Parceiros Estado Português - Municípios e a AgdA em 25 de setembro de 2009, foi atribuída à Sociedade, em regime de exclusividade, a gestão da exploração, incluindo igualmente a conceção e construção das obras e equipamentos, bem como a sua exploração, reparação, renovação e manutenção do SPPIAAlentejo, pelo prazo de 50 anos.

Com o Aditamento ao Contrato de Parceria e de Gestão, assinado em 22 de dezembro de 2015 entre o Estado, a AgdA e os Municípios de Alcácer do Sal, Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Arraiolos, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Grândola, Mértola, Montemor-o-Novo, Moura, Odemira, Ourique, Santiago do Cacém, Serpa, Vendas Novas, Viana do Alentejo, Vidigueira, foi mantido o âmbito da Atividade Prestada bem como o prazo da Parceria.

Nota 1.3 Acionistas

São acionistas da AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. a empresa AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A (51% do Capital social) e a AMGAP - Associação de Municípios para a Gestão de Águas Públicas (49% do capital social).

Nota 1.4 Aprovação das Demonstrações Financeiras

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 22 de fevereiro de 2018.

Nota 2. Políticas contabilísticas

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiros (IAS/IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”) ou pelo anterior “Standing Interpretations Committee” (“SIC”), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2010.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

Nota 2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da AgdA foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, efetivas para os exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2017. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro/IFRS-International Financial Accounting Standards emitidas pelo International Accounting Standard Board (“IASB”), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”), emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respectivas interpretações – SIC e IFRIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e Standing Interpretation Committee (“SIC”).

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por “IAS/IFRS” ou “IFRS”.

Nota 2.1.1. Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Nota 2.1.2 Novas normas, alterações e interpretações adotadas pela Empresa

Entre janeiro de 2017 e fevereiro de 2018 foram emitidos pela UE os seguintes Regulamentos, os quais foram adotados pela Empresa desde 1 de Janeiro de 2017:

NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES ADOTADAS PELA EMPRESA			
Regulamento da EU	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adotada pela EU	Emitida em	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 1989/2017	IAS 12 Impostos sobre o Rendimento: Reconhecimento de Impostos Diferidos Sobre Perdas Não Realizadas (alterações)	jan/16	jan/17
Regulamento n.º 1990/2017	IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa: Iniciativa de Divulgação (alterações)	jan/16	jan/17
Regulamento n.º 182/2018	Ciclo 2014-2016 de melhorias às normas IFRS: IFRS 12 Divulgações de Interesses em Outras Entidades (alterações)	dez/16	jan/17

A Empresa adotou as alterações acima referidas, não havendo qualquer impacto significativo nas suas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017.

Nota 2.1.3 Novas normas, alterações e interpretações adotadas pela UE mas sem aplicação efetiva aos exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2017 e não aplicadas antecipadamente

A UE adotou entre janeiro de 2016 e fevereiro 2018 um conjunto de normas e alterações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), a aplicar em períodos subsequentes:

NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES ADOTADAS PELA EU MAS SEM APLICAÇÃO EFETIVA AOS EXERCÍCIO INICIADOS EM 1 DE JANEIROS DE 2017 E NÃO APLICADAS ANTECIPADAMENTE

Regulamento da EU	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adotada pela EU	Emitida em	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 1905/2016	IFRS 15 Rédito de Contratos com Clientes (nova)	mai/14	jan/18
Regulamento n.º 2067/2016	IFRS 9 Instrumentos Financeiros (nova)	jul/14	jan/18
Regulamento n.º 1986/2017	IFRS 16 Locações (nova)	jan/16	jan/19
Regulamento n.º 1987/2017	IFRS 15 Rédito dos Contratos com Clientes: Clarificações (alterações)	abr/16	jan/18
Regulamento n.º 1988/2017	IFRS 4 Contratos de Seguro: Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros juntamente com a IFRS 4 Contratos de Seguro (alterações)	set/16	jan/18
Regulamento n.º 182/2018	Ciclo 2014-2016 de melhorias às normas IFRS: IFRS 1 Adoção pela Primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro e IAS 28 Investimentos em Associadas e Entidades Controladas Conjuntamente (alterações)	dez/16	jan/18

Estas normas e alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018, e não foram aplicadas na preparação das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017. Não se espera que venham a ter um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras da Empresa exceto no que respeita a nova norma IFRS 16 Locações, conforme abaixo detalhado.

IFRS 15 Rédito de Contratos com Clientes

A nova norma IFRS 15 Rédito de Contratos com Clientes (IFRS15) vem estabelecer um modelo de cinco passos para o reconhecimento de rédito resultante de contratos celebrados com clientes. De acordo com o previsto na norma, o rédito é reconhecido pelo valor que a entidade espera receber do cliente em troca dos bens ou serviços prestados.

A aplicação da norma é obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018, devendo a sua adoção seguir o método retrospectivo pleno ou método retrospectivo modificado.

A Empresa adotou esta nova norma a partir de 1 de Janeiro de 2018, usando o método retrospectivo modificado, sendo o efeito cumulativo da adoção desta norma reconhecido nos Resultados transitados da Empresa a essa data.

Durante o ano de 2017, a Empresa procedeu a uma análise do impacto da sua adoção, não sendo esperado qualquer impacto significativo nas Demonstrações Financeiras, mas sim acréscimo das divulgações associadas a “Vendas e prestação de serviços”.

Na preparação da adoção da IFRS 15, a Empresa considerou os seguintes aspetos relevantes:

i. Venda de bens e prestação de serviços

Na maioria das vendas de bens ou prestação de serviços efetuadas pela Empresa, existe apenas uma obrigação de desempenho (“performance obligation”), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a entrega dos bens ao cliente.

A aplicação da IFRS 15 não irá ter um impacto significativo na forma como a Empresa reconhece atualmente o rédito das vendas de bens e prestação de serviços a clientes.

ii. Direitos de devolução

Com a aplicação da IFRS 15, nas vendas a clientes deverão ser estimados os bens que poderão ser devolvidos pelos clientes, sendo reconhecida: a) uma responsabilidade de devolução, representada pela obrigação de entregar ao cliente a quantia relativa aos bens devolvidos; e b) um ativo de devolução – com ajustamento do custo das vendas – pelo direito a receber os bens devolvidos pelo cliente.

As devoluções de bens cuja responsabilidade é assumida diretamente pela Empresa, não apresenta materialidade que impacte significativamente as Demonstrações Financeiras da Empresa.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A nova norma IFRS 9 Instrumentos Financeiros que substitui a IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, tem como principal enfoque os seguintes aspetos: i) Classificação e mensuração; ii) Imparidade; e iii) Contabilidade de Cobertura.

A Empresa adotou esta nova norma em 1 de Janeiro de 2018, data em que se tornou obrigatória a sua aplicação, não havendo lugar a reexpressão da informação comparativa.

Durante o ano de 2017, a Empresa analisou o impacto da adoção desta nova norma, sendo que não se espera que venha a ter um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras da Empresa.

i. Classificação e mensuração

A Empresa não antecipa qualquer impacto significativo no seu Balanço ou nos seus Capitais Próprios pela aplicação dos novos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9.

ii. Imparidade

A IFRS 9 requer que a Empresa reconheça imparidades sobre créditos a receber, com base no modelo de perdas estimadas (quer numa base de perdas esperadas a 12 meses ou perdas esperadas na totalidade da vida dos créditos a receber), em substituição do modelo de perdas incorridas previsto na IAS 39. A Empresa irá aplicar a abordagem

simplificada para os créditos comerciais a receber, reconhecendo a estimativa de perdas para a totalidade da vida dos créditos.

A atual política contabilística seguida pela Empresa já prevê o reconhecimento de uma imparidade genérica sobre créditos comerciais a receber, atendendo ao histórico de incobrabilidade de cada negócio.

A Empresa não antecipa qualquer impacto material nas suas Demonstrações Financeiras pela aplicação deste novo modelo de reconhecimento de imparidades.

iii. Contabilidade de cobertura

A Empresa determinou que todas as relações de cobertura que são designadas atualmente vão continuar a qualificar como contabilidade de cobertura com a aplicação da IFRS 9.

Como a norma não altera os princípios gerais do registo de coberturas eficazes, a aplicação dos requisitos de cobertura da IFRS 9 não terão qualquer impacto significativo nas Demonstrações Financeiras da Empresa.

IFRS 16 Locações

A nova norma IFRS 16 elimina a classificação das locações entre locações operacionais ou financeiras para as entidades locatárias, conforme previsto na IAS 17. Ao invés, introduz um modelo único de contabilização, muito semelhante ao tratamento atual que é dado às locações financeiras nas contas dos locatários.

Este modelo único prevê, para o locatário, o reconhecimento de: i. ativos e passivos no Balanço para todas as locações com termo superior a 12 meses (sendo que os ativos de reduzido valor são excluídos, independentemente do termo da locação); e ii. depreciação e juros na Demonstração dos Resultados de forma separada.

A Gestão está a avaliar os impactos que resultarão da adoção desta nova norma, sendo desde já esperado que a sua adoção tenha um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras da Empresa, em resultado da incorporação dos ativos que se encontram em locação operacional e das respetivas responsabilidades.

Nota 2.1.4 Novas normas, alterações e interpretações emitidas pelo IASB e IFRIC mas ainda não adotadas pela UE

O IASB emitiu, em 2014, 2016 e 2017 as seguintes normas, alterações e interpretações que se encontram ainda em processo de adoção pela UE:

NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES EMITIDAS PELO IASB E IFRIC MAS AINDA NÃO ADOTADAS PELA EU		
Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC	Emitida em	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 14 Desvios Tarifários (nova)	jan/14	Data a determinar ¹
IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 Investimentos em Associadas e Entidades Controladas Conjuntamente: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e a sua associada ou joint venture (alterações)	set/14	Data a determinar ²
IFRS 2 Pagamento com Base em Ações: Classificação e mensuração das transações (alterações)	jun/16	jan/18
IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e pagamentos antecipados (nova)	dez/16	jan/18
IAS 40 Propriedade de Investimento: Transferências (alterações)	dez/16	jan/18
IFRS 17 Contratos de Seguro (nova)	mai/17	jan/21
IFRIC 23 Incertezas quanto ao tratamento de impostos sobre o rendimento (nova)	jun/17	jan/19
IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Elementos de pré-pagamento com compensação negativa (alterações)	out/17	jan/19
IAS 28 Investimentos em Associadas e Entidades Controladas Conjuntamente: Interesses de longo prazo em Associadas e Entidades Controladas Conjuntamente (alterações)	out/17	jan/19
Ciclo 2015-2017 de melhoria às normas IFRS: IFRS 3 Concentração de Atividades Empresariais; IFRS 11 Acordos Conjuntos; IAS 12 Impostos sobre o Rendimento e IAS 23 Custos de Empréstimos (alterações)	dez/17	jan/19

¹ A UE decidiu suspender o processo de aprovação desta norma intercalar e esperar pela norma definitiva.

² A UE decidiu suspender indefinidamente a aprovação destas alterações, tal como o IASB.

A Gestão está a avaliar o impacto da adoção futura destas novas normas, alterações e interpretações às normas já em vigor, não sendo expetável a esta data um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras da AgdA.

Nota 2.2. Informação por segmentos

Os segmentos operacionais são reportados consistentemente com o reporte interno que é produzido e disponibilizado aos Órgãos de Gestão, nomeadamente o Conselho de Administração. Com base nesse reporte, os Órgãos de Gestão avaliam a performance de cada segmento, bem como procedem à alocação dos recursos disponíveis. Um segmento, corresponde a um grupo de ativos e operações envolvidos no fornecimento de produtos ou serviços sujeitos a riscos e benefícios que são diferentes de outros segmentos.

Nota 2.3. Conversão cambial

Nota 2.3.1. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da AgdA, estão mensuradas na moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras da AgdA e respetivas notas são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

Nota 2.3.2. Transações e saldos de outras moedas

Em 2017 não houve qualquer transação com recurso a outras moedas para além da moeda funcional, bem como não existem em saldos de balanço outras moedas.

Nota 2.4. Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios

Nota 2.4.1. Introdução

Tendo em conta a hierarquia definida na IAS 8, a AgdA com atividades reguladas adotou as regras internacionalmente aplicadas às empresas que atuam em mercados com estas características. Assim, são definidos um conjunto de critérios para o reconhecimento de ativos e passivos relacionados com regras regulatórias. Essas regras prescrevem que uma empresa deva reconhecer nas suas demonstrações financeiras os efeitos da sua atividade operacional, desde que preste serviços cujos preços estejam sujeitos a regulação.

Só são passíveis de serem reconhecidos ativos e passivos regulatórios se, e só se: (i) um órgão credenciado (por exemplo, o regulador) determinar o preço que uma entidade deve cobrar aos seus clientes pelos bens ou serviços que esta presta, e que esse preço vincula os clientes a aceitá-lo, e (ii) o preço estabelecido pela regulação (a tarifa) é determinada de modo a recuperar custos específicos incorridos de modo a prestar os bens ou serviços e a obter uma determinada remuneração.

A atividade da AgdA é regulada, no sentido de que os preços são fixados por uma terceira entidade Comissão de Parceria, estando deste modo enquadrada no âmbito deste normativo.

Resumidamente, é requerido que uma empresa reconheça ativos regulatórios ou passivos regulatórios se o regulador permitir a recuperação de custos anteriormente incorridos ou reembolsar montantes anteriormente cobrados, e a ser remunerado sobre as suas atividades reguladas, através de ajustamentos ao preço cobrado aos seus clientes. Ou seja, quando existe o direito a aumentar ou a obrigação de diminuir as tarifas em períodos futuros em resultado da prática atual ou expectável do regulador, (i) uma entidade deve reconhecer um ativo regulatório de modo a recuperar um custo anteriormente incorrido e obter uma determinada remuneração, ou; (ii) uma entidade deve reconhecer um passivo regulatório de modo a reembolsar valores previamente cobrados e a pagar uma determinada remuneração. O efeito de aplicar os requisitos referidos no parágrafo anterior corresponde ao reconhecimento inicial de um ativo (ou passivo), que de outro modo seriam reconhecidos em resultados, como um gasto (ou um rendimento).

Encontram-se abrangidos nesta categoria os acréscimos de custos para investimento contratual e os desvios de recuperação de gastos. Assim, de acordo com a regra de reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, estes ativos (e/ou passivos) deverão ser reconhecidos em balanço uma vez que a recuperação do seu custo (e/ou reembolso do passivo) é elegível para efeito da determinação da tarifa pelo regulador em períodos subsequentes, assegurando o correto balanceamento entre réditos e gastos.

Nota 2.4.2. Acréscimos de gastos para investimentos contratuais

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e de gestão e, com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos custos estimados para fazer face aos encargos futuros em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão ou da parceria.

Estes acréscimos são calculados com base no investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de gestão, e são registados em resultados por contrapartida de passivo não corrente.

Saliente-se que os acréscimos de gastos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de gestão com a Parceria, dos rendimentos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo.

Na prática estes acréscimos, correspondem a um reembolso futuro à tarifa, permitindo um nível de estabilização da mesma, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de gestão com a Parceria, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente.

Estes acréscimos são reconhecidos em custos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

Nota 2.4.3. Desvio de Recuperação de Gastos

Em termos legais, a AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. remunera o capital investido pelo acionista, conforme definido no contrato de gestão, onde se estabelece os critérios para a fixação das tarifas ou valores garantidos em termos anuais, assegurando a completa recuperação dos gastos de investimento, operacionais, financeiros e também a adequada remuneração dos capitais próprios dos Acionistas.

Considera-se desvio de recuperação de gastos, à diferença verificada, anualmente, de recuperação de encargos afetos à tarifa, onde se inclui a remuneração acionista e os impostos sobre o rendimento. O desvio de recuperação de gastos pode assumir duas naturezas:

- a) deficit, quando se verifica uma insuficiência de recuperação dos encargos suportados na prestação do serviço por via tarifária;
- b) superavit, quando se verifica um excesso de recuperação dos encargos suportados na prestação do serviço por via tarifária.

Nota 2.5. Atividade concessionada

A AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. desenvolve a sua atividade num sector regulado, estando sujeita à intervenção da ERSAR (Lei 10/2014, de 6 de março, que aprova os novos estatutos da ERSAR, no quadro das novas atribuições das entidades reguladoras fixadas pela Lei 67/2013, de 28 de agosto). O principal efeito da regulação sobre a atividade da

empresa está no escrutínio que a entidade reguladora faz das tarifas a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores, bem como do respetivo orçamento anual.

A AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. está ainda sujeita à intervenção da entidade reguladora em matéria de qualidade de serviço, aferida por um conjunto de indicadores avaliados anualmente, e em matéria de qualidade da água para consumo humano, no âmbito dos poderes da ERSAR enquanto autoridade nacional da água para consumo humano.

Nota 2.5.1. Enquadramento

A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão e contratos de gestão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da concessão e parcerias. Nos termos desta norma a AgdA presta dois tipos de serviços: o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores.

Deste modo a empresa deve reconhecer e mensurar o rédito (proveito) dos serviços que presta de acordo com o disposto nas IAS 11 – Contratos de construção e IAS 18 - Rédito. Se a empresa prestar mais que um serviço (i.e. construção ou modernização dos serviços e operação) ao abrigo de um só contrato de concessão/gestão, o valor (preços ou tarifas) a receber deve ser distribuído de acordo com os seus justos valores, quando estes forem individualmente (separadamente) identificáveis. A natureza do preço e da tarifa determina o seu tratamento contabilístico. A empresa deve reconhecer o rédito e os custos relacionados com a construção ou modernização das infraestruturas de acordo com o IAS 11. A empresa deve reconhecer o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com o IAS 18.

Adicionalmente prescreve que a infraestrutura no âmbito do IFRIC 12 não deve ser reconhecida como ativo tangível da entidade gestora porque o contrato de concessão/gestão não lhe dá o direito de a controlar. A entidade gestora tem acesso e operar a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do concedente/parceiro, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de concessão/gestão, no âmbito desta norma, a entidade gestora atua como um prestador de serviços. A entidade gestora constrói ou moderniza as infraestruturas (construção ou modernização dos serviços) utilizadas para prestar serviços públicos e opera e mantém as infraestruturas (operação) durante um período específico de tempo.

Se a entidade gestora construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor, e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: (a) um ativo financeiro, ou (b) um ativo intangível.

A entidade gestora deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente/parceria pelos serviços prestados, que correspondem a montantes específicos ou determináveis. Neste modelo, os parceiros dispõem de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evita o pagamento em virtude de o acordo ser em geral legalmente vinculativo (a entidade gestora) tem um direito incondicional de receber dinheiro se os parceiros garantirem contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a (a) um

montante específico, ou (b) à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de a entidade gestora assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência).

A entidade gestora deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

ATIVIDADE					
Tipo de Serviço	Tipo de Atividade	Prazo	Período	Remuneração Acionista	
				Taxa	Incidência
Abastecimento de Água	Parceria	50	2009 - 2059	OT (*) 10 Anos + 3%	Capital Social
				OT (*) 10 Anos	Reservas
Saneamento	Parceria	50	2009 - 2059	OT (*) 10 Anos + 3%	Capital Social
				OT (*) 10 Anos	Reserva

(*) O cálculo da OT corresponde à média dados valores anuais dos últimos quinze anos da taxa de Obrigações do Tesouro Português a 10 anos após exclusão das três observações anuais mais altas e das três mais baixas. Uma vez que em 2017 não ocorreu nenhum fator que tivesse reduzido o risco do capital social investido, foi mantido neste exercício o prémio de risco de 2015, ou seja, 3 pontos percentuais.

Nota 2.5.2. Classificação da infraestrutura

Atendendo à tipologia do contrato de gestão da AgdA – Águas Públicas do Alentejo, nomeadamente no que diz respeito ao seu enquadramento legal (direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público que é inerente ao facto de os utilizadores utilizarem esse serviço), foi entendimento de que o modelo que se adequa à realidade da empresa é o do intangível. Deste modo, a AgdA como entidade gestora do Sistema Público de Parceria de Águas do Alentejo classifica as infraestruturas do sistema que explora como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os custos e proveitos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em imobilizações em curso. Os custos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os custos operacionais são afetos ao imobilizado em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da parceria, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no imobilizado e amortizadas nos mesmos termos do restante imobilizado. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

Nota 2.5.3. Amortizações

O direito de utilização de infraestruturas é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção dos benefícios económicos ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e a aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de concessão. Salientam-se os dados apresentados na tabela em baixo:

INVESTIMENTO CONTRATUAL						
Tipo de Serviço	Total de Investimento do Contrato de Gestão	Número de anos do Contrato de Gestão	Total de Investimento do 1º e 2º Período Tarifário	Total de Caudais do Ano previsto em Contrato de Gestão	Total de Caudais de 2017	Taxa Média de amortização do ano 2017
Abastecimento de Água	154 397 518	50	117 506 240	18 700 836	19 939 728	2,68%
Saneamento	98 144 051	50	63 585 272	8 820 736	5 128 852	1,54%
	252 541 569	50	181 091 512	27 521 573	25 068 580	

Nota 2.5.4. Valor residual

Os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da parceria, poderão apresentar valor residual que dará lugar a uma indemnização equivalente ao valor não reintegrado. Estes montantes são classificados como ativos financeiros - valor a receber.

Nota 2.5.5. Rédito – serviços de construção

De acordo com o IFRIC 12 – Contratos de concessão e de gestão, a construção da infraestrutura pelo operador constitui um serviço que é prestado aos parceiros, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal deverá por esta, ser remunerado. O redito da atividade de construção deve ser reconhecido de acordo com o IAS 11 – Contratos de construção. No entanto, e na aplicação da IFRIC 12 à AgdA é assumido que não existe margem na construção, uma vez que esta atividade é subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), pelo que o rédito e os gastos associados à construção são de igual montante. Não obstante o acima exposto, os rendimentos de construção e os gastos associados são registados na demonstração dos resultados do exercício atendendo ao disposto na IFRIC 12.

Nota 2.6. Ativos intangíveis

Nota 2.6.1. Direitos de utilização de infraestruturas

Ver nota 2.5.3.

Nota 2.6.2 Outros ativos intangíveis

Os restantes ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de software, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevadas pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Investimentos que aumentem a performance dos programas de software para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do software. Os custos de implementação do software reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de 3 a 6 anos. Os sistemas corporativos e transacionais de grande parte do Grupo desenvolvidos sobre as plataformas SAP são amortizados usando o método das quotas constantes sobre a sua vida útil de 10 anos.

Nota 2.7. Ativos e passivos financeiros

As compras e vendas destes ativos e passivos financeiros são reconhecidos à data da negociação ou da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da sua data de liquidação. No momento inicial, os investimentos são registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação, exceto para os ativos valorizados ao justo valor através de resultados, em que os gastos de transação são imediatamente reconhecidos nos resultados. Estes ativos e passivos não são reconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais da empresa quanto ao recebimento dos seus fluxos de caixa; ou (ii) a empresa tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua posse, ou o controlo sobre os ativos ou passivos.

Nota 2.7.1. Classificação de ativos financeiros

Os ativos financeiros da AgdA são classificados nas categorias que abaixo se descrevem. A classificação depende do objetivo de aquisição do investimento e é determinada no momento de reconhecimento inicial (data da negociação – trade date) dos investimentos e reavaliada em cada data de relato subsequente. O Conselho de Administração determina a classificação dos seus ativos à data de aquisição e reavalia essa classificação numa base regular. A AgdA classifica os seus ativos financeiros nas seguintes categorias: i) empréstimos e contas a receber; ii) investimentos detidos até à maturidade; iii) investimentos mensurados ao justo valor através de resultados (detido para negociação); iv) ativos financeiros disponíveis para venda.

Nota 2.7.1.1. Empréstimos e contas a receber

Correspondem a ativos financeiros não derivados, com recebimentos fixos ou determináveis para os quais não existe um mercado de cotações ativo. Estes ativos correspondem a duas naturezas: (i) ativos originados do decurso normal das atividades operacionais no fornecimento de água e outros serviços associados e sobre os quais não existe intenção de negociar; e (ii) investimentos efetuados nas empresas com concessões multimunicipais e gestoras de parcerias, que de acordo com as condições particulares dos contratos de gestão subjacentes, qualificam como um empréstimo concedido remunerado a uma taxa contratada.

Os empréstimos e contas a receber são registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente pelo custo amortizado, com base na taxa de juro efetiva, deduzidos de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas associadas aos créditos de cobrança duvidosa, na data do balanço, por forma a que reflitam o seu valor realizável líquido.

São registados perdas por imparidade quando existam indicadores objetivos de que a AgdA não irá receber todos os montantes que lhe são devidos de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados indicadores como: análise de incumprimento; dificuldades financeiras do devedor; probabilidade de falência do devedor.

Quando os valores a receber de clientes ou outros devedores se encontrem vencidos, e sejam objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Nota 2.7.1.2 Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e outras contas a receber são valores a receber pela venda de mercadorias ou de serviços prestados pela AgdA no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetivo, deduzidos de provisões para perdas de imparidade.

Os clientes com os quais foram estabelecidos acordos de pagamentos são classificados como não correntes, quando esses acordos se estendem por mais de um exercício. O não cumprimento do acordo, implica a reclassificação do saldo como dívida corrente, vencida.

Nota 2.7.1.3. Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são classificados como investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a AgdA tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos detidos até à maturidade são registados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Nota 2.7.1.4 Ativos financeiros mensurados ao justo valor por resultados

Esta categoria engloba: (i) os ativos financeiros de negociação que são adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo; (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Nesta categoria integram-se os derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura.

As alterações de justo valor são reconhecidas diretamente em resultados do exercício, na rubrica de rendimentos financeiros. Estes ativos são classificados como ativos correntes se forem detidos para venda ou se for expectável a sua realização num período de 12 meses, após a data do balanço.

Nota 2.7.2. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem. O IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias: (i) passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; (ii) outros passivos financeiros. Os outros passivos financeiros incluem Empréstimos obtidos e Fornecedores e outras contas a pagar.

Nota 2.7.2.1. Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via de resultados, incluem passivos não derivados com o objetivo de vender no curto prazo e os instrumentos financeiros derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura, e sejam classificados desta forma no seu reconhecimento inicial. Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor de passivos mensurados ao justo valor através de resultados, são reconhecidos em resultados do período.

Nota 2.7.2.2. Empréstimos bancários

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao justo valor deduzidos de custos de transação incorridos e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor de emissão (líquido de custos de transação incorridos) e o valor nominal é reconhecido em resultados durante o período de existência dos empréstimos de acordo com o método do juro efetivo. Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a AgdA possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo não corrente.

Nota 2.7.2.3. Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente registados pelo seu valor nominal, o qual se entende ser o seu justo valor, e subsequentemente são registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os passivos financeiros são desconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Nota 2.8. Inventários

Os inventários estão valorizados ao mais baixo do custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

Nota 2.9. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica “Dívidas a instituições de crédito – curto prazo”, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

Nota 2.10. Imparidade

Nota 2.10.1. Imparidade de ativos financeiros

A AgdA analisa a cada data de balanço se existe evidência objetiva que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros se encontra em imparidade.

Ativos financeiros disponíveis para venda

No caso de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, um declínio prolongado ou significativo no justo valor do instrumento abaixo do seu custo é considerado como um indicador que os instrumentos se encontram em imparidade. Se alguma evidência semelhante existir para ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, a perda acumulada – mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, menos qualquer perda de imparidade do ativo financeiro que já tenha sido reconhecida em resultados – é removida de capitais próprios e reconhecida na demonstração de resultados. Perdas de imparidade de instrumentos de capital reconhecidas em resultados não são revertidas através da demonstração de resultados.

Cientes, devedores e outros ativos financeiros

São registadas perdas por imparidade quando existem indicadores objetivos que a AgdA não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como: (i) análise de incumprimento; (ii) dificuldades financeiras do devedor; (iii) probabilidade de falência do devedor.

As perdas de imparidade são determinadas pela diferença entre a quantia recuperável e a quantia escriturada do ativo financeiro e é registada por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço destes ativos é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos. Quando uma quantia a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável é abatido por utilização da conta de imparidades acumuladas. As recuperações

subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados. Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Nota 2.10.2. Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos da AgdA são analisados à data de cada balanço por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado. Para Goodwill e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do balanço, tendo em conta as premissas do contrato de gestão, o valor recuperável corresponde ao valor de uso, e esta por sua vez corresponde à remuneração garantida (dividendo) em cada um dos anos ao longo do prazo da parceria. Estes montantes são parte integrante do EVEF (estudo de viabilidade económica e financeira) anexos ao contrato de gestão que são reenviados anualmente para o regulador do setor. Sempre que existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos da AgdA. Sempre que o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Para as unidades geradoras de caixa com atividade iniciada há menos que um certo período de tempo (2 a 3 anos) AgdA efetua uma análise da imparidade, no entanto na medida em que os respetivos negócios não terão atingido ainda maturidade suficiente, são reconhecidas perdas por imparidade quando existam indicadores inequívocos de que a sua recuperabilidade é considerada remota.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável de contas a receber de médio e longo prazo corresponde ao valor atual dos futuros recebimentos esperados, utilizando como fator de desconto a taxa de juro efetiva implícita na operação original. Para os restantes ativos, a quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

Uma perda por imparidade reconhecida num valor a receber de médio e longo prazo só é revertida caso a justificação para o aumento da respetiva quantia recuperável assente num acontecimento com ocorrência após a data do reconhecimento da perda por imparidade. As perdas por imparidade relativas a outros ativos são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

Nota 2.11. Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

Nota 2.12. Dividendos a pagar

Os dividendos são reconhecidos como passivo quando declarados.

Nota 2.13. Subsídios

Os subsídios de ativos são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a AgdA cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos fixos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da amortização dos ativos subjacentes.

Os restantes subsídios são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar.

Nota 2.14. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a AgdA divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida.

As provisões são mensuradas ao valor presente, à data do balanço, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas. Nos casos em que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos for remota ou se for pouco provável que ocorra o influxo de benefícios económicos, os respetivos passivos contingentes ou ativos contingentes não são divulgados.

Nota 2.15. Fiscalidade

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido ativo para a mesma altura e com a mesma autoridade

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em “Outras reservas” consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

Nota 2.16. Rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após eliminação das vendas internas. Tal como referido na nota 2.5 a AgdA apenas reconhece o rédito que resulta da aplicação das tarifas aprovadas pela parceria. O rédito é reconhecido como segue:

Nota 2.16.1. Prestação de serviços

Na AgdA o rédito para recolha de efluentes é composto por duas componentes, uma fixa e outra variável. A componente fixa é aplicada mensalmente e de acordo com a população e alojamentos potencial servidos que visa, tendencialmente, recuperar os custos decorrentes da disponibilização dos serviços de saneamento aos utilizadores, nomeadamente custos líquidos (custos deduzidos de rendimentos) associados ao investimento (amortização, financiamento, remuneração acionista e impostos), bem como os custos líquidos de operação com carácter permanente. A componente variável é aplicada em função do nível de utilização do serviço, visando recuperar os custos incorridos pela AgdA, não recuperados através da componente fixa. O valor do contrato é reconhecido mensalmente no mês a que respeita a prestação do serviço;

Nota 2.16.2. Venda de bens

Na AgdA o rédito para fornecimento de água é composto por duas componentes, uma fixa e outra variável. A componente fixa é aplicada mensalmente e de acordo com a população e alojamentos potencial servidos que visa, tendencialmente, recuperar os custos decorrentes da disponibilização dos serviços de abastecimento de água aos utilizadores, nomeadamente custos líquidos (custos deduzidos de rendimentos) associados ao investimento (amortização, financiamento, remuneração acionista e impostos), bem como os custos líquidos de operação com carácter permanente. A componente variável é aplicada em função do nível de utilização do serviço, visando recuperar os custos incorridos pela AgdA, não recuperados através da componente fixa. O valor do contrato é reconhecido mensalmente no mês a que respeita à venda de bens;

Nota 2.16.3. Juros

O rendimento de juros é reconhecido com base na taxa de juro efetiva e são registados no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização do exercício (ou do acréscimo).

Quando uma conta a receber é ajustada por imparidade, a AgdA reduz o seu valor contabilístico para o seu valor recuperável, no entanto os cash-flows futuros estimados continuam a ser descontados à taxa de juro efetiva inicial (antes da imparidade) e a regularização do desconto a ser considerado como um rendimento de juros.

Nota 2.16.4. Dividendos a receber

Os dividendos serão reconhecidos quando o direito do acionista for estabelecido, o que geralmente ocorre por decisão da Assembleia Geral da subsidiária ou associada.

Nota 2.17. Trabalhos para a própria empresa

São reconhecidos os custos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos financeiros capitalizados bem como alguns gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo portanto reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respetivos custos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os custos capitalizados são registados diretamente em balanço sem impacto na demonstração dos resultados através do reconhecimento direto na conta da respetiva natureza, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

Nota 2.18. Gastos e perdas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

Nota 2.19. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais são divulgados nas notas às Demonstrações financeiras.

Nota 3. Políticas de gestão do risco financeiro

Nota 3.1. Fatores de risco

As atividades da AgdA estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (risco de taxa de juro, risco fluxos de caixa associado à taxa de juro). O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

Nota 3.2. Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a empresa. A AgdA está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria. O risco de crédito relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (fornecimento de água e tratamento de águas residuais). Este risco é em teoria reduzido dadas as características do serviço prestado (a entidades estatais - Municípios). No entanto dada a situação económica e financeira particular do país nos últimos anos, com consequências diretas junto das autarquias locais, o montante de saldos vencidos tem vindo a crescer significativamente (ver nota 11 - clientes). Os ajustamentos de imparidade para contas a receber são calculados considerando: i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional ou empresarial; ii) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e iii) a condição financeira do cliente.

O Conselho de Administração da AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. encontra-se em permanência a avaliar a adoção de medidas que visem assegurar a recuperabilidade dos saldos a receber dos Municípios, entre as quais a celebração de acordos de pagamento.

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AgdA ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2017, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do Balanço.

RISCO DE CREDITO			
Ativos financeiros bancários		31.12.2017	31.12.2016
Novo Banco		180 143	(5 883 001)
Banco Santander Totta		6 782	100 130
Caixa Geral de Depósitos		105 677	199 889
Caixa de Crédito Agrícola		9 979	298 745
Banco Comercial Português		4 917	51 203
Banco Português de Investimento		2 274	(1 000 016)
Instituto de Gestão do Crédito Público		542 812	0
Depósitos à Ordem		852 583	(6 233 050)

RATING'S			
Ratings		Moody's Longo prazo Ano 2017	Moody's Longo prazo Ano 2016
Novo Banco		Caa2	Caa1
Banco Santander Totta		A-	Baa3
Caixa Geral de Depósitos		BB-	B1
Caixa de Crédito Agrícola		não disponível	não disponível
Banco Comercial Português		B1	B1
Banco Português de Investimento		Ba1	Ba3
Instituto de Gestão do Crédito Público		BBB-	Ba1

Rating (Moody's) - Nota: notação de rating obtida nos sites das instituições financeiras em Janeiro 2018

Nota 3.3. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da AgdA pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A AgdA efetua a gestão do risco de liquidez

através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais de elevada notação de crédito que permitem o acesso imediato a fundos.

Pese embora o acima referido, o financiamento da AgdA é gerido centralmente pela AdP SGPS que assegura gestão do financiamento das participadas através de contratos grupados com as entidades bancárias que visam a obtenção de melhores condições financeiras por economias de escala. A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da AgdA por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, não descontados a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

RISCO DE LIQUIDEZ

Entidade Financiadora	Tipo	Plafond	Utilizado	Disponível 31.12.2017
Banco Comercial Português	Descoberto Bancário	2 000 000	0	2 000 000
Caixa Geral de Depósitos	Descoberto Bancário	2 000 000	0	2 000 000
Suprimentos AdP	Financiamento MLP	49 999 727	49 999 727	0
Apoio de Tesouraria AdP	Financiamento CP	5 000 000	923 000	4 077 000
Total		58 999 727	50 922 727	8 077 000

RISCO DE LIQUIDEZ

Entidade Financiadora	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Financiamentos	1 377 545	47 045 182	2 500 000
Fornecedores e outros Passivos Correntes	6 422 736	0	0
Total	7 800 282	47 045 182	2 500 000

A AgdA não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades a curto prazo uma vez que os seus financiamentos assentam maioritariamente em linhas de suprimentos e de apoio de tesouraria contratualizadas com a AdP SGPS e os restantes contratos encontram-se celebrados em contratos grupados cuja gestão de disponibilidade é efetuada pela AdP SGPS. Adicionalmente, foi celebrado com o Banco Europeu do Investimento uma linha de financiamento de MLP para garantia dos investimentos contratualizados a realizar relativamente a candidaturas de subsídios ao investimento.

Nota 3.4. Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro

O risco da taxa de juro da AgdA advém, essencialmente, da contratação de empréstimos. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a AgdA ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a AgdA ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Igualmente associado à volatilidade das taxas de juro está a remuneração garantida dos contratos de concessão e parceria, e consequentemente o desvio de recuperação de gastos.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE À VARIAÇÃO DA TAXA DE JURO

	31.12.2017	Taxa Média + 1%	Taxa Média - 1%
Juros Suportados	1 108 988	1 637 253	578 995
Total	1 108 988	1 637 253	578 995

Nota 3.5. Risco de capital

O objetivo da AgdA em relação à gestão de capital, infere num conceito mais amplo do que o capital relevado na face balanço, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital.

O objetivo da gestão do risco do capital é salvaguardar a continuidade das operações do grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

RISCO DE CAPITAL

	31.12.2017	31.12.2016
Empréstimos não correntes	(49 545 182)	(41 772 727)
Empréstimos correntes	(1 377 545)	(10 110 289)
Disponibilidades	856 183	653 567
Dívida	(50 066 544)	(51 229 449)
Subsídios ao investimento	42 731 666	36 870 972
Total do capital próprio	5 066 874	3 242 574
Capital	97 865 084	91 342 995
Dívida/total do capital	51%	56%

O modelo de financiamento da AgdA assenta tipicamente em dois tipos. O financiamento bancário remunerado com particular incidência nos financiamentos contraídos junto da banca comercial, suprimentos dos acionistas e no capital próprio e subsídios ao investimento não reembolsáveis.

Nota 3.6 Risco regulatório

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pela AgdA e pelo Grupo. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, com todas as consequências adversas que daí resultam. De forma a minimizar estes riscos, a AgdA tem procurado acompanhar mais de perto as atividades do regulador, procurando, assim, antecipar potenciais impactos negativos nas empresas decorrentes das regras emanadas pela ERSAR.

Em 6 de março, foi publicada a Lei n.º 10/2014, que aprovou os novos Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). Esta publicação vem no decurso da Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, que aprovou a lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privados, público e cooperativo. De acordo com os novos estatutos, a ERSAR viu aumentada a sua independência de atuação (artigo 2.º), expandido o universo de entidades sujeitas a regulação (artigo 4.º) e reforçados os seus poderes e atribuições

sobre as entidades reguladas (artigos 5.º, 9.º, 10.º e 11.º). Em face das alterações em concretização nos sectores das águas e dos resíduos, o reforço dos poderes da ERSAR constitui um desafio significativo quer para a entidade reguladora quer para as entidades reguladas. É expectativa da AgdA e do Grupo que, com este reforço de poderes da ERSAR, o sector integre uma agenda consentânea com a fase de desenvolvimento em que se encontra, colocando-se o enfoque na sustentabilidade de forma integrada, nas vertentes económica, social e ambiental.

Nota 4. Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da AgdA são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Nota 4.1 Provisões e ajustamentos

A AgdA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A AgdA é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar deve ser registada uma provisão para essas contingências.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daquele pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Nota 4.2. Ativos intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o método de depreciação é essencial para a determinar o montante de depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão, no entanto, tratando-se de uma atividade concessionada e regulada a vida útil dos ativos está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (e prazo da parceria).

Para cálculo das amortizações a AgdA utiliza as estimativas de investimento e caudais vertidas na revisão do EVEF do Aditamento ao Contrato de Gestão assinado em 22 de dezembro de 2015.

Nota 4.3. Passivos Financeiros

A AgdA reconhece a compensação pecuniária a liquidar aos Municípios pela integração de infraestruturas como um passivo financeiro atualizado ao valor presente.

Nos termos do Contrato de Gestão os Municípios têm direito a uma contrapartida pecuniária sob a forma de retribuição, pela afetação das infraestruturas à atividade operacional. O valor foi calculado com base no EVEF, atualizando os valores à data de integração.

Decorrente da celebração do aditamento ao contrato de gestão, assinado entre os parceiros em 22 de dezembro de 2015, a remuneração a liquidar aos municípios pela integração do património assume um valor máximo de 3,5% do volume de negócio, assumindo-se ainda a obrigação de pagamento pelos respetivos períodos tarifários, ou seja quinquenal.

Nota 5. Instrumentos Financeiros por categoria

INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA					
	Empréstimos e contas a receber	Passivos financeiros ao custo amortizado	TOTAL	Ativos e passivos não classificados como instrumentos financeiros	Total de balanço a 31.12.2017
Ativos intangíveis	0	0	0	90 186 316	90 186 316
Investimentos financeiros			0	2 441	2 441
Impostos diferidos ativos	0	0	0	2 128 376	2 128 376
Desvio Tarifário Ativo	0	0	0	0	0
Cientes não Correntes	2 872 924	0	2 872 924	0	2 872 924
Inventários	0	0	0	99 859	99 859
Cientes Correntes	9 164 304	0	9 164 304	0	9 164 304
Estado e outros entes públicos	758 774	0	758 774	0	758 774
Outros ativos correntes	8 226 210	0	8 226 210	0	8 226 210
Caixa e seus equivalentes	856 183	0	856 183	0	856 183
Total do ativo	21 878 395	0	21 878 395	92 416 993	114 295 388
Impostos diferidos Passivos	0	0	0	1 373 305	1 373 305
Fornecedores e outros passivos não correntes	0	1 142 219	1 142 219	0	1 142 219
Desvio Tarifário Passivo	0	0	0	389 048	389 048
Acréscimo de Gastos Investimento Contratual	0	0	0	3 447 957	3 447 957
Subsídios ao Investimento	0	0	0	42 731 666	42 731 666
Empréstimos correntes	0	1 377 545	1 377 545	0	1 377 545
Empréstimos não correntes	0	49 545 182	49 545 182	0	49 545 182
Fornecedores	0	6 422 736	6 422 736	0	6 422 736
Outros passivos correntes	0	2 322 039	2 322 039	0	2 322 039
Imposto sobre o rendimento do exercício	0	30 423	30 423	0	30 423
Estado e outros entes públicos	0	446 393	446 393	0	446 393
Total do passivo	0	61 286 538	61 286 538	47 941 975	109 228 514

Nota 6. Ativos intangíveis

ACTIVOS INTANGÍVEIS		
	31.12.2017	31.12.2016
Despesas de desenvolvimento	462 633	473 925
Propriedade industrial e outros direitos	0	0
Direitos de utilização de infraestruturas (DUI)	89 723 683	82 410 196
Total	90 186 316	82 884 121

MOVIMENTO DO PERÍODO DO ATIVO							
Valor Bruto	31.12.2016	Aumentos	Diminuições	Alienações	Transferências	Reclassificações	31.12.2017
Despesas de desenvolvimento	566 667	0	0	0	0	0	566 667
Direitos de utilização de infraestruturas (DUI)	91 958 293	9 785 290	0	0	0	0	101 743 583
Total Bruto	92 524 960	9 785 290	0	0	0	0	102 310 251
Amortizações acumuladas	31.12.2016	Aumentos	Diminuições	Alienações	Transferências	Reclassificações	31.12.2017
Despesas de desenvolvimento	(92 742)	(11 292)	0	0	0	0	(104 034)
Direitos de utilização de infraestruturas (DUI)	(9 548 097)	(2 471 803)	0	0	0	0	(12 019 900)
Total de Amortizações	(9 640 839)	(2 483 095)	0	0	0	0	(12 123 934)
Total Líquido	82 884 121	7 302 195	0	0	0	0	90 186 316

DUI - MOVIMENTO DO PERÍODO						
Valor Bruto	31.12.2016	Aumentos	Diminuições	Transferências	Reclassificações	31.12.2017
Terrenos	132 731	0	0	0	307 982	440 713
Edifícios e outras construções	66 738 968	32 984	0	0	4 261 311	71 033 263
Equipamento básico	12 606 129	412 939	0	0	1 464 854	14 483 922
Equipamento de transporte	5 441	0	0	0	0	5 441
Equipamento administrativo	286 012	49 322	0	0	0	335 334
Outros	368 800	9 697	0	0	0	378 497
Investimento em Curso	11 820 213	9 280 349	0	0	(6 034 148)	15 066 414
Total do Ativo DUI Bruto	91 958 293	9 785 290	0	0	0	101 743 583
Amortizações acumuladas	31.12.2016	Aumentos	Diminuições	Transferências	Reclassificações	31.12.2017
Terrenos	0	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	(4 548 326)	(1 984 144)	0	0	0	(6 532 471)
Equipamento básico	(1 930 008)	(595 468)	0	0	0	(2 525 476)
Equipamento de transporte	(4 053)	(658)	0	0	0	(4 712)
Equipamento administrativo	(227 498)	(33 149)	0	0	0	(260 647)
Outros	(295 251)	(34 696)	0	0	0	(329 947)
Correção das Amortizações Investimento Realizado	(2 542 961)	498 363	(322 050)	0	0	(2 366 648)
Total de Amortizações DUI	(9 548 097)	(2 149 752)	(322 050)	0	0	(12 019 900)
Total do Ativo DUI Líquido	82 410 196	7 635 538	(322 050)	0	0	89 723 683

O valor registado em Reclassificações, no montante de 6,034 Milhões de euros, correspondem a investimentos concluídos em 2017, dos quais 5,273 milhões de euros correspondem a infraestruturas de saneamento e os restantes 0,761 Milhões de euros correspondem a infraestruturas de abastecimento de água.

Ao nível da execução do plano de investimentos, cujo valor realizado no ano atingiu os 9,280 M€ (com capitalização de encargos incluída), podemos destacar as obras de construção do Sistema da Magra, Melhoria do processo de tratamento da ETA do Roxo, ETAR de Montemor-o-Novo, ETAR de Beja e ETAR de Grândola.

Nota 7. Investimentos Financeiros

INVESTIMENTOS FINANCEIROS		
	31.12.2017	31.12.2016
Fundo de Compensação do Trabalho	2 441	1 366
Total de Investimentos Financeiros	2 441	1 366

Nota 8. Impostos diferidos

Na sequência da assinatura do Aditamento ao Contrato de Gestão foram distribuídos através da emissão de notas de crédito aos municípios, os desvios de recuperação de gastos positivos do primeiro período tarifário.

A distribuição dos desvios de recuperação de gastos originou um prejuízo fiscal acumulado de 1.500.342 euros no ano de 2016. Em 2017, o resultado fiscal foi positivo, tendo-se cifrado em 518 835 euros, permitiu recuperar 363 184 euros dos prejuízos fiscais acumulados.

IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS				
IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS	Saldo Inicial	Dotação	Utilização	Saldo Final
Taxa de IRC	21%	21%	21%	21%
Taxa de Derrama	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
Ativos por Impostos Diferidos				
Prejuízos	1 500 342	0	(363 184)	1 137 158
Outros				
Amortizações não aceites /investimento contratual não realizado	6 257 904	1 751 150	0	8 009 054
Desvio de Recuperação de Gastos (superavit tarifário)	52 597	336 451	0	389 048
Base de incidência	7 810 843	2 087 601	(363 184)	9 535 260
IRC	1 640 277	438 396	(76 269)	2 002 405
Derrama	94 658	31 314	0	125 972
Imposto diferido ativo reconhecido	1 734 935	469 710	(76 269)	2 128 376

IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS

IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS	Saldo Inicial	Dotação	Utilização	Saldo Final
Taxa de IRC	21%	21%	21%	21%
Taxa de Derrama	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
Passivos por impostos diferidos				
Outros				
Subsídios - inves. contratual não realizado	4 602 758	1 500 818	0	6 103 577
Desvio de Recuperação de Gastos (défice tarifário)	0	0	0	0
Base de incidência	4 602 758	1 500 818	0	6 103 577
IRC	966 579	315 172	0	1 281 751
Derrama	69 041	22 512	0	91 554
Imposto diferido passivo reconhecido	1 035 621	337 684	0	1 373 305

Nota 9. Desvios de Recuperação de Gastos

DESVIOS DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS (SALDOS ACUMULADOS)

	31.12.2017	31.12.2016
Desvios de recuperação de gastos Ativos (Deficit)	0	0
Desvios de recuperação de gastos Passivos (Superavit)	389 048	52 597
Total Desvio de Recuperação de Gastos	(389 048)	(52 597)

A AgdA evidencia nos seus documentos de prestação de contas os desvios de recuperação de gastos. Entenda-se o desvio de recuperação de gastos (neste caso Superavit) como a diferença entre o valor de rendimentos necessários à cobertura da totalidade dos custos, incluindo impostos sobre os resultados e a remuneração dos capitais próprios, e o valor dos rendimentos efetivamente arrecadado em cada um dos exercícios económicos.

À data de 31 de dezembro de 2017 a AgdA apresenta um *superavit tarifário* acumulado de 389 048 euros que corresponde ao valor do desvio de recuperação de gastos ocorrido em 2016 e 2017 uma vez que na sequência da assinatura do Aditamento ao Contrato de Gestão, foram distribuídos através da emissão de notas de crédito a clientes, os desvios de recuperação de gastos acumulados no primeiro período tarifário, 2010 a 2015.

Nota 10. Inventários

INVENTÁRIOS (SALDO ACUMULADO)

	31.12.2017	31.12.2016
Mercadorias	0	0
Matérias-primas	99 859	97 901
Produtos acabados	0	0
	99 859	97 901

VARIAÇÃO DOS INVENTÁRIOS

	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Saldo a 31 de dezembro de 2016	97 901	97 901
Compras	(824 494)	(824 494)
Regularização de Inventários	0	0
Custo das vendas/variação dos inventários	(826 451)	(826 451)
Total em Inventários a 31 de dezembro de 2017	99 859	99 859

As matérias-primas registadas em inventários correspondem aos reagentes químicos utilizados no processo de tratamento de águas para abastecimento e de tratamento de águas residuais.

Nota 11. Clientes não Correntes e Correntes

	31.12.2017	31.12.2016
CLIENTES		
Clientes Não Correntes		
Clientes Municípios	2 872 924	5 742 143
Total em Clientes Não Correntes	2 872 924	5 742 143
Clientes Correntes		
Clientes Nacionais	147 104	139 958
Clientes Grupo – Fornecimento ao município de Portel	39 672	11 626
Clientes Municípios Correntes	8 281 215	6 461 211
Devedores por acréscimos de Rendimentos	696 314	891 851
Total em Clientes Correntes	9 164 304	7 504 645
Total em Clientes	12 037 228	13 246 787

No ano de 2017 a AgdA registou em Clientes Não Correntes (Médio Longo Prazo) o valor correspondente aos acordos de pagamento celebrados com os municípios de Aljustrel, Grândola, Moura, Santiago do Cacém, Vendas Novas e Vidigueira conforme se poderá verificar nos quadros da nota 11.

De referir que a rubrica de clientes reduz comparativamente com 2016, o que reflete uma recuperação da dívida total de clientes em parte resultado da cessão a uma entidade bancária dos acordos de pagamentos dos municípios de Ourique e Serpa.

No que concerne com a rubrica de devedores por acréscimos de rendimentos, foi efetuada a especialização da venda de água no mês de Dezembro no montante de 461 600 euros, a especialização da prestação de serviços de saneamento no valor de 170 763 euros e a especialização dos rendimentos pelo débito das despesas de saneamento incorridas na AgdA no 4º trimestre de 2017 no montante de 63 951 euros.

De acordo com os procedimentos em vigor na empresa, a faturação das componentes variáveis de abastecimento de água e de saneamento referente ao mês de dezembro será efetuado a dia 15 de Janeiro de 2018 e o débito das despesas de Saneamento durante o mês de Fevereiro de 2018.

Nota 11.1. Clientes - Total da dívida por antiguidade

CLIENTES - MUNICIPIOS - TOTAL DA DÍVIDA POR VENCIMENTO

	Por faturar	Vencido	Não Vencido	Acordo de Pagamento	Total
Clientes Municipais e Grupo (Fornecimento de água a Portel)	696 314	4 770 791	2 056 946	4 366 075	11 890 125
Total em Dívida por Antiguidade	696 314	4 770 791	2 056 946	4 366 075	11 890 125

Nota 11.2. Clientes não Correntes

CLIENTES – NÃO CORRENTES

	N+2	N+3	N+4 a N+6	Médio Longo Prazo
Município de Moura	343 076	343 076	743 329	1 429 482
Município de Aljustrel	160 177	93 437	0	253 614
Município de Grândola	521 553	0	0	521 553
Município de Vidigueira	204 938	392 055	71 283	668 276
Total em Clientes Não Correntes	1 229 745	828 568	814 611	2 872 924

Nota 11.3. Clientes Correntes

CLIENTES CORRENTES

	31.12.2017	31.12.2016
Clientes c/c Nacionais	147 104	151 584
Clientes municípios e Grupo (fornecimento de água a Portel)	6 661 837	4 281 902
Clientes municípios Acordo	1 493 151	2 086 009
Clientes municípios TRH	165 898	93 300
Clientes municípios injunções	0	0
Clientes municípios juros de mora	0	0
Acréscimos de Rendimentos - Venda de Água	461 600	529 552
Acréscimos de Rendimentos - Saneamento	170 763	241 710
Acréscimos de Rendimentos - Água Residual	63 951	120 588
Total Clientes Correntes	9 164 304	7 504 645

Nota 11.4. Clientes Municípios - Acordos de Pagamento

CLIENTES – ACORDOS DE PAGAMENTO

	N / N+1	Curto Prazo	N+2	N+3	N+4 a N+6	Médio Longo Prazo	Acordo em Dívida
Município de Moura	285 897	285 897	343 076	343 076	743 329	1 429 482	1 715 379
Município de Aljustrel	160 177	160 177	160 177	93 437	0	253 614	413 791
Município de Grândola	521 553	521 553	521 553	0	0	521 553	1 043 107
Município de Vendas Novas	47 747	47 747	0	0	0	0	47 747
Município de Santiago do Cacém	317 390	317 390	0	0	0	0	317 390
Município de Vidigueira	160 386	160 386	204 938	392 055	71 283	668 276	828 662
Total em Clientes Não Correntes	1 493 151	1 493 151	1 229 745	828 568	814 611	2 872 924	4 366 075

Nota 11.5. Clientes Municípios - total da dívida sem acordo de pagamento por vencimento

CLIENTES – MUNICÍPIOS – TOTAL DA DÍVIDA POR VENCIMENTO s/ ACORDO DE PAGAMENTO (*)

	mais de 360 dias	240 a 360 dias	180 a 240 dias	120 a 180 dias	60 a 120 dias	Até 60 dias	Total Vencido	Não Vencido	Total	Total Faturado 2017
EMAS	162 078	453 941	205 745	191 300	246 818	354 596	1 614 478	369 202	1 983 680	2 102 102
Moura	0	0	0	0	0	0	0	7 135	7 135	1 390 044
Grândola	269 900	12 878	54 232	6 977	63 266	235 591	642 844	153 199	796 043	966 426
Vidigueira	0	(4 174)	0	0	57 912	119 843	173 581	84 253	257 834	520 563
Ourique	0	99 741	58 816	61 316	60 842	65 834	346 548	56 052	402 600	257 552
Aljustrel	226 193	90 455	36 166	44 872	125 504	184 277	707 467	150 406	857 873	912 954
Serpa	213 664	122 094	95 427	0	132 581	256 785	820 552	234 104	1 054 656	1 318 761
Montemor-o-Novo	0	0	0	0	0	52 640	52 640	53 104	105 745	519 408
Castro Verde	0	0	0	0	57 085	108 180	165 264	92 165	257 430	567 936
Odemira	0	0	0	0	0	123 933	123 933	270 416	394 350	1 696 115
Viana do Alentejo	53 149	19 612	0	0	0	7 110	79 870	65 839	145 709	439 203
Vendas Novas	0	0	0	0	0	0	0	(1 723)	(1 723)	1 132 471
Santiago do Cacém	0	0	0	0	0	0	0	116 125	116 125	1 422 921
Alcácer do Sal	0	0	0	0	0	0	0	168 623	168 623	1 121 677
Cuba	0	0	0	0	23 752	20 977	44 729	99 991	144 720	342 291
Arraiolos	0	0	0	0	0	0	0	27 422	27 422	359 987
Mértola	(665)	337	0	(124)	(664)	0	(1 116)	51 541	50 425	431 708
Alvito	0	0	0	0	0	0	0	16 220	16 220	211 652
Barrancos	0	0	0	0	0	0	0	2 266	2 266	93 615
AVT	0	0	0	0	0	0	0	40 683	40 683	232 684
Almodôvar	0	0	0	0	0	0	0	(77)	(77)	389 279
Total em Dívida por Antiguidade	924 319	794 884	450 386	304 340	767 096	1 529 766	4 770 791	2 056 946	6 827 736	16 429 349

(*) Os montantes acima referidos incluem IVA e TRH faturados aos Municípios.

Nota 12. Estado e Outros Entes Públicos

ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS		
	31.12.2017	31.12.2016
IVA a receber	758 774	1 277 757
EOEP ativos	758 774	1 277 757
IVA a pagar	0	0
Retenções - IRS	30 813	28 417
Retenções - Segurança social	41 179	39 537
Retenções - CGA e FCT	11 712	12 563
Outras Tributações - TRH	362 689	350 555
EOEP passivos	446 393	431 072
Total em EOEP	312 381	846 685

Nota 13. Outros Ativos Correntes

OUTROS ATIVOS CORRENTES		
	31.12.2017	31.12.2016
Devedores Diversos - POSEUR	146 882	569 671
Adiantamentos a fornecedores	11 739	9 623
Adiantamentos a fornecedores de investimentos	6 670 967	3 325 178
Outros devedores	17 178	8 910
Acréscimos de Rendimentos	1 160 772	1 072 213
Gastos a Reconhecer	218 671	203 712
Total de Outros Ativos Correntes	8 226 210	5 189 307

O valor registado na rubrica de acréscimo de rendimentos respeita à especialização dos juros de mora a debitar a clientes pelo atraso de pagamento de faturas conforme disposto no Contrato de Gestão e legislação aplicável.

A rubrica com maior expressão corresponde aos adiantamentos a fornecedores de investimento e resulta dos adiantamentos efetuados aos empreiteiros em fase de arranque de empreitadas, no montante de 3.177.119 euros a 31 de dezembro de 2017 e dos adiantamentos aos municípios pela retribuição do património integrado no montante de 3.493.848 euros. Atendendo ao facto de que na sequência do aditamento ao contrato de gestão foi definido o montante máximo da retribuição e que em 2017 a AgdA iniciou o processo de avaliação do património integrado, prevendo-se a conclusão no primeiro semestre de 2018, considera-se que em 2018 a empresa estará em condições de propor aos municípios as retribuições por entidade e consequentemente efetuar a regularização destes adiantamentos por contrapartida de passivos.

Nota 14. Caixa e Bancos

CAIXA E BANCOS		
	31.12.2017	31.12.2016
Caixa	3 600	3 600
Depósitos à ordem	852 583	649 967
Depósitos a prazo	0	0
Total em Caixa e Bancos	856 183	653 567

Nota 15. Capital Social

CAPITAL SOCIAL					
Entidade	%	Capital subscrito 31.12.2017	Capital realizado 31.12.2017	Capital subscrito 31.12.2016	Capital realizado 31.12.2016
AdP - Águas de Portugal, S.G.P.S., S.A.	51%	3 381 300	2 455 650	1 530 000	1 530 000
AMGAP - Associação de Municípios para Gestão de Água Pública do Alentejo	49%	3 248 700	2 359 350	1 470 000	1 470 000
	100%	6 630 000	4 815 000	3 000 000	3 000 000

Nota 15.1. Movimentos em Capital

MOVIMENTOS EM CAPITAL PRÓPRIO					
	Capital social	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	TOTAL
Saldo a 31 de dezembro de 2016	3 000 000	19 034	0	223 541	3 242 574
Realização de Capital	1 815 000	0	0	0	1 815 000
Aplicação do res. Líquido de 2016	0	11 177	212 363	0	223 541
Distribuição de Dividendos	0	0	(212 363)	0	(212 363)
Resultado líquido do período	0	0	0	221 663	221 663
Saldo a 31 de dezembro de 2017	4 815 000	30 211	0	221 663	5 066 874

Nota 15.2. Resultado por Ação

RESULTADO POR ACÇÃO		
	31.12.2017	31.12.2016
Resultado líquido	221 663	223 541
Número médio de ações (5,00Eur/cada)	660 500	600 000
Resultado por ação	0,34	0,37

É de referir que a realização do aumento de capital foi efetuada apenas em dezembro de 2017, correspondendo o resultado líquido à remuneração acionista e sendo esta calculada apenas no período em que o capital próprio se encontra, o resultado por ação é influenciado pelo aumento ocorrido apenas no final do ano.

Nota 16. Fornecedores e Outros Passivos não Correntes

FORNECEDORES E OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES		
	31.12.2017	31.12.2016
Pagamento de Renda de Infraestruturas	1 142 219	2 202 748
Total em Fornecedores e Outros Passivos não Correntes	1 142 219	2 202 748

A 31 de Dezembro de 2017 a rubrica compreende o compromisso assumido pela integração de infraestruturas municipais e a liquidar aos municípios no período de 2019 a 2020.

Nota 17. Acréscimos de Gastos de Investimentos Contratual

ACRESCIMO DE GASTOS DE INVESTIMENTO CONTRATUAL						
	31.12.2016	Aumento	Diminuições	Reclassificações	Transferências	31.12.2017
Acréscimos de gastos de invest. contratual	1 986 736	1 783 271	(322 050)	0	0	3 447 957
	1 986 736	1 783 271	(322 050)	0	0	3 447 957

Esta rubrica respeita aos acréscimos de gastos de investimentos contratuais por realizar. Estes acréscimos permitem uma estabilização da tarifa, balanceando, durante o prazo da parceria, os rendimentos (tarifas) e os gastos (incorridos e a incorrer). Considerou-se em investimento contratual valor de 181.091.512 euros conforme nota 2.5.3 a que corresponde o investimento total de Abastecimento de Água e de Saneamento considerado no primeiro e segundo períodos tarifários do Aditamento ao Contrato de Gestão

O valor desta rubrica corresponde à aplicação da taxa de depleção calculada em cada ano ao investimento previsto na parceria no primeiro e segundo período tarifário e ainda não realizado.

Nota 18. Subsídios ao Investimento

SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO				
	31.12.2016	Pedidos de Pagamento	Reconhecimento de Proveitos	31.12.2017
Candidaturas - POVT I41	20 499 482	-	523 066	19 976 416
Candidaturas - POVT I40	15 755 697	-	257 594	15 498 103
Candidaturas - POSEUR-03-2012-FC-000019	(31 675)	738 827	56 816	650 336
Candidaturas - POSEUR-03-2012-FC-000020	(1 949)	255 078	3 497	249 632
Candidaturas - POSEUR-03-2012-FC-000021	(36 134)	1 925 731	64 813	1 824 784
Candidaturas - POSEUR-03-2012-FC-000022	98 859	1 359 391	66 074	1 392 177
Candidaturas - POSEUR-03-2012-FC-000024	(2 653)	52 409	4 760	44 996
Candidaturas - POSEUR-03-2012-FC-000043	17 863	569 424	24 219	563 068
Candidaturas - POSEUR-03-2012-FC-000759	438 784	1 798	25 599	414 983
Candidaturas - POSEUR-03-2012-FC-000760	(164 448)	909 039	167 902	576 688
Candidaturas - POSEUR-03-2012-FC-000761	(151 634)	1 891 413	154 819	1 584 960
Candidaturas - POSEUR-03-2012-FC-000762	876 916	317 905	79 396	1 115 426
Candidaturas - POSEUR-03-2012-FC-000763	(200 376)	471 399	289 219	(18 196)
Candidaturas - POSEUR-03-2012-FC-000764	474 414	17 271	264 006	227 679
Candidaturas - POSEUR_Outros AA	(618 495)	-	517 118	(1 135 614)
Candidaturas - POSEUR_Outros AR	(83 678)	-	150 094	(233 772)
Total em Subsídios ao Investimento	36 870 972	8 509 685	2 648 991	42 731 666

Em 2017 foi reconhecido em subsídios ao investimento os pedidos de pagamento das despesas efetuadas no âmbito dos contratos de financiamento do POSEUR. Pelo direito ao Subsídio, a empresa reconhece em rendimentos, a percentagem do subsídio correspondente ao caudal do exercício comparativamente com o caudal total previsto até ao final da parceria. Assim, em 2017 foi reconhecido o direito ao subsídio através de pedidos de pagamento efetuados no montante de 8,661 milhões de euros. Foi ainda reconhecido em rendimento o montante de 2,649 milhões de euros que correspondem à quota-parte do subsídio, pelo caudal do exercício face ao caudal total previsto até ao final da parceria. Encontra-se por reconhecer em rendimentos o montante de 42,732 milhões de euros.

Nota 19. Empréstimos

EMPRÉSTIMOS		
	31.12.2017	31.12.2016
Empréstimos bancários BEI	0	0
Empréstimos bancários - banca comercial	0	0
Empréstimos - Locação financeira	0	0
Empréstimos - Empresa-mãe	49 545 182	41 772 727
Empréstimos Não correntes	49 545 182	41 772 727
Descobertos bancários	0	6 883 016
Empréstimos - Empresa-mãe	1 377 545	227 273
Empréstimos - Curto Prazo	0	3 000 000
Empréstimos Correntes	1 377 545	10 110 289
Total de empréstimos	50 922 727	51 883 016

Decorrente do Decreto-Lei n.º 133/2013, a AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. tem vindo a financiar-se com suprimentos da AdP SGPS e com linhas de financiamento de curto prazo. Consciente de que o endividamento foi contraído para suprir necessidades de tesouraria da atividade de investimento, cuja recuperação económica será através da tarifa, o contrato de suprimentos celebrado com a AdP SGPS é amortizável em Médio e Longo Prazo permitindo desta forma uma consolidação da situação financeira da empresa.

Com esta estratégia de financiamento foi possível criar um equilíbrio financeiro entre o passivo e o ativo de curto prazo.

Pese embora o acima referido, a AgdA mantém alguns financiamentos de curto prazo, permitindo a gestão corrente da empresa. Importa ainda referir que as entidades financiadoras não efetuaram qualquer comunicação no sentido de a AgdA amortizar a dívida no curto prazo.

Nota 19.1. Empréstimos por intervalos de maturidade

MATURIDADE DOS EMPRÉSTIMOS		
	31.12.2017	31.12.2016
Até 1 ano	1 377 545	10 110 289
De 1 a 2 anos	45 681 545	37 454 545
De 2 a 3 anos	454 545	454 545
De 3 a 4 anos	454 545	454 545
De 4 a 5 anos	454 545	454 545
Superior a 5 anos	2 500 000	2 954 545
	50 922 727	51 883 016

Nota 19.2. Empréstimos por tipo de taxa de juro

EMPRESTIMOS POR TIPO DE TAXA DE JURO		
Taxa de juro variável	31.12.2017	31.12.2016
Até 1 anos	923 000	9 883 016
De 1 a 2 anos	45 227 000	37 000 000
De 2 a 3 anos	0	0
Superior a 3 anos	4 772 727	5 000 000
	50 922 727	51 883 016

Nota 19.3. Linhas de crédito contratadas e não utilizadas

LINHAS DE CRÉDITO CONTRATADAS E NÃO UTILIZADAS		
	31.12.2017	31.12.2016
Expira num ano (taxa variável)	8 077 000	14 116 984
Expira para lá de 1 ano (taxa variável)	0	0
	8 077 000	14 116 984

Nota 19.4. Linhas de crédito contratadas por tipo de aval

LINHAS DE CRÉDITO CONTRATADAS POR TIPO DE AVAL			
Entidade	Tipo de Financiamento	Valor	Garantia/Aval
Banco Comercial Português	Descoberto Bancários	2 000 000	Aval AdP
Caixa Geral de Depósitos	Descoberto Bancários	2 000 000	Aval AdP
		4 000 000	

Nota 20. Fornecedores Correntes

FORNECEDORES CORRENTES		
	31.12.2017	31.12.2016
Fornecedores gerais	1 704 741	1 595 816
Fornecedores empresas do Grupo e Municípios	344 964	294 128
Fornecedores faturas em Receção e conferência	(972)	1 169
Fornecedores de investimentos	4 374 003	3 242 854
Total em Fornecedores Correntes	6 422 736	5 133 966

Nota 21. Outros Passivos Correntes

OUTROS PASSIVOS CORRENTES		
	31.12.2017	31.12.2016
Acréc. Custos-Férias e Subs. de Férias (ano n+1)	332 214	318 370
Pessoal - Out Oper.c/Pessoal-Desc.Judiciais	699	738
Sindicatos	251	203
Pessoal -Out Oper.c/Pessoal.-Aviso Prévio	1 688	0
Credores Acréscimos Gastos-Seguros	352	4 961
Credores Acréscimos Gastos-Juros Encargos Liquidar	141 062	162 321
Credores Acréscimos Gastos-Eletricidade	254 466	303 351
Credores Acréscimos Gastos-Outros	824 065	700 860
Cauções Fornecedores	542 812	298 745
Outros Credores-Outros	0	180
Rendimentos Reconhecer-Outros	224 429	430 863
Total de Outros Passivos Correntes	2 322 039	2 220 591

A AgdA tem vindo a celebrar acordos de pagamento com os seus clientes para pagamento de dívida de vencida. Os acordos de pagamento celebrados incluem juros de mora e juros financeiros, que correspondem à taxa média de financiamento da empresa. Os juros financeiros são faturados no momento da celebração do acordo sendo o rendimento reconhecido em cada período. O valor mensurado em Rendimentos a Reconhecer corresponde na íntegra ao diferimento dos juros financeiros faturados e incluídos em acordos de transação.

Nota 22. Imposto do Exercício - Corrente e Diferido

IMPOSTO DO EXERCÍCIO			
	TAXA	31.12.2017	31.12.2016
Lucro Tributável		518 835	-
Prejuízos fiscais		(363 184)	(509 169)
Matéria Coletável		155 650	(509 169)
Imposto a pagar	21,00%	31 624	-
Derrama	1,50%	7 783	-
Derrama estadual		-	-
Tributação Autónoma		18 372	25 848
IRC estimado no exercício		-	25 848
Provisão para imposto		-	-
Total do Imposto Corrente		57 779	25 848
Imposto Diferido		(55 757)	54 241
Total do Imposto Diferido		(55 757)	54 241
Total do Imposto do Exercício		2 021	80 089

Nota 22.1. Imposto do Exercício - Imposto Corrente

IMPOSTO DO EXERCÍCIO - IMPOSTO CORRENTE		
	31.12.2017	31.12.2016
Estimativa de imposto a pagar	57 779	25 848
Pagamento Especial por Conta	(27 355)	0
Pagamento por Conta	0	0
Retenção de Capitais	0	0
Passivo - Total do Imposto a Pagar	30 423	25 848
Ativo - Total do Imposto a Receber	0	0
Total do Imposto	30 423	25 848

Nota 22.2. Reconciliação entre a taxa normal e a taxa efetiva de imposto

RECONCILIAÇÃO ENTRE TAXA NORMAL E TAXA EFETIVA DE IMPOSTO		
	31.12.2017	31.12.2016
Resultado antes de Imposto	223 684	303.630
A acrescentar		
Amortizações de Investimento realizado não aceites fiscalmente	1 751 150	1 549 191
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações	333	6 268
Indeminizações por eventos seguráveis	222	1 823
Correções de exercícios anteriores	-	15 736
Outros Proveitos Não Aceites Fiscalmente (Desvios de recuperação de gastos - Superavit)	336 451	52.597
A acrescentar	2 311 840	1 625 615
A deduzir		
Proveitos de reconhecimento de subsídios QREN não aceites fiscalmente	1 627 868	1 375 030
Outros Proveitos Não Aceites Fiscalmente (Desvios de recuperação de gastos - Superavit) - Devolvido Tarifa	-	943 055
Benefícios fiscais	165 137	120 329
A deduzir	1 793 005	2 438 415
Lucro Tributável	518 835	-
Prejuízos fiscais	363 184	509 169
Matéria Coletável	155 650	509 169
Imposto à taxa de 12,5%	1 563	-
Imposto à taxa de 21%	30 062	-
Derrama à taxa de 1,5%	7 783	-
Tributação Autónoma	18 372	25 848
Pagamento especial por conta	(27 355)	-
Passivo - Total do Imposto a Pagar	30 423	25 848
Ativo - Total do Imposto a Receber	-	-
Taxa efetiva de imposto	19,55%	5,08%

Nota 22.3. Cálculo do Resultado Fiscal

CÁLCULO DO RESULTADO FISCAL		
	31.12.2017	31.12.2016
Resultado Contabilístico	223 684	303 630
Despesas Não Aceites Fiscalmente	554	23 828
Outros Custos não aceites fiscalmente - IFRIC 12 Amortização do Investimento contratual	1 751 150	1 549 191
Outros Custos não aceites fiscalmente - Desvios de recuperação de gastos	336 451	52 597
Rendimentos Não Aceites Fiscalmente	-	-
Outros Proveitos não aceites fiscalmente (Reconhecimento QREN)	(1 627 868)	(1 375 030)
Outros Proveitos Não Aceites Fiscalmente (Desvios Tarifários - Superavit) - Devolvido Tarifa	-	(943 055)
Benefícios Fiscais	(165 137)	(120 329)
Dedução de Prejuízos Fiscais acumulados	(363 184)	-
Cálculo do Resultado Fiscal	155 650	(509 168)

Nota 23. Vendas, Prestações de Serviços e Desvios de Recuperação Gastos

VOLUME DE NEGÓCIOS		
	31.12.2017	31.12.2016
Vendas	11 126 411	10 834 559
Prestações de Serviços	3 088 287	2 428 107
Rend. de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	9 785 290	5 608 615
Desvios de Recuperação de Gastos	(336 451)	(52 597)
Volume de Negócios	23 663 537	18 818 684

No que diz respeito à rubrica de Vendas, comparativamente com exercício de 2016, em 2017 verifica-se um aumento resulta do aumento dos volumes fornecidos em 2017 bem como pela atualização da tarifa em 0,51%.

A rubrica de Prestações de Serviços considera os montantes referentes ao tratamento e rejeição de efluentes. Em 2017, verificou-se um aumento comparativamente com 2016 resultado de se ter iniciado a faturação em algumas ETAR intervencionadas pela AgdA cuja licença de descarga foi obtida em 2017. Concorre também para o aumento a variação dos caudais recolhidos (superiores aos de 2016) bem como a atualização da tarifa igualmente em 0,51%. Para as restantes infraestruturas, que ainda não foi praticada a tarifa contratual e que serão objeto de intervenção no âmbito do plano de investimentos da AgdA, em 2017 manteve-se o ressarcimento dos gastos suportados com a operação e manutenção das infraestruturas, sendo o rédito deste reconhecido na rubrica de outros rendimentos e ganhos operacionais.

Na sequência do disposto no Contrato de Gestão, a AgdA evidencia nos seus documentos de prestação de contas os desvios de recuperação de gastos. Entenda-se o desvio de recuperação de gastos como a diferença entre o valor de rendimentos necessários à cobertura da totalidade dos gastos, incluindo impostos sobre os resultados e a remuneração dos capitais próprios, e o valor de rendimentos efetivamente arrecadado em cada um dos exercícios económicos.

No ano de 2017 a empresa gerou um *superavit tarifário* de 336.451 euros.

Nota 23.1. Vendas e prestações de serviços por tipo de clientes

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR TIPO DE CLIENTE					
	Empresa Mãe	Associadas	Municípios	Outros	Total
Vendas	-	-	11 126 411	-	11 126 411
Prestações de Serviços	-	-	3 088 287	-	3 088 287
Rend. de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	-	-	9 785 290	-	9 785 290
Desvios de Recuperação de Gastos	-	-	(336 451)	-	(336 451)
Volume de Negócios	-	-	23 663 537	-	23 663 537

Nota 23.2. Vendas e prestações de serviços por mercado

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR MERCADO			
	Nacional	Internacional	Total
Vendas	11 126 411	-	11 126 411
Prestações de Serviços	3 088 287	-	3 088 287
Rend. de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	9 785 290	-	9 785 290
Desvios de Recuperação de Gastos	(336 451)	-	(336 451)
Total por Mercado	23 663 537	-	23 663 537

Nota 23.3. Vendas e prestações de serviços por área de negócios

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ÁREA DE NEGOCIO					
	Produção	Saneamento	Serviços	Desvios Recuperação Gastos	Total
Vendas	11 126 411	-	-	-	11 126 411
Prestações de Serviços	-	3 088 287	-	-	3 088 287
Rend. de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	-	-	9 785 290	-	9 785 290
Desvios de Recuperação de Gastos	-	-	-	(336 451)	(336 451)
Total por Área de Negócios	11 126 411	3 088 287	9 785 290	(336 451)	23 663 537

Nota 24. Custo das Vendas

CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATERIAS CONSUMIDAS		
	31.12.2017	31.12.2016
Custo das vendas/variação dos inventários	826 451	716 698
Gastos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	9 785 290	5 608 615
Custo das Vendas	10 611 742	6 325 312

Conforme anteriormente referido em 2017 verificou-se um aumento de caudais de abastecimento de água resultando num aumento do gasto suportado com reagentes aplicados no processo produtivo. De referir que nesta rubrica foi registado o valor de aquisição de água bruta ao Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA), no montante de 102 mil euros, pela necessidade de reposição dos níveis da barragem do Roxo, situação que foi originada pela diminuição dos níveis da albufeira por motivo de Seca.

No que respeita aos gastos de construção em ativos da parceria, a variação está relacionada com a execução do investimento da AgdA, tendo-se verificado um aumento do serviço de conceção e construção de infraestruturas em cerca de 80% do valor executado em 2016. Tal facto está relacionado com o arranque efetivo do 2º do ciclo de investimento sendo ainda expectativa que para 2018 o valor venha a cercar em função dos investimentos programados e candidatados ao POSEUR.

Nota 25. Fornecimentos e Serviços Externos

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS		
	31.12.2017	31.12.2016
SubContratos	949 478	941 776
Serviços Especializados	3 088 097	2 746 581
Materiais	23 705	25 168
Energia e Fluidos	2 942 887	3 109 013
Deslocações Estadas e Transporte de Mercadorias	248 450	477 249
Serviços Diversos	1 009 574	781 355
Fee's de Gestão	419 301	345 287
Sub Total	8 681 492	8 426 429
Capitalização de Encargos	(19 314)	(162 685)
Total de Fornecimentos e Serviços Externos	8 662 178	8 263 743

A variação da rubrica em análise resulta, em parte, da conclusão dos investimentos executados pela empresa que por forma a garantir o serviço em qualidade e quantidade, representam por vezes um aumento dos custos por adoção de tecnologias mais avançadas e soluções mais adequadas aos tratamentos.

Acresce ao referido que por necessidade de contratação de pessoal, foi necessário a AgdA reforçar as prestações de serviço em subcontratos. Relativamente a deslocações estadas e transporte, é registado na rubrica o recurso a transporte de água por autotanque tendo em 2017 existido a necessidade de reforçar o abastecimento a algumas localidades por perda de produtividade de algumas captações tendo o valor total suportado em 2017 ascendido a 476 mil euros, parcialmente registado em rubrica de serviços diversos uma vez que decorreu de uma situação particularmente vivida em 2017 e que se relacionou com a Seca sentida na região.

Importa ainda referir que a variação dos Fee's Gestão representam um aumento na medida em que é calculado em função do volume de negócios tendo este aumentado pelo início da faturação de saneamento. Acresce ao referido que em 2017, na sequência da assinatura do acordo parassocial houve necessidade proceder à correção dos montantes registados em 2016 o que originou uma variação em 2017.

Merce particular destaque a diminuição verificada na rubrica de energia e fluidos, contrariando todas as tendências das demais rubricas. Esta situação decorre essencialmente de dois factos. Um relacionado com a diminuição dos quilowatts consumidos mas idêntico volume de água tratada e outro pelo facto de se procurar otimizar processos produtivos privilegiando a atividade em períodos em que o custo energético é mais baixo.

Nota 26. Gastos com pessoal

GASTOS COM PESSOAL		
	31.12.2017	31.12.2016
Remunerações Órgãos Sociais	243 733	111 037
Remunerações Pessoal	1 964 600	1 986 888
Indemnizações	70	-
Encargos sociais sobre remunerações	493 567	471 117
Gastos de Ação Social	29 209	13 467
Outros custos com pessoal	221 616	232 371
Sub Total	2 952 796	2 814 880
Capitalização custos c/ Pessoal	(272 510)	(283 426)
Total de Gastos com Pessoal	2 680 286	2 531 454

A rubrica de Gastos com o Pessoal representa um aumento resultado da alteração verificada em 2017 nos órgãos executivos do Conselho de Administração, passando a ser composta por uma Comissão Executiva de 3 elementos, dos quais um é Presidente Executivo, um é Vice-Presidente e outro é vogal executivo. Desta alteração resulta um aumento das remunerações dos órgãos sociais e o respetivo impacto ao nível dos encargos sociais sobre remunerações.

Pese embora o acima referido, verifica-se uma ligeira redução nas remunerações do pessoal, resultado da diminuição de 2 colaboradores que não foram possíveis substituir ainda em 2017.

Nota 26.1. Quadro de Pessoal

QUADRO DE PESSOAL		
Número médio de colaboradores durante o período	31.12.2017	31.12.2016
Órgãos sociais	9	9
Trabalhadores efetivos e outros	120	122
	129	131
Número de colaboradores a 31 de Dezembro	31.12.2017	31.12.2016
Órgãos sociais	9	9
Trabalhadores efetivos e outros	120	122
	129	131

Nota 27. Depreciações, Amortizações e Reversões do Exercício

DEPRECIAÇÕES, AMORTIZAÇÕES E REVERSÕES DO EXERCÍCIO

	31.12.2017	31.12.2016
Amortizações de ativos intangíveis	2 161 045	2 059 600
Acréscimos de custos do investimento contratual	1 783 271	1 777 670
Total de Depreciações, Amortizações e Reversões do Exercício	3 944 315	3 837 270

As depreciações, amortizações e reversões do exercício são registadas de acordo com o método da depleção, ou seja, de acordo com os caudais do exercício.

Para base deste cálculo foi considerado todo o investimento contratual do primeiro e segundo período tarifário acrescido do Património Integrado e dos ativos adquiridos diretamente para rubricas de Ativo Intangível, deduzido das amortizações acumuladas. Em resultado do exposto, as amortizações do exercício tiveram como base de cálculo um investimento total líquido de abastecimento de água de 97.217.018 euros a uma taxa de depleção de 2,6834%, e um investimento total líquido de saneamento de 55.541.500 euros a uma taxa de depleção de 1,5367%. Acresce a este valor as amortizações do património integrado de abastecimento de água e de saneamento de 2.176.195 euros e 987.504 euros, respetivamente, cujo gasto registado foi de 333.657 euros e de 148.410 euros, respetivamente.

De referir que a variação dos montantes entre exercícios está relacionada com o aumento de caudal verificado em 2017 nas atividades de abastecimento e saneamento, resultando deste facto um aumento da taxa de depleção.

Nota 28. Subsídios ao Investimento

RECONHECIMENTO DE SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

	31.12.2017	31.12.2016
Subsídio da Candidatura POVT-02-0146-FCOES-000140	257 594	143 610
Subsídio da Candidatura POVT-02-0146-FCOES-000141	523 066	512 306
Subsídio da Candidatura POSEUR-03-2012-FC-000019	56 816	31 675
Subsídio da Candidatura POSEUR-03-2012-FC-000020	3 497	1 949
Subsídio da Candidatura POSEUR-03-2012-FC-000021	64 813	36 134
Subsídio da Candidatura POSEUR-03-2012-FC-000022	66 074	36 837
Subsídio da Candidatura POSEUR-03-2012-FC-000024	4 760	2 653
Subsídio da Candidatura POSEUR-03-2012-FC-000043	24 219	13 502
Subsídio da Candidatura POSEUR-03-2012-FC-000759	25 599	25 073
Subsídio da Candidatura POSEUR-03-2012-FC-000760	167 902	164 448
Subsídio da Candidatura POSEUR-03-2012-FC-000761	154 819	151 634
Subsídio da Candidatura POSEUR-03-2012-FC-000762	79 396	77 762
Subsídio da Candidatura POSEUR-03-2012-FC-000763	289 219	283 270
Subsídio da Candidatura POSEUR-03-2012-FC-000764	264 006	258 574
Subsídio da Candidatura Outro AA	517 118	618 495
Subsídio da Candidatura Outro AR	150 094	83 678
Total de Subsídios ao Investimento	2 648 991	2 441 601

Alinhado com os pressupostos da nota 27, a AgdA reconheceu o subsídio do investimento contratual do primeiro e segundo período tarifário de acordo com o método da depleção.

Para base de cálculo do reconhecimento do subsídio no exercício foi considerada a comparticipação efetivamente verificada no âmbito do POVT a que acresce os contratos de financiamento do POSEUR a uma taxa de comparticipação comunitária de 85%. Para o restante investimento contratual programado que não se encontra atualmente abrangido por programa de apoio comunitário, foi estimada uma taxa de comparticipação idêntica à do POSEUR, ou seja, 85%.

Nota 29. Outros Gastos e Perdas Operacionais

OUTROS GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS

	31.12.2017	31.12.2016
Impostos	106 750	46 456
Multas e Penalidades	111	6 268
Donativos	1 000	1 068
Quotizações	5 930	5 930
Correções de Exercícios Anteriores	0	15 736
Outros gastos operacionais	222	11 565
Total de Outros Gastos e Perdas Operacionais	114 013	87 0223

Nota 30. Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS

	31.12.2017	31.12.2016
Rendimentos suplementares (Cadernos de Encargos)	139 300	55 700
Outros rendimentos e ganhos operacionais	502 039	649 063
Correções relativas a exercícios anteriores	0	1 982
Total de Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	641 339	706 746

Conforme referido na nota 23, a AgdA encontra-se a exercer a atividade de Saneamento substituindo-se aos Municípios nas infraestruturas que serão alvo de intervenção programada no âmbito do plano de investimentos da empresa.

Em consequência do acima referido, os gastos suportados pela AgdA no exercício desta atividade, são debitados aos municípios sendo os gastos mensurados de acordo com a natureza e os proveitos em outros rendimentos.

Em resultado, foi registado em Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais pela atividade de Saneamento nas referidas infraestruturas, o valor de 502.039 euros. Excluem-se do acima referido as infraestruturas de saneamento que foram adquiridas, construídas ou remodeladas pela AgdA, uma vez que para estas é praticada a respetiva tarifa do serviço de saneamento, conforme plasmado na Nota 23. De referir que a diminuição está diretamente relacionado com as ETAR que em 2017 foi concluído a intervenção prevista para a infraestrutura bem com obtida a licença de descarga válida uma vez que para estas passou a ser praticada a tarifa sendo o rédito registado no Volume de Negócios em Prestações de Serviços.

Nota 31. Gastos Financeiros

GASTOS FINANCEIROS		
	31.12.2017	31.12.2016
Juros suportados	1 108 998	1 153 062
Juros Locação Financeira (Património)	82 264	106 080
Comissões bancárias	38 618	126 504
Outros gastos financeiros	52 714	314
	1 282 594	1 385 960
Gastos financeiros capitalizados	(215 696)	(321 387)
Total de Gastos Financeiros	1 066 898	1 064 572

Os gastos financeiros suportados apresentam uma redução na ordem dos 8% comparativamente a 2016 que se justifica pela redução da taxa média de financiamento dos contratos em vigor na AgdA bem como pela redução do próprio endividamento no exercício.

Verificou-se ainda uma diminuição da capitalização de encargos financeiros motivada pela redução da necessidade de financiamento para suprir a realização de investimento uma vez que o POSEUR se encontra a regularizar os Pedidos de Pagamento apresentados no prazo de 30 dias.

Nota 32. Rendimentos Financeiros

RENDIMENTOS FINANCEIROS		
	31.12.2017	31.12.2016
Juros de Mora	215 638	251 374
Juros Financeiros de Acordos de Pagamento	133 611	194 598
Total de Rendimentos Financeiros	349 249	445 972

Os Rendimentos Financeiros correspondem ao reconhecimento de juros pelo atraso de pagamento de clientes, tendo os mesmos, reduzido substancialmente, quando comparados com o ano de 2016. Importa referir que em 2017, e à semelhança dos anos de 2016 e 2015, foi notório o esforço do municípios na recuperação da dívida vencida, tendo a dívida total reduzido.

Foram reconhecidos os juros financeiros incluídos nos acordos de pagamento celebrados com os Municípios de Aljustrel, Grândola, Moura, Santiago do Cacém, Vendas Novas e Vidigueira. A redução dos juros financeiros está relacionada com a redução da dívida de acordos de pagamento pelo pagamento das prestações previstas bem com pela antecipação do recebimento da dívida dos acordos de pagamento dos municípios de Serpa e Ourique pela cessão de créditos a entidades bancárias.

Nota 33. Transações com Entidades Relacionadas

TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS								
Empresa	2017				2016			
	Ativo	Passivo	DR Rendimentos	DR Gastos	Ativo	Passivo	DR Rendimentos	DR Gastos
AdP SGPS, S.A.	0	51 181 487	0	1 357 940	0	42 180 195	0	1 356 944
AMGAP - Ass. Mun. Gest. Águas Públicas do Alentejo	0	17 558	0	201 585	0	56 564	0	121 123
AdP Serviços Ambientais, S.A.	0	48 675	0	373 480	0	160 439	0	373 609
AdA - Águas do Algarve, S.A.	0	163 736	0	186 491	0	118 008	0	255 415
AdSA - Águas de Santo André, S.A.	0	48 654	4 653	156 629	0	40 642	0	177 308
Epal, S.A.	0	0	0	13 922	0	8 942	0	7 400
Aquasis	0	0	0	4 500	0	0	0	4 500
AdLVT - Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.	48 735	5 607	214 062	1 253	11 626	1 480	176 128	13 329
TOTAL	48 735	51 465 717	218 714	2 295 799	11 626	42 566 270	176 128	2 309 628

Nota 34. Compromissos

A empresa tem assumido os seguintes compromissos que não se encontram incluídos no Balanço apresentado:

a) Contrato de Gestão

Consideram-se como compromissos assumidos os investimentos previstos em aditamento ao contrato de gestão no primeiro e segundo períodos tarifários, no montante de 181,091 milhões de euros, a concretizar até final de 2020. Do investimento total previsto, a 31 de dezembro de 2017 já se encontravam realizados cerca de 91,8367 milhões de euros.

b) Contratos de Empreitada e Serviços

No que respeita às empreitadas de construção do sistema explorado pela empresa, bem como outros serviços, em 2017 foi celebrado todo um conjunto de contratos, conforme consta do quadro seguinte:

COMPROMISSOS ASSUMIDOS			
Fornecedor	Data	Valor Adjudicado	Serviço / Projeto
AGS - ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE SISTEMAS DE SALUBRIDADE, SA	16/11/2015	154 000	Operação e Manutenção dos Sistemas de Abastecimento - Lote 2
ET-EMPRESA DE EXPORT-IMPORT E COOPERAÇÃO INDUSTRIAL, LDA	01/02/2016	23 063	Aquisição de Fardamento
LEASE PLAN PORTUGAL, LDA.	22/03/2016	100 823	Aluguer Operacional de Veículos para as empresas do Grupo Águas de Portugal
IBERDROLA CLIENTES PORTUGAL, UNIPessoal, LDA.	25/05/2016	491 568	Aquisição de Eletricidade em Baixa Tensão Normal para as empresas do Grupo Águas de Portugal
EDIA - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO E INFRA-ESTRUTURAS DO ALQUEVA, SA	25/07/2016	74 418	Prestação de Serviços de Expropriação e Servidão - 3º Grupo de Empreitadas
ERNST & YOUNG	03/08/2016	25 993	Aquisição de serviços de auditoria às demonstrações financeiras consolidadas da Águas de Portugal

GALP ENERGIA - PETRÓLEOS DE PORTUGAL – Petrolgal, S.A.	29/08/2016	268 911	Aquisição de Combustíveis Rodoviários em Postos de Abastecimento Públicos para as Empresas do Grupo Águas de Portugal
INOVAQUA - ENGENHARIA DO AMBIENTE, LDA /// TECNORÉM-ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.	12/09/2016	2 067 559	Empreitada de Conceção-Construção da ETAR de Montemor-o-Novo
QUIMITEJO - Produtos Químicos, Lda.	17/11/2016	99 332	Aquisição de Hipoclorito e Hidróxido de Sódio
EFACEC - ENGENHARIA E SISTEMAS, S.A. /// SOARES DA COSTA	23/12/2016	3 979 500	Empreita de Conceção - Construção da ETAR de Beja
ESPINA & DELFIN S.L. PORTUGAL /// FACTOR AMBIENTE	16/01/2017	371 568	Empreitada de Conceção-Construção de Remodelação da ETAR da Amareleja
FÁBIO DA CRUZ, LDA	15/02/2017	23 400	Licenciamento de Projetos de Abastecimento de Água no âmbito de candidatura ao POSEUR
MEO-SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E MULTIMÉDIA, S.A.	23/02/2017	63 656	Aquisição de serviços de comunicações de voz móvel, voz fixa e de dados
ECOVISLIMPA, LDA	24/02/2017	7 659	Limpeza e Desobstrução dos Sistemas de Águas Residuais do Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo (SPPIAA) - Lote 3
ECOVISLIMPA, LDA	24/02/2017	38 295	Limpeza e Desobstrução dos Sistemas de Águas Residuais do Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo (SPPIAA) - Lote 2
ECOVISLIMPA, LDA	24/02/2017	22 977	Limpeza e Desobstrução dos Sistemas de Águas Residuais do Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo (SPPIAA) - Lote 1
ESPINA & DELFIN S.L. PORTUGAL /// FACTOR AMBIENTE	06/03/2017	2 185 923	Empreitada de Conceção-Construção da ETAR de Grândola
ENVIESTUDOS, S.A.	07/03/2017	36 840	Prestação de Serviços Externos no âmbito da Segurança e Higiene no Trabalho da AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.
MEDILABOR	10/03/2017	28 824	Prestação de Serviços Externos de Saúde no Trabalho da AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.
ARTOP-AERO TOPOGRÁFICA, LDA	10/03/2017	27 925	Expropriações e Servidões - 5º Grupo de empreitadas
ECOFIRMA - GESTÃO DO AMBIENTE, SA	13/03/2017	12 272	Aquisição de Serviços de Limpeza e Desinfecção dos Reservatórios em Exploração pela AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. - Lote II
ECOFIRMA - GESTÃO DO AMBIENTE, SA	13/03/2017	14 839	Aquisição de Serviços de Limpeza e Desinfecção dos Reservatórios em Exploração pela AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. - Lote I
REDECOR - Revestim. de Protecção e Decoração, S.A.	14/03/2017	11 495	Aquisição de Serviços de Limpeza e Desinfecção dos Reservatórios em Exploração pela AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. - Lote III
PROSPECTIVA-PROJECTOS,SERVIÇOS,ESTUDOS,S.A.	11/04/2017	168 000	Contrato da Aquisição de Serviços de Fiscalização, Gestão de Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra e Coordenação de Gestão Ambiental e Acompanhamento Arqueológico da Empreitada de Conceção / Construção da ETAR de Montemor-o-Novo e Empreitada do Sistema Intercetor de Montemor-o-Novo
RIPÓRTICO ENGENHARIA	04/05/2017	112 000	Fiscalização, Gestão da Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra e Coordenação de Gestão Ambiental da Empreitada de Conceção-Construção da ETAR de Beja e da Empreitada de Conceção-Construção de Remodelação da ETAR de Amareleja
GRAVITY LEVEL - DESIGN & ARQUITETURA, LDA	18/05/2017	37 800	Aquisição de Serviços de Conceção, Construção, Decoração, Transporte, Montagem, Assistência Técnica, Desmontagem, Armazenamento e Manutenção de um Stand Modular
PROSPECTIVA-PROJECTOS,SERVIÇOS,ESTUDOS,S.A.	14/06/2017	136 620	Fiscalização, Gestão da Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra, Coordenação de Gestão Ambiental e Acompanhamento Arqueológico das Empreitadas ETAR e Sistema Intercetor de Grândola
AIR LIQUID - SOCIEDADE PORTUGUESA DE AR LÍQUIDO	21/06/2017	50 265	Fornecimento de CO2 (Dióxido de Carbono), O2 (Oxigénio) e aluguer mensal dos tanques de armazenamento para a ETA do Roxo
AQUASIS - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, SA	26/06/2017	13 500	Manutenção do Software de Base e Módulos Aplicacionais da Solução G/InterAqua
EDIA - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO E INFRA-ESTRUTURAS DO ALQUEVA, SA	14/07/2017	93 480	Prestação de Serviços de Expropriação e Servidão - 7º Grupo de Empreitadas
H2OREGRA - CONSULTORIA, PROJECTO E AFINS, UNIPessoal, LDA	21/07/2017	38 500	Prestação de Serviços para consultoria na área da automação e instrumentação dos novos projectos no âmbito de candidatura ao POSEUR
ADP SGPS, SA	01/08/2017	57 706	Seguro de Responsabilidade Ambiental - Lote 2
ADP SERVIÇOS, SA	01/08/2017	10 791	Património e Responsabilidades - Lote 2 - Seguro Responsabilidade Civil (Geral)
ADP SERVIÇOS, SA	01/08/2017	30 458	Património e Responsabilidades - Lote 1 - Seguro Multirriscos
QUIMITEJO - Produtos Químicos, Lda.	08/08/2017	468 429	Aquisição de Clorito de Sódio e Ácido Clorídrico
DST - DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, SA /// DTE, INSTALAÇÕES ESPECIAIS S.A.	08/08/2017	4 599 500	Empreitada de Conceção - Construção da ETA da Magra
SISAQUA - Sistemas de Saneamento Básico, S.A. - GRUPO CONSULGAL	08/08/2017	59 388	Ajuste Direto para Prestação de Serviços de Operação e Manutenção dos Sistemas de Águas Residuais do SPPIAA - Lote 3
AGS - ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE SISTEMAS DE SALUBRIDADE, SA	08/08/2017	121 465	Ajuste Direto para Prestação de Serviços de Operação e Manutenção dos Sistemas de Águas Residuais do SPPIAA - Lote 2
SISAQUA - Sistemas de Saneamento Básico, S.A. - GRUPO CONSULGAL	08/08/2017	67 362	Ajuste Direto para Prestação de Serviços de Operação e Manutenção dos Sistemas de Águas Residuais do SPPIAA - Lote 1
DST - DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, SA	14/08/2017	2 825 827	Empreitada de Adução do Sistema da Magra
HELSUNTEC, SA	14/08/2017	401 706	Empreitada de Conceção/Construção da remodelação da ETAR de S.º de Aires
IMGÁGUAS	23/08/2017	28 624	Assistência Técnica/Manutenção dos Geradores de Dióxido de Cloro na AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. - Prorrogação de Prazo
ERNST & YOUNG	05/09/2017	2 500	Prestação de Serviços para revisão do OPT 2018

LENA AMBIENTE, SA	14/09/2017	263 036	Prestação de Serviços de Remoção de Lamas das ETAR de São Pedro da Gafanhoeira, Ilhas e Baleizão
LENA AMBIENTE, SA	14/09/2017	197 696	Prestação de Serviços de Remoção de Lamas das ETAR de Vendas Novas e de Almogrove
AGS - ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE SISTEMAS DE SALUBRIDADE, SA	18/09/2017	168 762	Operação e Manutenção dos Sistemas Autónomos de Abastecimento de Água
SUBMERCI	19/09/2017	998 971	Empreitada de Reforço de Adução ao Eixo Serpa-Mértola
PENGEST- PLANEAMENTO, ENGENHARIA E GESTÃO S.A.	21/09/2017	42 876	Prestação de Serviços de apoio técnico na gestão de empreitadas
AFAPLAN - Planeamento e Gestão de Projectos, S.A.	09/10/2017	72 100	Fiscalização, Gestão da Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra e Coordenação de Gestão Ambiental e Acompanhamento Arqueológico da Empreitada de Adução do Sistema da Magra
DST - DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, SA /// DTE, INSTALAÇÕES ESPECIAIS S.A.	11/10/2017	1 734 098	Conceção-Construção de nova ETAR de São Teotónio e do Sistema Intercetor de São Teotónio
IBERLAB & IMUNOREAGE - SOLUÇÕES PARA LABORATÓRIOS, LDA	12/10/2017	9 482	Aquisição de meios de cultura e reagentes de diagnóstico pelas empresas do grupo AdP
RIPÓRTICO ENGENHARIA	27/10/2017	17 455	Fiscalização, Gestão da Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra e Coordenação de Gestão Ambiental e Acompanhamento Arqueológico da Empreitada de Adução ao Cercal - 1ª fase
SISAQUA - Sistemas de Saneamento Básico, S.A. - GRUPO CONSULGAL	27/10/2017	47 554	Prestação de Serviços de Operação e Manutenção dos Sistemas de Águas Residuais do Sistema Público de Pareceria de Águas do Alentejo - Fase 2 - Lote 3 - C.O. Sul
AGS - ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE SISTEMAS DE SALUBRIDADE, SA	27/10/2017	42 488	Prestação de Serviços de Operação e Manutenção dos Sistemas de Águas Residuais do Sistema Público de Pareceria de Águas do Alentejo - Fase 2 - Lote 2 - C.O. Este
SISAQUA - Sistemas de Saneamento Básico, S.A. - GRUPO CONSULGAL	27/10/2017	51 071	Prestação de Serviços de Operação e Manutenção dos Sistemas de Águas Residuais do Sistema Público de Pareceria de Águas do Alentejo - Fase 2 - Lote 1 - C.O. Noroeste
RIPÓRTICO ENGENHARIA	02/11/2017	28 000	Fiscalização, Gestão da Qualidade, Coordenação de Segurança em obra e Coordenação de Gestão Ambiental da Empreitada de Conceção / Construção da Remodelação da ETAR de Sr.ª de Aires
SUBMERCI	09/11/2017	2 610 826	Empreitada de Adução ao Eixo Serpa-Moura
FINLOG - Aluguer e Comercio de Automóveis, S.A.	21/11/2017	17 897	Concurso Público para a Celebração de Contrato de Locação de Veículos Elétricos em regime de Aluguer Operacional de Viaturas e Serviços Associados para empresas do Grupo Águas de Portugal - Lote 2
RIPÓRTICO ENGENHARIA	21/11/2017	87 500	Fiscalização, Gestão da Qualidade, Coordenação de Segurança em obra e Coordenação de Gestão Ambiental da Empreitada de Conceção-Construção da ETA da Magra
INOUT - AUTOMAÇÃO E CONTROLO LDA	05/12/2017	19 757	ETA do Roxo - Instalação de Reagentes O2 e CO2 - Trabalhos Acessórios
ARISTOMETRIA, LDA	06/12/2017	581	Aquisição de Serviços de Produção e Aplicação de Elementos de Decoração para Viaturas Elétricas e Postos de Carregamento do Grupo AdP
HANDLE - EMPRESA DE TRABALHO TEMPORÁRIO, LDA	06/12/2017	19 304	Prestação de Serviços de Trabalho Temporário
ARTOP-AERO TOPOGRÁFICA, LDA	06/12/2017	120 000	Aquisição de Serviços de Expropriações e Servidões - Grupo VI
JOÃO MIGUEL LOPES DE MATOS	11/12/2017	19 200	Apoio Técnico na Área do Sistema de Responsabilidade Empresarial
FFONSECA - PROCESSO & INSTRUMENTAÇÃO INDUSTRIAL	11/12/2017	19 516	Aquisição equipamentos portáteis de medição de gases
Ambipar Control Consultoria Análises e Amostragem Ambiental Lda.	14/12/2017	17 160	Aquisição de Serviços para Amostragem de Águas para Consumo Humano
OLIVEIRAS - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.	15/12/2017	10 780	Empreitada de Conceção-Construção da ETAR Mértola - 4º Adicional
TPF PLANEGE - CONSULTORES DE ENGENHARIA E GESTÃO, S.A.	19/12/2017	29 520	Projeto de Execução do Sistema da Magra - Adicional n.º I
RIPÓRTICO ENGENHARIA	20/12/2017	58 100	Fiscalização, Gestão da Qualidade, Coordenação de Segurança em obra e Coordenação de Gestão Ambiental da Empreitada de Conceção-Construção do Sistema Elevatório e ETAR de São Teotónio
TOPPLUS SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA E CARTOGRAFIA LDA	20/12/2017	15 544	Aquisição de Serviços de Piquetagens para o Sistema do Roxo Poente
Efacec Electric Mobility, SA	21/12/2017	3 708	Contrato de fornecimento, ligação e colocação em serviço de postos de carregamento para veículos elétricos
SUBMERCI	21/12/2017	1 609 615	Empreitada de Expansão em Odemira - Adução ao Cercal - 2ª fase - São Luís
GONÇALO LEITE DE CAMPOS & ASSOCIADOS SOCIEDADE DE ADVOGADOS, SP, RL	27/12/2017	74 900	Aquisição de Serviços de Consultoria Jurídica
AQUINO CONSTRUÇÕES, SA	29/12/2017	510 192	Empreitada de Adução à Amareleja - 2ª Fase
Total de Compromissos Assumidos		28 372 449	

Nota 35. Ativos e Passivos Contingentes

Nota 35.I Garantias prestadas

1. Garantia bancária nº 363351, sobre o Novo Banco, no valor de 5.000 Euros a favor da EP Estradas de Portugal, S.A., para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes aos trabalhos de Atravessamento do subsolo da Zona da Estrada.
2. Garantia bancária nº 375956, sobre o Novo Banco, no valor de 534.602 Euros a favor da Autoridade Tributária, S.A., para suspensão de processo de execução fiscal.
3. Garantia bancária nº 379525, sobre o Novo Banco, no valor de 13.508 Euros a favor da Autoridade Tributária, S.A., para suspensão de processo de execução fiscal.
4. Garantia bancária nº 381685, sobre o Novo Banco, no valor de 5.116 Euros a favor da Autoridade Tributária, S.A., para suspensão de processo de execução fiscal.
5. Garantia bancária nº 381687, sobre o Novo Banco, no valor de 11.319 Euros a favor da Autoridade Tributária, S.A., para suspensão de processo de execução fiscal.
6. Garantia bancária nº 381686, sobre o Novo Banco, no valor de 4.696 Euros a favor da Autoridade Tributária, S.A., para suspensão de processo de execução fiscal.
7. Garantia bancária nº 382793, sobre o Novo Banco, no valor de 15.630 Euros a favor da EP Estradas de Portugal, S.A., para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes aos trabalhos de Atravessamento do subsolo da Zona da Estrada.
8. Garantia bancária nº 382515, sobre o Novo Banco, no valor de 232.210 Euros a favor da Autoridade Tributária, S.A., para suspensão de processo de execução fiscal.
9. Garantia bancária nº 384951, sobre o Novo Banco, no valor de 5.000 Euros a favor da EP Estradas de Portugal, S.A., para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes aos trabalhos de Atravessamento do subsolo da Zona da Estrada.
10. Garantia bancária nº 385309, sobre o Novo Banco, no valor de 36.302 Euros a favor da EP Estradas de Portugal, S.A., para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes aos trabalhos de Atravessamento do subsolo da Zona da Estrada.
11. Garantia bancária nº 385580, sobre o Novo Banco, no valor de 3.155 Euros a favor da EP Estradas de Portugal, S.A., para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes aos trabalhos de Atravessamento do subsolo da Zona da Estrada.
12. Garantia bancária nº 385579, sobre o Novo Banco, no valor de 1.000 Euros a favor da EP Estradas de Portugal, S.A., para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes aos trabalhos de Atravessamento do subsolo da Zona da Estrada.
13. Garantia bancária nº 387602, sobre o Novo Banco, no valor de 1.000 Euros a favor da EP Estradas de Portugal, S.A., para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes aos trabalhos de Atravessamento do subsolo da Zona da Estrada.

14. Garantia bancária nº 390293, sobre o Novo Banco, no valor de 1.000 Euros a favor da EP Estradas de Portugal, S.A., para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes aos trabalhos de Atravessamento do subsolo da Zona da Estrada.
15. Garantia bancária nº 367200, sobre o Novo Banco, no valor de 5.000 Euros a favor da Sociedade Portuguesa para Construção e Exploração Rodoviária, para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes aos trabalhos de Atravessamento do subsolo da Zona da Estrada.
16. Garantia bancária nº 388883, sobre o Novo Banco, no valor de 10.000 Euros a favor da Sociedade Portuguesa para Construção e Exploração Rodoviária, para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes aos trabalhos de Atravessamento do subsolo da Zona da Estrada.
17. Garantia bancária nº 389042, sobre o Novo Banco, no valor de 186.115 Euros a favor da Autoridade Tributária, S.A., para suspensão de processo de execução fiscal.
18. Garantia bancária nº 391020, sobre o Novo Banco, no valor de 94.071 Euros a favor da Autoridade Tributária, S.A., para suspensão de processo de execução fiscal.
19. Garantia bancária nº 394759, sobre o Novo Banco, no valor de 177.247 Euros a favor da Autoridade Tributária, S.A., para suspensão de processo de execução fiscal.
20. Garantia bancária nº 395032, sobre o Novo Banco, no valor de 83.283 Euros a favor da Autoridade Tributária, S.A., para suspensão de processo de execução fiscal.
21. Garantia bancária nº 395637, sobre o Novo Banco, no valor de 29.893 Euros a favor da Autoridade Tributária, S.A., para suspensão de processo de execução fiscal.
22. Garantia bancária nº 391389, sobre o Novo Banco, no valor de 2.100 Euros a favor da EP Estradas de Portugal, S.A., para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes aos trabalhos de Atravessamento do subsolo da Zona da Estrada.
23. Garantia bancária nº 393971, sobre o Novo Banco, no valor de 1.000 Euros a favor da EP Estradas de Portugal, S.A., para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes aos trabalhos de Atravessamento do subsolo da Zona da Estrada.
24. Garantia bancária nº 394601, sobre o Novo Banco, no valor de 1.000 Euros a favor da EP Estradas de Portugal, S.A., para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes aos trabalhos de Atravessamento do subsolo da Zona da Estrada.
25. Garantia bancária nº 394853, sobre o Novo Banco, no valor de 10.000 Euros a favor da Sociedade Portuguesa para Construção e Exploração Rodoviária, para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes aos trabalhos de Atravessamento do subsolo da Zona da Estrada.
26. Garantia bancária nº 396254, sobre o Novo Banco, no valor de 10.000 Euros a favor da Sociedade Portuguesa para Construção e Exploração Rodoviária, para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes aos trabalhos de Atravessamento do subsolo da Zona da Estrada.
27. Garantia bancária nº 396223, sobre o Novo Banco, no valor de 1.000 Euros a favor da EP Estradas de Portugal, S.A., para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes aos trabalhos de Atravessamento do subsolo da Zona da Estrada.

28. Garantia bancária nº 396353, sobre o Novo Banco, no valor de 1.090 Euros a favor da EP Estradas de Portugal, S.A., para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes aos trabalhos de Atravessamento do subsolo da Zona da Estrada.
29. Garantia bancária nº 396931, sobre o Novo Banco, no valor de 1.000 Euros a favor da EP Estradas de Portugal, S.A., para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes aos trabalhos de Atravessamento do subsolo da Zona da Estrada.
30. Garantia bancária nº 396932, sobre o Novo Banco, no valor de 1.000 Euros a favor da EP Estradas de Portugal, S.A., para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes aos trabalhos de Atravessamento do subsolo da Zona da Estrada.
31. Garantia bancária nº 397458, sobre o Novo Banco, no valor de 1.000 Euros a favor da EP Estradas de Portugal, S.A., para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes aos trabalhos de Atravessamento do subsolo da Zona da Estrada.
32. Garantia bancária nº 397812, sobre o Novo Banco, no valor de 25.187 Euros a favor da Autoridade Tributária, S.A., para suspensão de processo de execução fiscal.
33. Garantia bancária nº 962300484018339, sobre o Santander Totta, no valor de 268.675 Euros a favor da Autoridade Tributária, S.A., para suspensão de processo de execução fiscal.
34. Garantia bancária nº 396464, sobre o Novo Banco, no valor de 27.488 Euros a favor da Autoridade Tributária, S.A., para suspensão de processo de execução fiscal.
- 35.

Nota 35.2. Processos judiciais

1. APA – EEAR Alcáçovas / Viana do Alentejo

Processo n.º 00576.2014-DJUR.DCCO, contraordenação ambiental, a correr os termos na APA. Foi apresentada defesa escrita em 26 de fevereiro de 2015. Aguarda decisão

2. IGAMAOT - ETAR da Bacia do Sado - Beja

Processo n.º CO/000130/15, contraordenação ambiental, a correr os termos na IGAMAOT. Foi apresentada defesa escrita em 27 de março de 2015. Aguarda decisão

3. CCDR Alentejo – E.E. de Odemira

Processo n.º 36/14.EPNA, contraordenação ambiental, a correr os termos na CCDR Alentejo. Aguarda notificação de contraordenação.

4. CCDR Alentejo – Fossa de S. Teotónio

Processo n.º 68/15, contraordenação ambiental, a correr os termos na CCDR Alentejo. Aguarda notificação de contraordenação.

5. IGAMAOT – ETAR de Odemira

Processo n.º CO/001192/14, contraordenação ambiental, a correr os termos na IGAMAOT. Aguarda notificação de contraordenação.

6. ERSAR, I.P.-2

Processo n.º 20395/2013, contraordenação ambiental, a correr os termos na Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, despacho de 14 de março de 2013 - Aguarda decisão.

7. IGAMAOT – ETAR da Bacia do Guadiana – Beja

Processo n.º CO/000119/16, contraordenação ambiental, a correr os termos na IGAMAOT. Aguarda notificação de contraordenação.

8. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 97.12.0BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo – Apresentado recurso da sentença da primeira instância;

9. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 280.12.9BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo – Apresentado recurso da sentença da primeira instância;

10. Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado

Processo n.º 328.12.7BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado - Apresentado recurso da sentença da primeira instância;

11. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 47.13.7BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo - Apresentado recurso da sentença da primeira instância;

12. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 246.13.1BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo – Apresentado recurso da sentença da primeira instância;

13. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 452.13.9BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo - Apresentado recurso da sentença da primeira instância;

14. Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado

Processo n.º 457.13.0BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado – Apresentado recurso da sentença da primeira instância; Apensado ao processo n.º 328/12.7BEBJA

15. Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado

Processo n.º 296.14.0BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado – Apresentado recurso da sentença da primeira instância; Apensado ao processo n.º328/12.7BEBJA

16. Associação de Regantes do Roxo

Processo n.º 297.14.9BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Regantes do Roxo – Apresentado recurso da sentença da primeira instância; Apensado ao processo n.º47/13.7BEBJA

17. Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado

Processo n.º 361.14.4BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado – Apresentado recurso da sentença da primeira instância; Apensado ao processo n.º328/12.7BEBJA

18. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 362.14.2BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Regantes do Roxo – Apresentado recurso da sentença da primeira instância; Apensado ao processo n.º47/13.7BEBJA

19. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 462.14.9BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Regantes do Roxo - Apresentado recurso da sentença da primeira instância. Apensado ao processo n.º47.13.7BEBJA

20. Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado

Processo n.º 76.15.6BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado – Em tramitação;

21. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 77.15.4BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Regantes do Roxo - Apresentado recurso da sentença da primeira instância. Apensado ao processo n.º47.13.7BEBJA

Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado

Processo n.º 135.15.5BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado - Apresentado recurso da sentença da primeira instância; Apensado ao processo n.º328/12.7BEBJA

22. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 169.15.0BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Regantes do Roxo - Apensado ao processo n.º47.13.7BEBJA

Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 375.15.7BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Regantes do Roxo – Apresentado recurso da sentença da primeira instância;

23. Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado

Processo n.º 384.15.6BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado – Apresentado recurso da sentença da primeira instância; Apensado ao processo n.º 328/12.7BEBJA

24. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 23.16.8BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Regantes do Roxo – Em recurso no STA;

25. Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado

Processo n.º 604.16.0BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado – Em tramitação;

26. Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado

Processo n.º 450.16.0BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado – Apresentado recurso da sentença da primeira instância;

27. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 626.16.0BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Regantes do Roxo – Em tramitação;

28. Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado

Processo n.º 724.16.0BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado – Apresentado recurso da sentença da primeira instância;

29. Industra – Comércio de Equipamentos Industriais, S.A.

Processo n.º 27446.15.7T8LSB, processo comum com a empresa Soares da Costa por dívida desta à empresa Industra na sequência do contrato de empreitada de execução da conduta de Moura Safara. Aguarda-se eventual agendamento de audiência prévia;

30. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 88.17.5BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de beneficiários do Roxo – Em tramitação;

31. Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado

Processo n.º 87.17.7BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado – Em tramitação;

32. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 250.17.5BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de beneficiários do Roxo – Em tramitação;

33. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 325.17.6BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de beneficiários do Roxo – Em tramitação;

34. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 431.17.7BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de beneficiários do Roxo – Em tramitação;

35. APA, I.P. – Agencia Portuguesa do Ambiente – Sistema Intercetor de Montemor-o-Novo

Processo n.º DJUR.DCCO.00034.2017, contraordenação ambiental, a correr os termos na APA. Foi apresentada defesa escrita em 8 de fevereiro de 2017. Aguarda decisão

36. APA, I.P. – Agencia Portuguesa do Ambiente – Sistema Intercetor de Montemor-o-Novo

Processo n.º DJUR.DCCO.00100.2017, contraordenação ambiental, a correr os termos na APA. Foi apresentada defesa escrita em 3 de março de 2017. Aguarda decisão;

37. APA, I.P. – Agencia Portuguesa do Ambiente – Sistema Intercetor de Montemor-o-Novo

Processo n.º DJUR.DCCO.00474.2017, contraordenação ambiental, a correr os termos na APA. Foi apresentada defesa escrita em 17 de novembro de 2017. A decorrer instrução do processo com inquirição das testemunhas;

38. IGAMAOT – ETAR de Sobral da Adiça

Processo n.º NUI/CO/001291/17.3.CAJ, contraordenação ambiental, a correr os termos na IGAMAOT. Foi apresentada defesa escrita em 12 de dezembro de 2017. Aguarda a fase de início de instrução.

39. IGAMAOT – Emissário da ETAR de Barranco

Processo n.º NUI/CO/001195/17.0.CAJ, contraordenação ambiental, a correr os termos na IGAMAOT. Foi apresentada defesa escrita em 4 de dezembro. Aguarda a fase de início de instrução.

40. APA, I.P. – Agencia Portuguesa do Ambiente – Emissário de Ciborro

Processo n.º DJUR.DCCO.00294/2017, contraordenação ambiental, a correr os termos na APA. Foi apresentada defesa escrita em 2 de agosto. Aguarda a fase de início de instrução.

41. APA, I.P. – Agencia Portuguesa do Ambiente – Sistema Intercetor de Montemor-o-Novo

Processo n.º DJUR.DCCO.00215/2017, contraordenação ambiental, a correr os termos na APA. Foi apresentada defesa escrita em 9 de junho. Aguarda a fase de início de instrução.

42. IGAMAOT – ETAR de Boavista do Pinheiro

Processo n.º NUI/CO/001187/17.9.CAJ, contraordenação ambiental, a correr os termos na IGAMAOT. Foi apresentada defesa escrita em 31 de janeiro de 2018. Aguarda a fase de início de instrução.

Nota 36. Informações exigidas por diplomas legais

Artº.397º. do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a sociedade AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A., não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

Artº.324 do Código das Sociedades Comerciais

A sociedade AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A., não possuiu quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

Artº 21º do Decreto-Lei nº.411/91 de 17 de setembro,

Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa ao Setor Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2017, correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro do ano seguinte.

Nota 37. Rendimento garantido

RENDIMENTO GARANTIDO		
	31.12.2017	31.12.2016
Capital social realizado	4 815 000	3 000 000
Reserva legal ⁽¹⁾	30 211	19 034
Base de incidência	4 845 211	3 019 034
Taxa de juro OT	4,22%	4,40%
Spread 3pp	3,00%	3,00%
Total de Taxa de Remuneração	7,22%	7,40%
Remuneração acionista do ano	221 663	223 541

⁽¹⁾ Nos termos do Aditamento ao Contrato de Gestão, as reservas apenas são remuneração pela OT, não sendo abrangidas pelo prémio de risco de 3% (spread)

O contrato de gestão determina que a remuneração dos capitais próprios (remuneração acionista) a recuperar por via tarifária seja estimada resultante da aplicação ao capital social de uma taxa correspondente à rentabilidade das Obrigações de Tesouro portuguesas a 10 anos, correspondente à média dos valores anuais dos últimos quinze anos das respetivas taxas de rentabilidade, ou outra equivalente que a venha a substituir que melhor traduza a ausência de risco, após a exclusão das três observações anuais mais altas e das três mais baixas, acrescida de uma máximo de 3 pontos percentuais, sendo essa remuneração devida desde a data da realização do capital social. Uma vez que em 2017 não ocorreu nenhum fator que tivesse reduzido o risco do capital social investido, foi mantido neste exercício o prémio de risco de 2016, ou seja, 3 pontos percentuais.

Nota 38. Eventos Subsequentes

À data de assinatura do Relatório & Contas de 2017 não existem Eventos Subsequentes a identificar.

3. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Beja, 02 de março de 2018

Sérgio Manuel Ferreira Vaz
(Contabilista Certificado n.º67655)

Joaquim Marques Ferreira
(Presidente do Conselho de Administração)

João Manuel da Silva Costa
(Vogal do Conselho de Administração)

Susana Margarida Barrocas Feio Sobral Ramalho
(Vogal do Conselho de Administração)

Jorge Paulo Colaço Rosa
(Vogal do Conselho de Administração)

Paulo Jorge Lusitano de França Andrade
(Vogal do Conselho de Administração)

